

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM**

MARIA JULIA FALEIROS ALCÂNTARA

**UMA ANÁLISE INTERDISCURSIVA DA DUALIDADE DO PAPEL FEMININO NO
GARIMPO EM RELATOS DE UMA MULHER NO LIVRO DE JOÃO CARLOS
BARROZO.**

CUIABÁ-MT

2024

MARIA JULIA FALEIROS ALCÂNTARA

**UMA ANÁLISE INTERDISCURSIVA DA DUALIDADE DO PAPEL FEMININO NO
GARIMPO EM RELATOS DE UMA MULHER NO LIVRO DE JOÃO CARLOS
BARROZO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Mestra em Estudos de Linguagem na Área de Concentração de Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Evaristo Beltrão

**Cuiabá-MT
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

A347a Alcântara, Maria Julia.

UMA ANÁLISE INTERDISCURSIVA DA DUALIDADE DO PAPEL FEMININO NO GARIMPO EM RELATOS DE UMA MULHER NO LIVRO DE JOÃO CARLOS BARROZO (2007). [recurso eletrônico] / Maria Julia Alcântara. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 95 f., il. color., pdf). -- 2025.

Orientador: Márcio Evaristo Beltrão.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Análise crítica do discurso. 2. garimpo. 3. mulheres. 4. perspectiva feminista. 5. estudos decoloniais. I. Beltrão, Márcio Evaristo, *orientador*.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: UMA ANÁLISE INTERDISCURSIVA DA DUALIDADE DO PAPEL FEMININO NO GARIMPO EM RELATOS DE UMA MULHER NO LIVRO DE JOÃO CARLOS BARROZO (2007).

AUTORA: MESTRANDA MARIA JULIA FALEIROS ALCÂNTARA

Dissertação defendida e aprovada em 7 de março de 2025.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTOR MÁRCIO EVARISTO BELTRÃO (PRESIDENTE BANCA/ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

2. DOUTORA DIVANIZE CARBONIERI (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

3. DOUTORA ANALICE DE SOUSA GOMES (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: FACULDADE DE JUSSARA - UNIFAJ

4. DOUTOR ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS - UFR

Cuiabá-MT, 7 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Evaristo Beltrão, Usuário Externo**, em 12/03/2025, às 22:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Analice de Sousa Gomes, Usuário Externo**, em 13/03/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIVANIZE CARBONIERI, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 14/03/2025, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7673067** e o código CRC **72952CF1**.

Às minhas avós, Maria Rita e Julia, de quem
carrego o nome, por me ensinarem que o meu
primeiro amor deveria ser os estudos.

AGRADECIMENTOS

Os seis anos que passei me dedicando aos estudos na graduação e na pós-graduação me mostraram, na prática, que crenças individualistas e meritocráticas não passam de grandes falácias. Eu não poderia me tornar mestra se não houvesse pessoas zelando por mim financeiramente e psicologicamente. Por isso, esta conquista não diz respeito apenas a mim, mas também a uma rede de apoio que fez com que isso fosse possível.

Aos meus pais que, trabalhando debaixo de sol, me possibilitaram estudar na sombra. Nunca esquecerei todo apoio, toda dedicação, todo incentivo e toda luta que travaram em meu favor. Hoje, um caminhoneiro e uma dona de casa que, desde a adolescência, abdicaram de muito para se dedicarem aos filhos, podem dormir sossegados por terem me deixado a melhor herança que podiam: os estudos. Marlize e Marlei, vocês são grandes exemplos para mim e para meu irmão, Guilherme. Vocês três, meu pai, minha mãe e meu irmão, foram grandes rochas nessa minha caminhada acadêmica. Isso também foi por vocês.

A minha tia Marsele, uma segunda mãe para mim, além de uma fonte de inspiração. Me lembro de pensar, na infância, que quando crescesse queria ser como minha tia: bonita, inteligente e professora. Me orgulho da educadora que você é, tão dedicada e amorosa com seus alunos.

Ao meu noivo, Thiago, por ter sido o melhor companheiro da vida ao decorrer dos cinco anos que estamos juntos. A vida é mais leve e feliz com você. Sua presença amenizou todo fardo do meu percurso acadêmico. Obrigada pela paciência, pelo afago e pelo incentivo nos momentos que pensei em desistir. Esse título é uma conquista sua também.

Aos amigos que a UFMT me deu e que caminham comigo desde então: Matheus Alcântara, Gyan Lucca, Álvaro José e João Victor. Sou grata por toda ajuda, por todo companheirismo e por toda troca que temos. Me faz feliz ter pessoas competentes e engajadas socialmente ao meu lado.

Aos professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, em especial ao meu orientador Márcio Beltrão, que foi uma grata surpresa do mestrado. Sinto muito orgulho em ser orientada por alguém que rompeu muitas barreiras sociais para estar neste cargo. Márcio me ensinou mais do que linguística, me ensinou humanidade. Obrigada, caro orientador.

Ao professor João Carlos Barrozo por, gentilmente, me receber em seu núcleo de pesquisa, o NERU-UFMT (Núcleo de Estudos Rurais), e permitir que seu livro fosse utilizado como objeto de pesquisa desta dissertação.

Às professoras Divanize Carbonieri e Analice de Sousa Gomes por terem aceitado o convite de compor a banca desta dissertação e por seus preciosos apontamentos e correções nesta pesquisa.

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

Simone de Beauvoir

RESUMO

Constituinte da história brasileira e mato-grossense, o garimpo caracteriza-se como uma atividade marginal, sobretudo por sua nocividade ao meio ambiente. Todavia, há outro aspecto negligenciado e ocultado nos enredos garimpeiros: o papel que as mulheres ocupavam nesse organismo social. Para Barrozo (2007), nas áreas de mineração garimpar era uma função masculina e, para os garimpeiros, o lugar das mulheres que lá viviam limitava-se aos serviços de ‘casa’ ou do ‘cabaré’. Assim, é perceptível uma visão dicotômica em relação ao lugar social que as mulheres deveriam ocupar: ou santa ou prostituta. Desse modo, esta pesquisa demonstra a dualidade do papel feminino vigente nos garimpos de Alto Paraguai/Diamantino-MT no decorrer do século XX, bem como elucida a contribuição histórica dessas mulheres nessas sociedades. Para isso, a pesquisa vale-se da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003), por meio da categoria analítica Interdiscursividade do significado representacional do discurso, tendo como suporte as teorias de gênero e feministas (Alves e Pitanguy, 2022; Butler, 2019, 2021; Costa e Sardenberg, 2008; Espinosa-Miñoso, 2014; Holanda, 2020; Louro, 2003; Salih, 2012), a literatura histórica sobre o garimpo em Mato Grosso (Barrozo, 2007; Ormond, 2011) e as teorias decoloniais (Ballestrin, 2013, 2020; Costa, 2020; Grosfoguel e Castro-Goméz, 2007; Lugones 2008, 2014; Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2007; Quijano, 2000; Vêrges, 2020). Por meio de análises interdiscursivas críticas de enunciados do livro “Em busca da pedra que brilha como estrela. Garimpos e garimpeiros de Alto Paraguai-Diamantino” (2007) de João Carlos Barrozo, evidenciou-se que a inscrição de um discurso religioso cristão, que foi impositivamente inserido no tecido social brasileiro durante o processo de colonização portuguesa, e que é comumente utilizado em narrativas androcêntricas, as quais são repletas de vestígios machistas e misóginos, pode ter influenciado na construção do binarismo “mulheres de família” e “mulheres de zona” na região garimpeira de Alto Paraguai- Diamantino, de modo a atribuir a essas mulheres identidades irrefutáveis que, além de classificá-las em “decentes” e “depravadas”, também imprimiam nelas marcas profundas e duradouras, que as acompanhavam em suas trajetórias e as impactavam pelo o restante de suas vidas.

Palavras-chaves: análise crítica do discurso; garimpo; mulheres; perspectiva feminista; estudos decoloniais.

ABSTRACT

Constituyente de la historia brasileña y matogrossense, la minería se caracteriza como una actividad marginal, principalmente por su nocividad al medio ambiente. Sin embargo, hay otro aspecto que ha sido descuidado y ocultado en las narrativas mineras: el papel que las mujeres ocupaban en ese organismo social. Para Barrozo (2007), en las áreas de minería, la extracción de minerales era una función masculina y, para los mineros, el lugar de las mujeres que vivían allí se limitaba a los servicios de "casa" o del "cabaret". Así, es perceptible una visión dicotómica en relación al lugar social que las mujeres deberían ocupar: o santas o prostitutas. De este modo, esta investigación demuestra la dualidad del papel femenino vigente en las minas de Alto Paraguai/Diamantino-MT a lo largo del siglo XX, así como aclara la contribución histórica de esas mujeres en esas sociedades. Para ello, la investigación se vale del Análisis Crítico del Discurso (Fairclough, 2003), a través de la categoría analítica Interdiscursividad del significado representacional del discurso, con el apoyo de las teorías de género y feministas (Alves y Pitanguy, 2022; Butler, 2019, 2021; Costa y Sardenberg, 2008; Espinosa-Miñoso, 2014; Holanda, 2020; Louro, 2003; Salih, 2012), la literatura histórica sobre la minería en Mato Grosso (Barrozo, 2007; Ormond, 2011) y las teorías decoloniales (Ballestrin, 2013, 2020; Costa, 2020; Grosfoguel y Castro-Gómez, 2007; Lugones, 2008, 2014; Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2007; Quijano, 2000; Vérges, 2020). A través de análisis interdiscursivos críticos de enunciados del libro "En busca de la piedra que brilla como estrella. Minas y mineros de Alto Paraguai-Diamantino" (2007) de João Carlos Barrozo, se evidenció que la inscripción de un discurso religioso cristiano, que fue impuesto en el tejido social brasileño durante el proceso de colonización portuguesa, y que es comúnmente utilizado en narrativas androcéntricas, las cuales están llenas de vestigios machistas y misóginos, pudo haber influido en la construcción del binarismo "mujeres de familia" y "mujeres de zona" en la región minera de Alto Paraguai-Diamantino, atribuyendo a esas mujeres identidades irrefutables que, además de clasificarlas en "decentes" y "depravadas", también imprimían en ellas marcas profundas y duraderas, que las acompañaban en sus trayectorias y las impactaban por el resto de sus vidas.

Palabras clave: análisis crítico del discurso; minería; mujeres; perspectiva feminista; estudios decoloniales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I- FEMINISMO, GÊNERO E DECOLONIALIDADE	19
1.1 Gênero, sexo e sexualidade: algumas considerações	19
1.1.2 Performatividade	23
1.2 Os estudos feministas no Norte Global: o feminismo hegemônico	25
1.3 Interseccionalidade	27
1.4 Nosso Norte é o Sul: o giro decolonial e a emergência dos feminismos decoloniais ...	29
1.4.1 O pensamento decolonial.....	30
1.4.2 Feminismos decoloniais	32
1.5 Feminismo no Brasil	35
1.5.1 As lutas abolicionistas e as manifestações literárias: um primeiro momento do feminismo brasileiro	35
1.5.2 O sufrágio e a busca por cidadania, segundo e terceiro momento dos feminismos brasileiros.	37
1.5.3 A revolução sexual e o enfrentamento à ditadura militar: aspectos da quarta onda feminista no Brasil.....	39
CAPÍTULO II- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
2.1 Pesquisa qualitativa	42
2.2 Análise Crítica do Discurso	45
2.2.1 Discurso e discursos	47
2.2.2 Ordens do discurso	48
2.2.3 Poder e linguagem	49
2.2.3 Hegemonia.....	50
2.2.4 Ideologia	51
2.2.5 Emancipação social	52
2.3 Significados do discurso	54
2.4 Significado Representacional do Discurso e a categoria analítica Interdiscursividade	55
2.4.1 Interdiscursividade	56
2.5 Pesquisa em ACD	57
2.6 Enquadre teórico-metodológico da ACD	60

CAPÍTULO III- DOS CAMINHOS SINUOSOS NO RASTRO DO “ELDORADO”	
MATO-GROSSENSE	64
3.1 A descoberta aurífera e diamantífera nas terras brasilis	64
3.2 O eldorado e a busca da “pedra que brilha como estrela” em Mato Grosso.....	66
3.2.1 Alto Paraguai/Diamantino na rota da mineração.....	66
3.3 O garimpeiro e a mulher na lida da garimpagem: personagens dessa história.....	68
CAPÍTULO IV- ANÁLISES	72
4.1 Das particularidades do garimpo em Alto Paraguai/Diamantino	72
4.2 Garimpo e prostituição: realidades intrínsecas.....	75
4.3 Maria ou Madalena: entre o espaço público e o privado.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

As vivências que a universidade me proporcionou foram fundamentais para minha formação profissional e humana, em especial por meio da imersão em teorias feministas, de gênero, decoloniais e político-sociais. Natural do interior de Mato Grosso, cresci em um contexto sociocultural marcado por uma visão patriarcal e restritiva do papel social das mulheres, geralmente limitado ao cargo de esposas. Em cidades pequenas e interioranas como a minha, não é raro que, ainda jovens, as mulheres se casem ainda na adolescência, algumas vezes interrompendo seus estudos básicos. Felizmente, tive o privilégio de receber apoio integral da minha família, que sempre valorizaram e estimularam minha educação, o que foi decisivo no meu percurso acadêmico e, mais ainda, para a conquista do título de mestra. Para além do meu núcleo familiar, encontrei pelo caminho professores que ultrapassaram os ensinamentos teóricos e mostraram o impacto da educação na vida e na sociedade. Essa combinação de fatores, o suporte familiar e a orientação educacional, somaram para a compreensão do papel da educação como um instrumento de emancipação e transformação social.

Da escola pública para a universidade pública. Andando pelos corredores, por salas e nos bosques da Universidade Federal de Mato Grosso me deparei com pessoas e realidades diversas, distantes das experiências que havia vivido até então. Essa convivência me permitiu reconhecer que minhas preocupações eram mínimas diante das injustiças e desigualdades que permeiam a sociedade. Nesse organismo diverso da UFMT, aprendi a enxergar o mundo pelas lentes da criticidade social, me comprometendo ética e politicamente com a transformação social. Assim, assumi o propósito de, dentro das minhas possibilidades, somar forças aos que lutam por um mundo mais justo e igualitário. E, para o início dessa jornada, não haveria outro ponto de partida mais significativo do que as causas das mulheres. Mais ainda, era imprescindível que minhas reflexões residissem em vivências conhecidas por mim e de questões particularmente inquietantes. Foi nesse contexto que a experiência das mulheres no garimpo emergiu como um problema de investigação. Isso porque, a região que nasci e cresci é rodeada por áreas garimpeiras, o que me permitiu ouvir inúmeras histórias sobre a vida cotidiana no garimpo, que eram contadas por mulheres que viveram nestas regiões.

Ao me aprofundar na literatura especializada em garimpo, percebi que as narrativas eram majoritariamente dominadas por experiências e vivências masculinas, com escassas ou inexistentes menções às mulheres. Tal conjuntura resultou no seguinte questionamento: como é possível que os relatos recheados de luta, sofrimento e trabalho de mulheres nos garimpos, os

quais escutei diretamente de muitas delas, serem invisibilizados? Essas mulheres, acompanhando o marido ou o pai, eram as responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos, às vezes por complementar a renda familiar e, não raramente, garimpavam no lugar do cônjuge/pai. Elas eram tão protagonistas quanto os homens, mas suas histórias permaneciam apagadas, como se não fizessem parte da memória coletiva desses espaços. Essa lacuna histórica tornou-se então um impulso para minha pesquisa que, desde os primeiros rascunhos, almejava resgatar trajetórias de mulheres nos garimpos matogrossenses. Com o problema de pesquisa desenhado, iniciei o processo de investigação.

A obra do historiador João Carlos Barrozo, intitulada “*Em busca da pedra que brilha como estrela. Garimpos e garimpeiros de Alto Paraguai-Diamantino*” (2007), foi fundamental para a delimitação da pesquisa. Nela, Barrozo (2007) traça um panorama histórico detalhado sobre o garimpo na região de Alto Paraguai-Diamantino, no médio-norte matogrossense, área próxima a minha cidade natal¹. Além de reconstituir a história da região, o autor introduz em suas narrativas as personagens até então ignoradas: as mulheres. Em seu livro², especificamente no último capítulo, Barrozo (2007) analisa três figuras femininas predominantes nos garimpos de Alto Paraguai/Diamantino: a “mulher de família”, a “mulher de zona” e a mulher garimpeira. Esta última podia tanto ser a esposa que garimpa no lugar do marido quanto a prostituta que, no exercício da sua liberdade, atua de maneira independente na mineração.

O capítulo de Barrozo (2007), intitulado *Mulheres de garimpeiros e mulheres garimpeiras*, explora o fenômeno da dualidade do papel feminino no garimpo. Nele, o autor destaca o sistema binário que estruturava as relações sociais das mulheres, dividindo-as em dois grupos distintos: as mulheres casadas, consideradas “respeitáveis”, e as prostitutas, da “zona” e, portanto, “não respeitáveis”. Essa divisão não se limitava ao plano simbólico, mas se materializava no plano físico, uma vez que as mulheres viviam separadas espacialmente. As mulheres de “família” não se misturavam com as do “cabaré”, ao contrário de seus maridos que frequentavam os dois ambientes sem nenhuma reticência. Essa dinâmica segregatória revela as assimetrias de gênero e as hierarquias sociais que constituíam o organismo social garimpeiro de Alto Paraguai-Diamantino, as quais são centrais para essa investigação. O trabalho de Barrozo (2007) propôs reconstruir a trajetória dos garimpeiros e garimpos da região mato-

¹ Devido essa proximidade, já havia conhecido e ouvido mulheres que moravam e trabalhavam em garimpos da região de Alto Paraguai-Diamantino.

² O livro “Em busca da Pedra que brilha como estrela” é fruto da tese de doutorado defendida por João Carlos Barrozo em 1997 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Devido ao ano de publicação, acredito que a tese não esteja disponível em formato online, ao menos não foi possível encontrá-la.

grossense do Alto Paraguai/Diamantino, principalmente por meio da memória daqueles que viveram nestas regiões garimpeiras no século XX. Para isso, ele recorreu a questionários biográficos, entrevistas, a literatura referente ao garimpo e registros dos cartórios (Barrozo, 2007, p. 13).

Nesta dissertação, utilizaremos como objeto de análise as entrevistas, realizadas a partir de setembro de 1995, coletadas pelo autor com a personagem “dona E”. De acordo com Barrozo (2007), a trajetória de dona E. no garimpo inicia-se com seu casamento com um garimpeiro, aos 15 anos de idade. Após casar-se, acompanhou seu marido nos garimpos, onde não tinha nenhuma família, a não ser o esposo e os filhos que viriam no futuro. Em um dos depoimentos dados à Barrozo (2007), dona E. relata sobre sua vida na zona de garimpo: “Morando só em rancho de palha, trabalhando, aí a gente era obrigado a fazer comida, lavar roupa, cuidar das crianças [...] eu vinha, cuidava do filho, fazia comida praquelo povo tudo, 8, 9 homens que trabalhava no garimpo” (Barrozo, 2007, p. 215). A partir deste relato, é possível, primeiramente, alocar dona E. no âmbito das “mulheres de família”, devido ao seu estado civil e, posteriormente, constatar que suas funções transcendiam o ambiente doméstico, haja vista que, além das responsabilidades familiares, ela também cozinhava para um grande número de garimpeiros. Em relação às mulheres prostitutas, Barrozo (2007) não apresenta um número significativo de entrevistas de mulheres da “zona” dos garimpos de Alto Paraguai/Diamantino, de modo que essa lacuna será preenchida pelos relatos de dona E. que abordam essa faceta da vida no garimpo.

Dada essa conjuntura, esta dissertação se propõe a ampliar as análises de Barrozo (2007) ao incorporar uma dimensão discursiva crítica aos depoimentos colhidos pelo autor, enriquecendo os aspectos já apontados sobre a temática. No mais, é significativo que haja a perspectiva de uma pesquisadora mulher, pois possibilita uma abordagem mais contextualizada das experiências femininas no garimpo, com base em questões teóricas dos estudos de gênero e feministas, contribuindo para uma análise mais plural. Neste contexto, torna-se contundente a compreensão do cenário que as mulheres que vivenciaram a garimpagem em Alto Paraguai/Diamantino estavam inseridas, bem como os valores e crenças que moldavam suas vivências. A fim de nortear o estudo desses aspectos, busquei responder os seguintes questionamentos:

- Quais ordens discursivas eram predominantes na região de garimpo em Alto Paraguai/Diamantino?
- De que maneira essas ordens discursivas moldaram as divisões de gênero no garimpo?

- Quais representações de mundo contribuíram para estabelecer uma relação hierárquica entre homens e mulheres no garimpo e invisibilizar e subalternizar as mulheres nesse meio?
- Como as mulheres resistiram ou se adaptaram a essas normativas sociais? De que maneira, mesmo diante da marginalização, elas subverteram as normas de gênero?

Para responder essas questões, este estudo fundamenta-se em bases teóricas dos estudos de gênero e feministas, articuladas às noções e métodos da Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme os pressupostos de Fairclough e Chouliaraki (1999) e Fairclough (2001; 2003), ampliados por Barros (2015) e Resende e Ramalho (2022). Desse modo, a articulação entre teorias de gênero e feministas³ e os estudos discursivos críticos, permitem investigar o modo como as práticas discursivas corroboram para a produção e a sustentação de estruturas de poder e, conseqüentemente, na manutenção de práticas discriminatórias e desiguais. Assim, oferece uma análise crítica das relações de gênero e dos mecanismos de marginalização de mulheres existentes no contexto garimpeiro de Alto Paraguai/Diamantino.

Esta pesquisa estrutura-se da seguinte maneira: no capítulo I, apresenta-se uma trajetória teórica sobre questões de gênero, sexualidade e sexo, com enfoque nas teorias feministas e de gênero. Este capítulo concentra-se em situar o leitor quanto às bases conceituais que fundamentam os aspectos centrais desta dissertação. O segundo capítulo apresenta a base teórico-metodológica que ampara as análises discursivas deste estudo. Nele, aborda-se a Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, sob a perspectiva de Norman Fairclough (2001; 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999). Por se constituir como uma abordagem que integra teoria e metodologia, são discutidos aportes científico-sociais propostos pela ACD, com destaque para o Significado Representacional do discurso e para a categoria analítica Interdiscursividade.

O capítulo III consiste em uma análise de conjuntura sobre o garimpo dividida em três âmbitos: no Brasil, em Mato Grosso e na região de Alto Paraguai/Diamantino. O objetivo deste capítulo é delinear o panorama histórico-social da área estudada, apresentando ao leitor os fenômenos que condicionaram a formação social e discursiva do universo garimpeiro do Alto Paraguai/Diamantino. Já o quarto e último capítulo dedica-se à apresentação do resultado desta

³ As teorias de gênero e feministas configuram-se como ferramentas importantes para análise da dualidade do papel feminino no contexto garimpeiro por oferecer suporte teórico em relação às experiências femininas ao longo da história da humanidade, as desigualdades de gênero, as dinâmicas poder e as interseccionalidades que permeiam a vida dessas mulheres no caso estudado.

dissertação, as análises interdiscursivas críticas realizadas a partir de depoimentos selecionados do livro de Barrozo (2007). Nesta fase, ocorre a identificação das representações de mundo presentes nos garimpos do Alto Paraguai/Diamantino e a investigação do modo como essas representações dialogam com outros discursos e, por meio de um processo ideológico, constroem e preservam relações de poder desiguais como a ocorrência da dualidade do papel feminino nos garimpos da região estudada nesta dissertação.

Finalmente, nas considerações finais, apresenta-se reflexões sobre o processo de análise desenvolvido ao longo desta pesquisa, bem como as possíveis contribuições deste estudo para a sociedade. No mais, propõe-se também direcionamentos para investigações futuras, as quais podem ampliar e aprofundar o debate a respeito da presença das mulheres nos garimpos.

CAPÍTULO I- FEMINISMO, GÊNERO E DECOLONIALIDADE

Este capítulo caracteriza-se como um percurso teórico pelas teorias de gênero, decoloniais e feministas, com ênfase nos pressupostos que regem as análises discursivas desta dissertação. Sendo assim, este capítulo está dividido em cinco seções: a primeira *Gênero, sexo e sexualidade* apresenta os princípios basilares dos estudos de gênero; a segunda, *Os estudos feministas no Norte global* discorre sobre o que são consideradas as primeiras manifestações feministas iniciadas na Europa no século XIX, atualmente entendidas por muitas estudiosas como feminismo hegemônico. A terceira, *Interseccionalidades*, aborda as críticas de mulheres negras e latinas ao feminismo hegemônico por não abordar em suas reivindicações outras opressões, que não apenas a sexual, sofridas pelas mulheres, como a racial e de classe. A seção seguinte, *Nosso Norte é o Sul*, discute as epistemologias desenvolvidas no e a partir do sul global. E, por fim, *Feminismo no Brasil* que traça um panorama histórico das mobilizações feministas e suas peculiaridades no contexto brasileiro. Quanto a esta última seção, caracteriza-se, também, como uma dedicatória às feministas brasileiras que bravamente lutaram e conquistaram os direitos civis e legais que hoje são garantidos. Cabe ressaltar que, dos conceitos apresentados nesta seção, nem todos serão efetivamente aplicados no capítulo VI- análises. Isso porque, alguns dos conceitos abordados nas seções seguintes objetivam situar o leitor em relação ao embasamento teórico que justifica as posições e perspectivas adotadas ao longo dessa pesquisa.

1.1 Gênero, sexo e sexualidade: algumas considerações

A história da humanidade é marcada por especificidades de gênero. Grandes feitos históricos, como renomadas descobertas científicas e cânones literários, são majoritariamente relacionados aos homens, ao menos os mais heroicos e idealizados. Lerner (2019), em seu estudo sobre o processo histórico da criação do patriarcado, sustenta a tese de que historicizar os sujeitos femininos como centrais na gênese da sociedade e da civilização é imprescindível para a emancipação das mulheres. Isso porque, de acordo com a autora, ao tornarem-se cientes das incongruências que permeiam suas relações sociais e seu papel no processo histórico, as mulheres seriam impelidas, em virtude dessa consciência, “[...] à ação para mudar a própria condição e começar um novo relacionamento com a sociedade dominada pelos homens” (Lerner, 2019, p. 30).

Em uma perspectiva semelhante, Scott (2019), em seu conceituado artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, delibera sobre o caráter histórico do termo gênero e sua emergência no seio do movimento feminista como uma categoria fundamental de análise histórica. Conforme apontado pela historiadora norte-americana, a adoção da noção analítica de gênero, inicialmente proposta pelo movimento feminista, implicava o reconhecimento de que as distinções baseadas na ideia de “sexo” se caracterizavam estritamente como uma invenção social, de modo a rejeitar o determinismo biológico inscrito em termos como “sexo” e “distinção sexual”. Para mais, questionava-se também a natureza relacional de normativas relacionadas à feminilidade (Scott, 2019, p. 50).

Ainda que o recorte dos escritos de Scott (2019) sintetize as demandas centrais na emergência do gênero como um objeto de estudo nas análises feministas, compreender o modo como esse processo foi engendrado possibilita a visualização dos contextos de luta, de resistência e das evoluções nos debates em torno dessa noção. No mais, não é exagero a suposição de que a categoria gênero amplia os métodos analíticos, uma vez que nessas discussões se ponderam relações interseccionais com as esferas sociais e raciais, assim como as dinâmicas de poder e políticas.

Em uma análise conjuntural, Louro (2003) circunscreve o desdobramento da “segunda onda” do movimento feminista como um marco temporal na emergência analítica do conceito de gênero. De acordo com a estudiosa, a partir do final da década de sessenta, período reputado como sinônimo de constatação e rebeldia, o feminismo estendeu suas preocupações para além das pautas políticas e sociais e concentrou-se também nas construções teóricas culminando, desse modo, na problematização do gênero (Louro, 2003, p. 15). No entanto, a origem do termo “gênero” não é, ao menos não de maneira unânime, considerada como um feito feminista. De acordo com Vicente (2015), credita-se ao psicólogo estadunidense John Money o pioneirismo na utilização do termo em meados da década de sessenta. Lattanzio e Ribeiro (2018) compartilham da mesma convicção e acrescentam ainda o fato de, embora “gênero” tenha uma visibilidade significativa na conjuntura atual, sua origem e seu desenvolvimento não geram demasiado interesse.

Com o objetivo de amenizar esse lapso nos estudos sobre gênero, Lattanzio e Ribeiro (2018) elucidam, em suas palavras, a “pré-história clínica” do gênero: anterior à consagração do termo nos estudos feministas pela antropóloga Gayle Rubin em 1975, Money o introduziu na seara científica com o intuito de promover legitimidade à desnaturalização da relação entre “sexo” biológico e identidade de gênero; contudo, tal conceito não obteve êxito entre os psicanalistas por, entre outras motivações, pertencer ao escopo social e, por este motivo, não

possuir relevância para psicanálise (Lattanzio; Ribeiro, 2018, p. 411). Sendo a gênese do conceito reportada ou não às teóricas feministas, foram elas as responsáveis por sua incorporação e articulação em um amplo campo de disciplinas acadêmicas. O sistema “sexo-gênero”, elemento crucial para a crítica feminista naquele momento, preocupou-se com a condição sociossexual dos sujeitos femininos que eram vistos como divergentes do “padrão universal”, o homem (Laurentis, 2021). Nesse sentido, uma postura analítica comprometida com as questões de gênero significava a rejeição às estruturas de poder que contribuíam para a perpetuação da subordinação das mulheres tanto no âmbito privado quanto no público.

A década de noventa marcou o início de um novo campo teórico, desta vez dedicado exclusivamente aos estudos de gênero. A emergência de tal campo de análise, parcialmente, como uma resposta crítica ao separatismo predominante nos estudos feministas propiciado, sobretudo, pela não consideração em suas análises de aspectos relativos à masculinidade e aos estudos dos homens (Laurentis, 2021). Somente em meados da mesma década, proveniente da união entre as teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas, surgem os estudos *queer*⁴ (Salih, 2012).

Judith Butler, teórica *queer*, em consonância com esse escopo teórico, movimenta-se criticamente advogando em favor de uma concepção múltipla e fluida das identidades de gênero. Sucintamente, as preocupações da filósofa centram-se nos modos de subjetivação dos sujeitos que ocorrem no interior das dinâmicas de poder e são perpassados pelas temáticas da sexualidade e de gênero (Salih, 2012). Ao entender “gênero” e “sexo”⁵ como construções culturais, Butler (2021) ancorada nas considerações de Foucault (1988), também assume a noção de sexualidade como um construto histórico-cultural. Em relação a esse entendimento, Weeks (2010) esclarece que, embora a sexualidade seja frequentemente atribuída a um “instinto” e a “natureza humana”, o modo mais adequado de percebê-la é como um construto histórico e social. Isso porque, de acordo com o autor, ainda que a sexualidade se manifeste

⁴ O *queer*, conforme reflete Beltrão (2019), se assenta no (re)inventar, (re)arquitetar e no (re)(des)descobrir aquilo que foi instituído como padrão, como incontestável e “natural” na seara do gênero e da sexualidade. Nesse sentido, os estudos *queer* empreendem uma ruptura com a categorização de sujeitos como gays, lésbicos, femininos, entre outras categorias consideradas pelos estudos de gênero, gays e feministas. Assim, a teoria *queer* promove uma desconstrução de tais categorias, apoiada no pressuposto da indeterminação e da instabilidade de todas as identidades sexuadas e generificadas (Salih, 2012). O próprio termo *queer* reflete a busca desses estudos pela resignificação: do inglês, a palavra *queer* tem seu significado relacionado a aquilo que é estranho, excêntrico. Inicialmente empregado de modo pejorativo para se referir às pessoas homossexuais, o termo passou a ser utilizado, por grupos homossexuais, como um meio de contestação da heteronormatividade e de seu caráter “natural”, tornando-se um símbolo de resistência contra a normalização (Beltrão, 2019). Para uma leitura aprofundada sobre a teoria *queer* ler Beltrão (2019).

⁵ Para Butler (2021), a associação de sexo como “natural” é resultado de construções discursivas hegemônicas que desempenham um papel central na imposição e manutenção de estruturas engendradas.

através do corpo, ela também se relaciona com as crenças, as visões de mundo e as ideologias coletivas e, nesse sentido, configura-se como uma preocupação que extrapola os limites da individualidade e alcança os âmbitos políticos e sociais (Weeks, 2010). Não coincidentemente, historicamente a terminologia “sexo” recebeu um sentido mais preciso: para além da divisão da humanidade nas categorias binárias “masculino” e “feminino”, ele refere-se “a corpos marcadamente diferenciados e ao que nos divide, e não ao que nos une” (Weeks, 2019, p. 51).

Laqueur (2001) aponta que essa outra maneira de interpretar o corpo e o sexo emergiu, no século XVIII, devido a desenvolvimentos epistemológicos e políticos. O historiador aponta que, embora houvesse um avanço no conhecimento científico, mesmo que deficiente, esse novo olhar sobre a sexualidade tornou-se possível em decorrência do contexto político que constituiu novas maneiras de se pensar os sujeitos e a realidade social (Laqueur, 2011). Em outras palavras, a sexualidade relaciona-se a um sistema político-social impulsionado por definições e categorizações identitárias socialmente hierarquizantes.

Em “História da Sexualidade v. I”, Foucault (1988) adjetiva a sexualidade como um mecanismo sutil e capaz de imputar não apenas uma autodefinição, mas também definir os outros. Para ele, por meio da lógica ocidental, nossos corpos, nossas identidades e nossas vivências foram moldadas sob a ótica do sexo que, uma vez atrelada aos campos da racionalidade e da subjetivação, “[...] nos serve de chave universal” (Foucault, 1988, p. 76). Em relação a esse panorama, cabe salientar que no entendimento foucaultiano de poder, este não se limita à repressão e estende-se à instância de produção de mundos, de relações e de subjetivação (Vicente, 2015). Nesse sentido, a sexualidade está ligada intrinsecamente às manobras de poder e as práticas discursivas. Para Foucault, na história da sexualidade há “[...] uma verdadeira explosão discursiva” (Foucault, 1988, p. 21). Desse modo, o enfoque discursivo, por parte do ocidente, no sexo propiciou um dispositivo complexo que não se detém perante interdições e é capaz de produzir discursos passíveis de efeitos e de constituir mecanismos de poder (Foucault, 1988).

Ao tratar sobre “sexo” e “gênero”, Butler (2019; 2021) é categórica ao afirmar o caráter indissociável entre as diferenças sexuais e as práticas discursivas. A autora infere essas noções como ideais regulatórios que se materializam mediante práticas altamente reguladas e reiteradas. Nesse viés, concebê-los como construtos discursivos se explica justamente por serem construções ficcionais, moldes produzidos, naturalizados e institucionalizados no cerne da tradição heterossexual de poder. Se assumirmos sexo e gênero como instrumentos não ontológicos, logo eles serão um fazer, um processo que, por meio da linguagem e do discurso,

“fazem” as identidades de gênero (Salih, 2012). É este *fazer* que Butler denominou Performatividade.

1.1.2 Performatividade

Em *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, Butler (2021) para além da crítica à teoria feminista pela presunção de um “sujeito feminino universal” traduzido na categoria *mulheres*, desestabiliza a distinção binária do sexo/gênero. Base da política feminista na década de sessenta, esse sistema questionava, sobretudo, a ideia da biologia como destino: teorizou-se o “sexo” em termos biológicos e o gênero como seu significante cultural. Opondo-se a essa perspectiva, Butler contesta o status de imutabilidade e de natureza do “sexo” sugerindo que, tal como o gênero, ele seria um construto discursivo e cultural:

Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (Butler, 2021, p. 27)

Dito de uma maneira diferente, o “gênero” configura-se como uma ficção discursiva e cultural pela qual se estabelece uma “natureza sexuada” creditada como pré-discursiva e que sofre agência cultural (Butler, 2021). Nesse sentido, “gênero” não se refere ao que nos é ontológico, mas sim ao que realizamos, que fazemos. A categoria “sexo”, por sua vez, é entendida como, desde o princípio, normativa, além de compor o que Butler nomeia, ancorada em Foucault, como uma prática regulatória; isto é, uma espécie de poder produtivo que produz e demarca os corpos que controlam (Butler, 2019). Por esse viés, os corpos são desde o nascimento engendrados, haja vista que nossa existência é perpassada por uma inscrição cultural. Sendo o “gênero” parte desse domínio, Butler o aponta como uma estilização do corpo que se dá através de atos repetitivos em meio a um quadro regulatório rígido; essa repetição, aponta ela, proporcionou uma aparência de “substância” ao gênero e o naturalizou ao decorrer do tempo (Butler, 2021). Conforme o exemplo clássico, ao nos vestirmos em conformidade com as normas de gênero, tal como homens de terno e mulheres de vestidos, estamos *reiterando* os modos como a sociedade espera que homens e mulheres se vistam e se comportem. No entanto, se um homem usa um vestido em um contexto em que essa ação não é socialmente

considerada como masculina, ele estará *subvertendo* as normas de gênero. Assim, os sujeitos sociais podem ou subverter ou reiterar os papéis de gênero. Isso porque, na perspectiva de Butler, o gênero não é algo fixo, mas sim algo que se “faz”. A esse fenômeno a teórica *queer* denominou performatividade.

As teorias linguísticas dos atos de fala de Austin (1990) e de citacionalidade e iterabilidade de Derrida (1971) foram entrelaçadas por Butler em seu conceito de performatividade. Vicente (2015) explica que Butler recorre ao neologismo *performativo* cunhado por Austin (1990) e utilizado pelo autor para se referir a enunciados linguísticos que “agem” e modificam o estado das coisas, se diferenciando, desse modo, de sentenças unicamente demonstrativas/ descritivas. É o caso, por exemplo, dos votos de casamento em que a declaração do celebrante “eu vos declaro marido e mulher” transforma o status dos noivos de solteiros para casados e, com isso, modifica suas realidades sociais e legais. No mais, Butler também se alinha aos conceitos que Derrida (1971) desenvolveu acerca do performativo de Austin, especialmente no que tange a citacionalidade de normas estabelecidas que independem da vontade do sujeito, e a iterabilidade, que diz respeito à possibilidade de repetição e da emergência de alteridade nesse processo (Vicente, 2015). Com o auxílio desses aportes conceituais, o entendimento de Performatividade de Butler constitui-se como um instrumento teórico essencial para a compreensão do modo como as estruturas de poder instituem e legitimam as identidades de gênero no interior de uma inteligibilidade social.

Reputada como uma das postulações mais conhecidas de Butler, a noção de performatividade causa estranhamento por sugerir que o sujeito não possui agência quanto ao gênero que irá interpretar ou performar. De fato, Butler não sugere a existência de uma liberdade de escolha em relação às expressões de gênero. Pelo contrário, sua postura é de que, se há uma agência, ela está condicionada às possibilidades oferecidas pela “apropriação obrigatória da lei reguladora, a materialização dessa lei, a apropriação compulsória e a identificação com tais demandas normativas” (Butler, 2019, p. 34). Logo, ainda que as identidades de gênero sejam concebidas *performativamente* por meio de uma reiteração normativa, para a teórica, não há um sujeito que seja preexistente a esse feito (Butler, 2021). Quanto a isso, Salih (2012) destaca que, por mais que pareça paradoxal, Butler não considera o gênero como uma performance e a distingue de performatividade. Enquanto a primeira pressupõe a existência de um sujeito, a segunda questiona a própria noção de sujeito.

1.2 Os estudos feministas no Norte Global: o feminismo hegemônico

Os sujeitos femininos têm sido, em um processo que perdura há séculos, concebidos como “naturalmente” inferiores aos homens. Por mais que a sujeição das mulheres não seja um fenômeno universal, há uma vasta gama de discursos que corroboram com a maledicência e a subalternização desses sujeitos. É o caso de famosos mitos que ilustram a criação da humanidade, tal como a figura da pecaminosa Eva dos judaico-cristãos e da curiosa Pandora dos gregos antigos (Alves; Pitanguy, 2022). Entretanto, tais falácias não se restringiam à seara religiosa. Com a emergência do período moderno e os avanços científicos, baseados, sobretudo, em concepções positivistas, surgiram explicações “científicas” que legitimavam a submissão feminina como um fator biológico em razão da assimetria sexual humana (Lerner, 2019). Em todo caso, essas duas óticas, religiosa e científica, garantiram a inquestionabilidade da condição social subalternizada das mulheres durante um longo período da história humana no ocidente.

Em uma análise conjuntural, nota-se outros aspectos que permeiam e auxiliam na manutenção dessa construção política, social e cultural que subjuga, secundariza e marginaliza mulheres: o patriarcado. Diferentes momentos históricos marcam as variadas manifestações da soberania masculina. Federici (2017) relata que, nos anos finais do século XV, uma contrarrevolução à Guerra dos Camponeses tornou-se um flagelo para as mulheres, sobretudo para as proletárias. De acordo com a autora, as autoridades políticas, com o intuito de cooptar rebeldes e trabalhadores, implementaram uma “política sexual” que consistia na oferta de sexo gratuito; tal empreendimento, para além do estupro de diversas mulheres e sua legalização, “[...] insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período” (Federici, 2017, p. 104). Depois, o advento da propriedade privada e a formação dos Estados-nações marcaram o interesse econômico no poder reprodutivo das mulheres que, por meio da restrição delas ao âmbito privado/doméstico, passa a ser controlado (Alves; Pitanguy, 2022). Outros recortes históricos também poderiam exemplificar as injustiças e a desvalorização das mulheres ao longo dos séculos. Contudo, o importante a salientar é que, se há uma mudança nesse sistema misógino, é em virtude da resistência de movimentos de mulheres que bravamente lutaram pela desnaturalização da ideia de sujeição feminina como um destino irrevogável.

O repúdio à opressão feminina resultou no surgimento de uma *consciência crítica feminista*, para usar um termo de Costa e Sardenberg (2008). Os primeiros movimentos organizados por e em prol das mulheres datam do século XVII e alcançaram seu auge na

Revolução Francesa (1789-1799). Desse período, o nome Olympe de Gouges (1748-1793) destaca-se por sua incessante luta como militante dos direitos das mulheres. Dramaturga e ativista política, em 1791 publicou, em resposta a Declaração dos direitos dos Homens e do Cidadão (1789), uma Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã com o objetivo de denunciar o apagamento dos sujeitos femininos no sistema legislativo e exigir assistência jurídica, política e social para as mulheres. Sua coragem a condenou ao enforcamento, mas seu gesto é lembrado e considerado como um dos marcos do feminismo de “primeira onda” ou “igualitário” no norte global (Marques, 2015).

É importante ressaltar as dissonantes posições entre as estudiosas feministas a respeito do termo “ondas”. Embora comumente utilizado para caracterizar os diferentes períodos do movimento feminista, Silva (2016) aponta que o uso de tal termo imputa o perigo de se pensar uma história unificada e centrada na perspectiva do Norte Global. Tal contestação, no entanto, não significa uma desconsideração das raízes ocidentais do feminismo, trata-se de incluir outros contextos geo-históricos nas análises sobre o feminismo (Silva, 2016). Mesmo em concordância com a posição apontada por Silva, nesta pesquisa recorre-se ao vocábulo “ondas” para marcar didaticamente os recortes temporais e analíticos dos movimentos feministas, dado que “a subordinação da mulher não se manifesta da mesma forma, ou no mesmo grau de intensidade, em sociedades, épocas ou classes sociais diferentes” (Costa; Sardenberg, 2008, p. 24).

Em defesa da igualdade entre os sexos, a consciência feminista desenvolve-se, a princípio, em países europeus, especialmente na França e na Inglaterra, durante contextos de significantes transformações sociais e econômicas, particularmente com a ascensão do modelo capitalista (Costa; Sardenberg, 2008). A nova era econômica ocasionou mudanças expressivas nas relações sociais, a ponto de modificar o basal modelo familiar centrado no homem como fonte de renda. A subsistência condiciona-se, nesse novo sistema, a venda de mão de obra em trabalhos fabris nos quais as mulheres passam também a atuar. De acordo com Costa e Sardenberg (2008), a inferioridade que às era atribuída no âmbito doméstico as acompanhou no ambiente público, visto que se explorou a mão de obra feminina e lhes negou os direitos trabalhistas. Neste cenário, a consciência feminista aflora devido a fatores como “o rompimento com o isolamento doméstico resultante da participação social de um lado e, de outro, os ideais liberais de igualdade, levam as mulheres gradativamente à subversão” (Costa e Sardenberg, 2008, p. 25).

As décadas finais do século XVIII marcam aquilo que se pode atribuir como os primeiros passos do movimento feminista, entretanto no século XIX concretizam-se as lutas femininas em movimentações conhecidas como *suffragistas*. Reivindicando, dentre outras

pautas, o direito ao voto feminino e à educação, o sufrágio ou primeira onda do feminismo, preconizava os interesses ligados a uma classe específica de mulheres: as brancas de classe média (Louro, 2003). Com reivindicações limitadas à seara jurídica, pouco se preocupavam com os papéis sociais opressores previamente designados às mulheres ou com as mudanças em suas vidas devido a inserção no mercado de trabalho (Costa; Sardenberg, 2008). Para além disso, Davis (2016) enfatiza o racismo presente no movimento ao relatar a invisibilidade das mulheres negras e o desvio de interesse das mulheres brancas proletárias que “não abraçaram a causa do sufrágio feminino com entusiasmo (...) a massa das trabalhadoras estava muito mais preocupada com seus problemas imediatos - salários, jornadas, condições de trabalho (...)” (Davis, 2016, p. 144).

A efervescência política e social do século XX, mais especificamente na década de sessenta, contextualiza a emergência da segunda onda do movimento feminista. Criticamente engajado, esse novo raio do feminismo é marcado por protestos estudantis, contrariedade à guerra do Vietnã e em defesa dos direitos civis da população negra e configura-se como a gênese dos movimentos feministas que conhecemos hoje (Silva, 2016). As produções teóricas, a presença de militantes feministas na seara acadêmica e a emergência do gênero como objeto de análise são aspectos marcantes desse momento do feminismo que, sucintamente, buscava instituir as mulheres como sujeitos políticos. Neste período, para além do gênero, as estudiosas começaram a incluir outras categorias como classe e raça em suas análises. Posteriormente, a ativista racial norte-americana Kimberlé Crenshaw, na década de noventa, cunhou essa abordagem como *interseccionalidade*.

Quanto à existência de uma terceira onda, não há consenso entre as teóricas da área. Para alguns, a estamos vivenciando neste século devido às conquistas recentes atribuídas aos movimentos feministas, à emergência de novas correntes teóricas e às diferentes movimentações possibilitadas pelos avanços tecnológicos nas áreas de comunicação e informação (Silva, 2016).

1.3 Interseccionalidade

Em meados do século XVIII, durante uma reunião de clérigos que debatiam os direitos da mulher em Ohio, Sojourne Truth, mulher negra e escravizada, abordou em seu discurso entrelaçamentos que, futuramente, viriam a ser teorizados dentro do escopo da interseccionalidade:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Mais tarde, nas décadas de setenta e oitenta do século XX, os movimentos femininos negros desenvolveram questionamentos a respeito das posições ocupadas por mulheres negras na sociedade, destacando como suas vivências eram moldadas pelas intersecções de raça e sexo, além das severas críticas ao feminismo hegemônico. Esses debates favoreceram o desenvolvimento do conceito de *interseccionalidade*, que viria a ser teorizado posteriormente por Kimberlé Crenshaw.

Em uma análise histórica, hooks (2020) salienta o silenciamento e a desvalorização das mulheres negras ao longo do século XX tanto no cerne dos movimentos negros quanto dos feministas. Imersas em um limbo social e conceitual, não se viam representadas nem na categoria “mulheres”, associada às mulheres brancas, e nem na categoria “negros”, comumente vinculada aos homens negros. Mesmo lutando ao lado de homens negros em prol da abolição da escravidão, os líderes políticos do movimento incorporaram valores patriarcais e corroboraram para a manutenção do sexismo como natural e secundário ao racismo. Marginalizadas, as mulheres negras tiveram “sua identidade socializada tão à parte da existência [...]” (hooks, 2020, p. 26). Não obstante, o movimento feminista hegemônico, contrariando suas preocupações com a opressão sexista, apresentam um comportamento sexista e racista no que tange as mulheres negras (hooks, 2020).

O retorno do debate sobre opressões entrecruzadas na construção de desigualdades conta com o manifesto do *Combahee River Collective* (1977), elaborado pelo coletivo de feministas negras e lésbicas, como um marco em seu desenvolvimento. Tal documento apontava a necessidade de se conceber análises e práticas com base no entrelaçamento de opressões - classe, raça, gênero, sexualidade e foi o responsável em impulsionar um olhar ativista extra-acadêmico por parte das feministas acadêmicas (Henning, 2015). Contudo, a nomenclatura *interseccionalidades* é cunhada apenas em 1983 por Kimberlé Crenshaw⁶.

⁶ A teorização do termo interseccionalidades ocorreu no artigo de Crenshaw (1983) intitulado “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracista.”

Fundamentalmente, Crenshaw propõe a interseccionalidade como um aporte teórico-metodológico que reconhece os diferentes meios e sistemas discriminatórios que contribuem e mantêm as desigualdades de gênero; sugere que sejam criadas, a partir desses pontos interseccionais, estratégias eficazes de enfrentamento a esses sistemas (Assis, 2019). Não há, todavia, homogeneidade na abordagem interseccional. Em Henning (2015) pode-se visualizar a vertente estadunidense, sistêmica-estrutural, representada por Crenshaw e Patricia Hill Collins, e a abordagem britânica, construcionista, trabalhadas por Mcklinctock e Brah. No sul global, a argentina María Lugones utiliza de tal perspectiva para compor o que denominou como colonialidade do gênero (Lugones, 2008; 2014).

1.4 Nosso Norte é o Sul: o giro decolonial e a emergência dos feminismos decoloniais

É preciso, inicialmente, aclarar a escolha de delimitar as perspectivas do Sul e do Norte global. Para o contexto desta pesquisa, que analisa o garimpo em uma região brasileira, é imprescindível adotar uma abordagem contextualizada que infere as particularidades históricas, culturais e sociais da região estudada. Esses aspectos geohistóricos, atravessados por interseccionalidades, moldaram de maneira significativa as experiências das mulheres nos garimpos do Alto Paraguai/Diamantino e, por isso, sua explanação amplia o entendimento do leitor a respeito do escopo social que os personagens deste estudo estão inseridos: são homens e mulheres latinos marcados pelo colonialismo, pela escravidão e por desigualdades sociais enraizadas na colonialidade. Neste sentido, para uma análise efetiva da dualidade do papel feminino no garimpo, é necessário, antes, compreender a constituição histórica e social da sociedade brasileira, considerando o legado colonial e suas implicações na estruturação das relações de gênero, classe e raça.

Antes de adentrar as teorias feministas decoloniais, convém tratar brevemente da constituição do pensamento decolonial como um todo, desde seu início na década de noventa, na figura do Grupo Modernidade/Colonialidade até o movimento conhecido como “giro decolonial”, o qual estabeleceu uma autocrítica no interior da lógica moderno-colonial e corroborou para o surgimento de vertentes epistêmicas feministas decoloniais. Isso porque, é no seio deste desdobramento e em convergência com os diversos feminismos latino-americanos e de cor⁷ que emergem, nomeados como tal, os feminismos decoloniais (Ballestrin, 2020).

⁷ Quanto ao uso de *mulheres de cor* partilho da opinião de Lugones (2008, p. 75) que o considera como um termo de coalizão de múltiplas opressões sofridas por mulheres. A autora explica que essa expressão se originou nos Estados Unidos a partir de mulheres que vivenciaram a dominação racial. Para mais, assevera que o uso do termo

1.4.1 O pensamento decolonial

O movimento epistemológico latino-americano de ruptura com a herança colonial eurocêntrica ganhou notoriedade com a constituição do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) nos anos finais da década de noventa. Composto por estudiosos latino-americanos, estando alguns deles em diáspora, o grupo foi fundamental para a radicalização da perspectiva pós-colonial no continente a partir da ideia de ‘giro decolonial’ (Ballestrin, 2013). Quanto a isso, Mignolo (2007) argumenta que o pensamento decolonial emergiu, na verdade, em contrapartida ao estabelecimento inicial da modernidade/colonialidade (Mignolo, 2007).

Anteriormente ao M/C, fundou-se o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos (1992), inspirado no movimento pós-colonial e, especialmente, no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos. Todavia, ainda que tenha sido um marco da inclusão dos estudos latino-americanos na seara dos estudos pós-coloniais⁸, o grupo se dissolveu em decorrência de divergências teóricas que, de acordo com Ballestrin (2013), relacionavam-se com críticas em relação ao não rompimento do grupo com a episteme eurocêntrica e norte-americana e a não concentração do *locus* de estudos na América Latina.

Quanto ao escopo teórico, o M/C organiza-se em torno da noção de colonialidade. Grosfoguel e Castro-Gómez (2007) explicam que os estudiosos do grupo partem da suposição que a divisão centro e periferia e a hierarquização étnico-racial dos povos, derivadas da colonização das Américas pelos europeus, não se findou com o fim do colonialismo e a formação dos estados-nação. Para eles, passamos do colonialismo moderno para a colonialidade global. Quanto a diferenciação entre *colonialismo* e *colonialidade*, Maldonado-Torres (2007) explica que o primeiro se refere a soberania de um povo sobre o outro (imperialismo), enquanto a segunda descreve um padrão de poder que resulta do colonialismo e que se preocupa com a forma como “o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam através do mercado capitalista global e da ideia de raça”⁹ (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

O entendimento de colonialidade tramita em diversos âmbitos da realidade social e apresenta-se na *colonialidade do poder, do ser, do saber e do gênero*. Nessa seara, o conceito

não tem a intenção de se converter em um marcador racial, mas sim caracteriza um movimento horizontal que abrange sujeitos femininos subalternizados em diversas instâncias da vida. Não se configura como uma nomenclatura separatista ou de dominação, pelo contrário, representa a união orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, negras, mulatas, dentre outras (Lugones, 2008).

⁸ Mignolo (2007, p. 27) aponta que o pensamento decolonial e o pós-colonial se diferem em suas concentrações de estudo. Enquanto o pensamento pós-colonial baseia sua genealogia nos estudos pós-estruturalistas franceses, a decolonial foca-se na história do entendimento decolonial.

⁹ Tradução realizada pela autora desta dissertação. No original “el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza”.

amplamente utilizado pelos estudiosos decoloniais é o de *colonialidade do poder*, elaborado pelo teórico peruano Aníbal Quijano em 1989. Tal entendimento, demonstra a maneira como a dominação colonial, em suas diversas formas, tiveram continuidade nas sociedades colonizadas mesmo após o fim do colonialismo (Ballestrin, 2013). Ainda de acordo com Quijano, a invenção de raça foi fundacional para o sistema moderno-colonial e a classificação dos povos em termos de raça e etnia se origina e perpetua a partir da colonização da América (Quijano, 2000). Há também, na perspectiva do teórico peruano, outras duas categorias de classificação no capitalismo moderno/colonial, o trabalho e o gênero. Pelo trabalho controla-se a mão de obra, os recursos e os produtos do trabalho; ao gênero, implica o controle sexual (reprodução e prazer) e a raça é incorporada em função dos outros dois, de modo a garantir as relações hierárquicas de poder (Quijano, 2000, p. 369). É importante destacar que, embora nas considerações de Quijano sejam abordadas questões relativas ao gênero, é a teórica feminista María Lugones que irá desenvolver o conceito de *Colonialidade do gênero*. Para Lugones, Quijano incorpora a visão capitalista e eurocêntrica de gênero ao admitir a categoria sexo/gênero em suas análises e, desse modo, estaria compactuando com pressupostos problemáticos como heterossexualidade compulsória e dismorfismo sexual (Castro, 2020).

Por fim, se faz necessário comentar a ausência de pesquisadores brasileiros no cenário do estabelecimento e expansão dos estudos decoloniais na América Latina. Como possível justificativa, Ballestrin (2013) aponta o fato de o M/C privilegiar a análise da América hispânica em prejuízo à portuguesa e, além disso, o Brasil se coloca como uma realidade à parte do resto do continente. Em uma perspectiva semelhante, Hollanda (2020) lança luz ao fato de que o processo colonial brasileiro apresenta singularidades em relação aos outros países da América Latina. A autora ressalta a proximidade dos brasileiros colonizados com o colonizador, destacando o episódio da fuga de Dom João ao Brasil e como esse acolhimento pode ter gerado uma dissimulação das figuras simbólicas nacionais e na percepção das diversas violências do colonialismo (Hollanda, 2020, p. 23). Outro aspecto apontado por Hollanda (2020) é a não afeição dos brasileiros ao confronto, o que acarreta meios singulares de luta. É possível que a constatação da autora se refira ao processo de independência dos países latinos, pois enquanto a maioria dos países hispânicos travaram grandes lutas em prol de sua autonomia, no Brasil a libertação nos foi “dada” pelo colonizador, o que pode criar uma afetuosidade com o colonizador europeu e uma sensação de proximidade que minimiza ou apaga as opressões e o genocídio da coroa portuguesa nas terras *Brasilis*.

De volta a discussão do engajamento de pesquisadores brasileiros com a episteme decolonial, não é errôneo constatar que, ainda que tais discussões tenham chegado tardiamente

no contexto científico brasileiro, há autores brasileiros que trabalhavam nesta perspectiva mesmo sem nomeá-la como decolonial. É o caso de Lélia González e seu conceito de amefricanidade. Além disso, atualmente, um grande contingencial de estudiosos brasileiros está adotando a perspectiva teórica decolonial em suas práticas acadêmicas/científicas, de modo a ampliar essas discussões em nosso contexto político-social. Esta dissertação, por exemplo, é um desses trabalhos.

1.4.2 Feminismos decoloniais

Essa nova aposta teórica pauta-se em uma linha de raciocínio produzida nas “margens” por mulheres, lésbicas e sujeitos racializados em geral, de modo a engajar-se com conhecimentos oriundos de intelectuais e ativistas comprometidos em desestruturar matrizes opressoras por meio de uma perspectiva não eurocêntrica (Espinosa-Miñoso, 2014). Nesse sentido, caracteriza-se como um movimento que, embora considere o feminismo clássico ocidental como uma revolução política e cultural liderada por mulheres, questiona de forma incisiva o entendimento de um “progresso” nos direitos das mulheres (Espinosa-Miñoso, 2012). Arelado a tal dado, Espinosa-Miñoso (2012) sugere que a episteme feminista clássica

Primeiramente, é reprodutora da ideia de Europa como começo e fim da história e da modernidade como um grande projeto de superação que todo humano deve alcançar; segundo, porque denunciemos que esse programa é uma falácia que só se sustém graças às sombras que projeta sobre todo o resto que existe. Não só nos opomos à pretensão salvacionista do feminismo em sua forma clássica, como também podemos demonstrar como essa herança colonial é perversa. (Espinosa-Miñoso, 2012, p. 145, tradução nossa)

Complementarmente a esta perspectiva, Vergés (2020) pontua que a ofensiva contra as mulheres não se limita à expressão de uma dominação masculina, mas também é uma manifestação de uma violência arrebatadora ancorada pelo capitalismo. Posto isso, para ela, “o feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias” (Vergés, 2020, p. 27). Sendo assim, é possível delinear um paralelo com aquilo que Espinosa-Miñoso (2012) denomina como “aposta dupla” do feminismo decolonial: revisar o aparato teórico produzido pelo feminismo ocidental branco burguês e avançar nas produções de novas interpretações que explicitem a atuação do poder moderno-colonial, a fim de confrontar a base epistemológica hegemônica imposta, a princípio pela Europa e, posteriormente, pelos Estados Unidos (Espinosa-Miñoso, 2012). Portanto, depreende-se nas considerações das autoras a importância de se promover práticas sociais e acadêmicas que extrapolem os limites da episteme feminista

ocidental branca e burguesa pautada, sobretudo, na falácia da existência de uma “mulher universal”, de tal forma a promover estratégias de resistência que visem à desestabilização de estruturas de poder historicamente herdadas do colonialismo moderno e que, invariavelmente, considere as intersecções de gênero, classe, sexualidade e raça.

A gênese desses estudos pode ser atribuída à socióloga argentina María Lugones (2008) que, por meio de uma análise crítica em relação às concepções teóricas desenvolvidas no cerne dos estudos decoloniais, baseada no conceito de interseccionalidade desenvolvido pelos feminismos das mulheres de cor dos Estados Unidos e das mulheres do terceiro mundo, advogou em prol de uma categoria analítica que integrasse as questões de gênero a outras esferas como raça e classe. Ao questionar a indiferença dos sujeitos masculinos, particularmente aqueles também racializados e subjugados pelo sistema moderno-colonial, diante da violência sistematizada em relação às mulheres racializadas, Lugones (2008) sugere uma integração entre os conceitos anteriormente teorizados, a colonialidade do poder, do saber e do ser, com aquilo que ela define como sistema moderno-colonial de gênero (Lugones, 2008).

A proposição de Lugones justifica-se em seu entendimento de que a perspectiva decolonial, principalmente na figura de Quijano, fundamenta-se em um conceito de gênero que é biologizante e restrito, limitando-se em termos de acesso sexual às mulheres (Lugones, 2014). Opondo-se a esta visão, a socióloga argentina desenvolveu a categoria *colonialidade do gênero*, um conceito que, em linhas gerais, considera a ordem “mulher colonizada” conceitualmente vazia, haja vista sua concepção de que nenhuma fêmea colonizada é reconhecida como mulher pela perspectiva colonial. Adicionalmente, ela propõe que a noção de gênero não se estende para além da “realidade” moderna-colonial sendo inexistente em sociedades indígenas (Lugones, 2014). Alinhada aos pressupostos articulados por Lugones, Costa (2020) pontua que se valer do gênero como uma categoria colonial corrobora para uma historização do patriarcado, ilustrando como a heteronormatividade, o capitalismo e a racialização estão interligados nesse processo. Contudo, há teóricas feministas decoloniais que discordam da perspectiva de Lugones de que a existência da categoria de gênero é uma invenção unicamente moderna-colonial. É o caso de Segato (2014) e Paredes (2008) que afirmam a existência de evidências históricas a respeito da nomenclatura de gênero antes da invasão colonial e sustentam a existência de um patriarcado “ancestral e de baixa intensidade”.¹⁰

¹⁰ No caso do patriarcado de “baixa intensidade”, reconhecido por algumas teóricas feministas decoloniais como Segato e Paredes, há o reconhecimento de regulações de gênero em aldeias no período anterior à colonização. No entanto, essas organizações patriarcais diferem das normativas de gênero ocidentais, por se manifestarem de maneira descentralizada e difusa, por exemplo.

Ainda que revisitada criticamente, a teoria de colonialidade do gênero formulada por Lugones oferece uma elucidativa explicitação a respeito das complexas relações entre gênero, raça e colonialidade, destacando como essas categorias são constitutivas da episteme moderno-colonial (Espinosa-Miñoso, 2012). Desse modo, ela se estabelece como um marco nos estudos feministas decoloniais na América Latina, especialmente por ser a primeira autora¹¹ a defender normativamente essa perspectiva (Ballestrin, 2020). Não se pode negar o pioneirismo de Lugones, sob o escopo dos estudos decoloniais, como uma estudiosa do gênero e do feminismo na perspectiva anticolonial. Entretanto, anterior aos seus estudos, se destacava no Brasil, não sob a bandeira da decolonialidade, a autora e ativista Lélia Gonzalez que em 1988 publicou o artigo denominado *Por um feminismo afro-latino-americano*. Nele, Lélia propunha a categoria amefricanidade e a reivindicação de uma identidade amefricana. Com isso, ela transcende as fronteiras geográficas entre América e África e sugere uma identidade étnica que abranja as diferentes dinâmicas culturais em prol da desestabilização dos sistemas de opressão e dominação racistas e sexistas. Para mais, ela também questiona o feminismo hegemônico eurocêntrico e a categoria universal “mulher”. Em sua visão, os feminismos eurocentrados apresentaram contribuições fundamentais para a emancipação das mulheres no que tange a discriminação sexual, mas não se interessa por outros tipos de opressões, como a racial. Junto a Lélia, encontramos outras teóricas e artistas brasileiras que somam ao movimento feminista contra hegemônico colonial como Claudia de Lima Costa, Marcela Cantuária, Maria da Graças Costa, Susana de Castro e Adriana Varejão¹².

Espinosa-Miñoso (2012) ressalta a necessidade política de alianças que objetivem se opor às diversas formas de opressões sistêmicas ocasionadas pelo sistema mundial moderno-colonial patriarcal. Percebe-se, à luz dessa consideração, a essência revolucionária e coletiva que perpassa essas posições teóricas na busca em constituir uma rede de relações que fortalecem e corroboram para o alcance da almejada justiça, dignidade e direito à existência para todas as mulheres.

¹¹ Há outras teóricas que se destacam por desenvolverem pesquisas esclarecedoras a respeito dos movimentos feministas decoloniais, tais como Yuderkys Espinosa-Miñoso, Rita Segato, Julieta Paredes, Violeta Barrios, entre tantas outras que continuam a enriquecer e expandir os saberes nessa seara.

¹² Em Hollanda (2020) encontram-se reunidos textos dessas e outras autoras feministas que atuam na perspectiva decolonial.

1.5 Feminismo no Brasil

No decorrer do século XIX eclodiram na Europa revoluções que buscavam, dentre outras aspirações, o estabelecimento pleno dos direitos civis e legais a todos os cidadãos. Esses movimentos reivindicatórios localizados, sobretudo, na Inglaterra e na França com as revoluções industrial e francesa foram propulsores das lutas em prol da liberdade e dos direitos femininos que tiveram início com o movimento sufragista¹³. No Brasil, a participação das mulheres em lutas revolucionárias ocorre desde o regime colonial, com destaque a atuações heroicas como as de Anita Garibaldi na Revolução Farroupilha, de Maria Quitéria na luta pela independência do Brasil e de Dandara dos Palmares, guerreira quilombola. Todavia, a emergência de uma consciência feminista crítica como um movimento organizado data de meados do século XIX.

Desde seu aflorar, os movimentos feministas brasileiros atuaram em um campo de luta particular (Pinto, 2003), isto é, adequaram-se ao contexto do país e se desenrolaram em diversas formas de luta e em diferentes perspectivas e facetas.¹⁴ Nesta seção, serão apresentados momentos históricos e simbólicos dos feminismos no Brasil, sendo eles as lutas abolicionistas, sufragistas, em prol da garantia de direitos e, por fim, a revolução sexual feminina (Duarte, 2003). Para finalizar, destaca-se que, nesta seção, não há a pretensão de contemplar todas as especificidades históricas do feminismo em nosso país, haja vista a limitação temporal e teórica desta dissertação.

1.5.1 As lutas abolicionistas e as manifestações literárias: um primeiro momento do feminismo brasileiro

A subordinação colonial do Brasil estabeleceu peculiaridades na formação de uma consciência feminista nos sujeitos femininos que aqui viviam. Em uma população feminina formada por mulheres indígenas, negras e brancas no Brasil-colônia¹⁵(Teles, 1999), coexistiam

¹³ É preciso enfatizar que os movimentos de mulheres em prol da emancipação feminina não se iniciam no século XIX. Pelo contrário, as mulheres lutam por sua liberdade desde sua subalternização pelos homens. Contudo, essas lutas passaram a ganhar visibilidade a partir desse marco temporal: a luta pelo sufrágio universal.

¹⁴ Costa e Sardenberg (2008) apontam os movimentos feministas de caráter sufragista, anarquista, socialista, burguês, reformista e comunista.

¹⁵ De acordo com Teles (1999), as mulheres indígenas desempenhavam diferentes papéis sociais, a depender da comunidade étnica que pertenciam. Podiam ser escravas, chefias de terra, encarregadas das lavouras e da pesca, entre outras funções; contudo, a partir da colonização, foram escravizadas, assim como os homens indígenas, e obrigadas a exercerem as funções de esposa, concubinas ou empregadas domésticas, além de estupradas e vistas como sexualmente selvagens (Teles, 1999). Quanto às mulheres brancas, Teles (1999) relata que elas foram

diferentes culturas e representações do mundo, mesmo com a imposição cultural, social e religiosa de Portugal. Para essas mulheres, não eram atribuídos direitos civis e legais. Em sua maioria, eram analfabetas, sobretudo as mulheres negras e indígenas. A educação limitava-se às meninas de classe alta que eram educadas ou em casa ou nos conventos e seus conhecimentos eram restritos à alfabetização, à religião e às prendas domésticas (Alves; Pitanguy, 2022). Apenas em 1827 é aprovada a primeira Lei Educacional do Brasil Independente¹⁶ e somente em 1854 as escolas normais passaram a aceitar meninas. Para frequentarem o ensino superior, as mulheres tiveram que esperar até 1881. Entretanto, ainda no século XIX, haviam mulheres que se destacavam por estarem à frente de seu tempo, é o caso de Nísia Floresta.¹⁷ Nordestina, republicana, feminista e abolicionista, Nísia Floresta (1810-1885) atuou como jornalista, educadora e escritora. Fundou e dirigiu colégios para meninas, além de publicar, em 1832, a tradução livre de *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, da feminista inglesa Mary Wollstonecraft¹⁸ e obras autorais memoráveis como “*Conselhos à minha filha*” em 1842 e “*Opúsculo humanitário*” em 1853.

Assim como Nísia, nesse período, haviam outras mulheres que utilizavam da arte da escrita para denunciar opressões sexuais e raciais na chamada grande “imprensa” (Duarte, 2003). Dentre elas, destacam-se a baiana Violante Bivar e Velasco, fundadora do primeiro jornal redigido por mulheres, o *Jornal das senhoras* (1852), também a mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que fundou em 1873 o jornal, também escrito por mulheres, *O sexo feminino*, e a escritora Josefina Álvares de Azevedo com a peça *O voto feminino* (1890) e a revista *Família* (Alves; Pitanguy, 2022). Essas movimentações feministas, consideradas por Duarte (2003) como a primeira onda do feminismo no Brasil, desafiaram a normativa de gênero vigente que condicionava as mulheres ao espaço privado e transcenderam para o âmbito público por meio de manifestações escritas. Nessas primeiras reivindicações, as escritoras buscavam a

trazidas de Portugal para se casarem e gerarem filhos legítimos para colonizadores. Elas casavam-se muito jovens e, geralmente, com homens muito mais velhos que eram escolhidos pelo pai, e suas funções limitavam-se aos afazeres do lar (cuidar dos filhos, gerenciar os escravizados) e aos dotes com bordados. Aquelas que não se casavam ou apresentavam qualquer sinal de rebeldia eram enviadas para o convento. De qualquer modo, sua existência era marcada pelo sistema patriarcal em que deveriam viver em constante obediência aos homens (brancos). As mulheres negras eram escravizadas e forçadas a trabalhar tanto no âmbito doméstico quanto nas plantações ao lado de homens negros também escravizados. Nesse sentido, há indícios de uma dupla opressão sobre essas mulheres: a de classe e a sexual (Teles, 1999). Acrescenta-se ainda, obviamente, a opressão de raça.

¹⁶ Essa lei estabeleceu um currículo mínimo nacional e, assim, o currículo das meninas, antes limitado à alfabetização, religião e prendas domésticas, passou a incluir aritmética e língua nacional (Alves; Pitanguy, 2022, p. 66-67).

¹⁷ Nísia foi a responsável por adequar as reivindicações pleiteadas “além mar” para o contexto brasileiro.

¹⁸ Mary Wollstonecraft (1759-1797) foi uma importante escritora e filósofa inglesa a quem é atribuída a fundação da filosofia feminista. Publicou diversas obras, sendo a mais conhecida a *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792) em que defendeu a igualdade entre os homens e mulheres e o direito ao acesso à educação aos sujeitos femininos.

garantia de direitos básicos, como o acesso à educação, o respeito por parte dos homens e, até mesmo, serem consideradas como seres dotados de inteligência. Ao longo das décadas seguintes, o foco das militantes brasileiras passou de lutas abolicionistas¹⁹, republicanas e por direitos básicos para, ao final da década de 1880, organizarem-se em movimentos a favor do direito ao voto feminino.

1.5.2 O sufrágio e a busca por cidadania, segundo e terceiro momento dos feminismos brasileiros.

Alicerçadas no lema “*mulher instruída, mulher emancipada*”, proposto nos escritos de Josefina Álvares de Azevedo, as mobilizações constitucionalistas pelo direito ao voto feminino ganharam grandes proporções ainda no século XIX²⁰, contudo somente na primeira metade do século XX as mulheres seriam finalmente contempladas com esse direito (Brasil, 2010). Nesta fase sufragista, a partir dos primeiros anos da década de 1910, os métodos de atuação das militantes, para além das publicações de escritos feministas, consistia na busca de brechas na Constituição vigente em uma tentativa de subverter o sistema político excludente da época²¹ (Alves e Pitanguy, 2022). Nos anos seguintes, até a década de 20, as sufragistas brasileiras apostaram em métodos de lutas institucionalizados como a fundação do Partido Republicano Feminino²² (1910) e táticas de *Lobby* que, mesmo reacendendo os debates políticos no congresso, não foram suficientes para alcançar seus objetivos.

Para mais, este período do feminismo brasileiro caracterizou-se pelo destaque de algumas personalidades, como a associação inegável de Bertha Lutz à liderança da luta pelo voto feminino no Brasil (Pinto, 2003). Fruto do relacionamento entre um brasileiro e uma

¹⁹ No decorrer do século XIX no Brasil, formaram-se inúmeras organizações em prol da abolição da escravidão. Muitos desses movimentos eram organizados por mulheres e surtiram efeitos positivos, a exemplo da abolição da escravidão nas províncias do Ceará e Amazonas em 1884 (Brasil, 2010).

²⁰ As mobilizações das mulheres na década 1890 sofreram uma desmobilização após a primeira Constituição Republicana de 1891 pelo fato de o direito ao voto não ter sido permitido às mulheres (Brasil, 2010).

²¹ Alves e Pitanguy (2022) narram o caso de Myrthes de Campos, advogada, que solicitou seu alistamento eleitoral alegando a maneira vaga da Constituição em estabelecer quais civis tinham direito ao voto, uma vez que não havia uma enumeração dos que eram impedidos de votar. À Myrthes esse direito foi negado, embora outras mulheres já tivessem conseguido tal feito, demonstrando o caráter interpretativo do documento republicano.

²² O Partido Republicano Feminino, fundado no ano de 1910, representa uma significativa subversão por parte de suas organizadoras. Pinto (2003) explica que o fato de ser um partido político formado por pessoas que não tinham direitos políticos instituiu uma ruptura com a ordem social e política estabelecida. Nesse sentido, as militantes do partido deixavam evidente seu posicionamento de luta: tornarem-se representantes políticas dos interesses das mulheres.

inglesa, bióloga de formação, Bertha Maria Júlia Lutz²³ contribuiu significativamente para as negociações políticas em prol do sufrágio universal. Autora de artigos significativos para a luta sufragista, nos quais defendia explicitamente princípios feministas, Bertha possuía contato com figuras importantes da elite política brasileira da época, em razão de sua confortável posição econômica. Graças a sua rede de relações públicas, suas petições chegaram ao então presidente da República Getúlio Vargas, o que culminou, no ano de 1932, na instituição do voto feminino e do voto secreto no então Código Eleitoral brasileiro (Alves; Pitanguy, 2022).

Mesmo com o fim da luta pelo direito ao voto, as militantes sufragistas não diminuíram sua atuação, mas direcionaram seus esforços em eleger mulheres em cargos políticos e ampliar os direitos femininos na nova Constituição brasileira. Convém destacar que, assim como na Europa, o movimento sufragista no Brasil era majoritariamente organizado por mulheres brancas de classe média e suas aspirações limitavam-se a sua participação nos níveis jurídico e político, os quais eram dominados por homens brancos. Nesse sentido, tal movimento não abrangia as mazelas sociais das mulheres negras, indígenas ou de classes inferiores. Por conseguinte, mobilizações mais amplas em prol da emancipação feminina não se aliaram ao movimento sufragista por verem essa organização como limitada e classicista (Alves e Pitanguy, 2022).

Concomitante com as lutas sufragistas, consideradas por muitas militantes como burguesas e “bem comportadas”, emergem outros movimentos feministas que visavam a emancipação das mulheres em diferentes planos da vida social, dando origem a uma terceira onda feminista. Nesse estágio, surgiram mobilizações feministas de diversas correntes ideológicas, como anarquistas, socialistas, comunistas, entre outros. Além disso, alguns segmentos feministas voltaram-se para questões relativas ao ingresso no mercado de trabalho e nas universidades (Brasil, 2010). Destaca-se ainda, nesta terceira onda, a atuação feminista no campo literário, em nomes como Gilka Machado e Rachel de Queiroz²⁴ (Duarte, 2003).

²³ Alves e Pitanguy (2022) abordam de maneira minuciosa tanto a vida de Bertha Lutz quanto todo processo e os desdobramentos da luta sufragista no Brasil. Nesse sentido, se torna leitura obrigatória para aqueles que desejam se aprofundar nesse recorte da história do feminismo no Brasil.

²⁴ Duarte (2003) relata que essas autoras subverteram, através de suas obras, paradigmas patriarcais e religiosos que dominavam a sociedade da época. Em seus escritos, as autoras tratam, dentre outras temáticas, da sexualidade feminina e da emancipação das mulheres.

1.5.3 A revolução sexual e o enfrentamento à ditadura militar: aspectos da quarta onda feminista no Brasil

Nos anos 40 do século XX, obras que questionavam a justificativa biologizante utilizada por séculos para inferiorizar, oprimir e dominar mulheres passaram a ser publicadas. Dentre as mais conhecidas, *O segundo sexo* (1945) da autora francesa Simone de Beauvoir destaca-se como uma obra basilar para as feministas deste período. Somada a isso, por todo o mundo, ocorria uma efervescência política e social. As recentes guerras mundiais e, em consequência, a instabilidade que assolou os cidadãos resultaram em movimentos que zelavam pelo fim de toda e qualquer opressão estatal. Também nesse período, a guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética ocasionaram mudanças globais que, no caso particular da América Latina, ocasionou uma série de golpes antidemocráticos e, com isso, o estabelecimento de ditaduras militares que eram financiadas pelo governo norte-americano e que visava a manutenção de sua hegemonia nesse território.

A década de 60, no Brasil, trouxe para os brasileiros grandes mudanças políticas. O golpe militar de 64 representou um período de perda de direitos civis e políticos, além da repressão, censura e atentados contra a dignidade humana nos diversos casos de torturas e sequestros executados pelos militares contra todos que se posicionavam contrários ao governo. Ainda assim, movimentos estudantis, sindicais e sociais levantaram-se contra a repressão estatal, o que ocasionou, irremediavelmente, conflitos armados entre civis e militares e exílios, mas também uma significativa produção cultural e artística. Nesta conjuntura, os movimentos feministas no Brasil²⁵ desenrolaram-se de maneira distinta do restante do mundo. Enquanto o Norte global concentrava-se nas lutas contra a discriminação sexual e pela igualdade de direitos, as feministas brasileiras tiveram que conciliar essas demandas com a resistência à ditadura militar e a censura²⁶ (Duarte, 2003). Na mesma perspectiva, Pinto (2003) discorre sobre aspectos particulares dos movimentos feministas no Brasil:

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte de grupos

²⁵ Pinto (2003) chama a atenção para um aspecto da realidade brasileira nesse período, a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares. Segundo a autora, esses movimentos não estavam associados aos feministas e caracterizavam-se por partirem de suas condições de mulheres de donas de casa, esposas e mães, para atuarem de maneira interventiva no mundo público (Pinto, 2003, p. 43).

²⁶ Mesmo divididas em pautas tão diferentes de lutas, as feministas brasileiras discutiram sobre sexualidade, planejamento familiar, aborto entre outras temáticas relativas ao direito da mulher de escolha sobre o próprio corpo.

organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica (Pinto, 2003, p. 45).

A partir das reflexões de Pinto (2003), percebe-se que para se compreender os movimentos feministas brasileiros é preciso considerar as especificidades locais e as realidades político-sociais complexas de atuação dessas organizações. Nesse sentido, a “dupla face” do problema, para usar uma expressão de Pinto (2003), reside no contexto marcadamente colonizado do Brasil, uma vez que, nessa conjuntura, as opressões de gênero entrelaçam-se com outras desigualdades como as de raça e classe.

Na seara acadêmica, afloraram-se as produções sobre as condições dos sujeitos femininos, de modo a institucionalizar os estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. Também no âmbito acadêmico, ocorreram a criação de núcleos de estudos, colóquios e seminários (Duarte, 2003). Nesse período, surgiram novas organizações feministas no país com o objetivo de denunciar a dominação sexista, inclusive no interior dos grupos progressistas, e defender que os movimentos de mulheres deveriam ser autônomos e não subordinados às lutas gerais (Brasil, 2010).

Essa nova fase da luta feminista ocupou-se de diversos aspectos da vida da mulher brasileira. Dentre suas pautas estavam o acesso à contracepção (o que significava liberdade sexual e a escolha ou não pela maternidade), a legalização do aborto, a assistência pública à mãe e a criança e também a visibilidade da violência contra a mulher (Alves; Pitanguy, 2022). Em relação a esta última, houve uma grande repercussão midiática em decorrência de feminicídios ocorridos nas décadas de 70 e 80, como o da socialite brasileira Ângela Diniz²⁷, assassinada por seu ex-companheiro após o término do relacionamento.

Da notoriedade em torno da violência contra a mulher nasceram grupos de combate e proteção à mulher vítima de violência, como o SOS Mulher que se caracterizava como uma organização feminista autônoma que provia auxílio psicológico e jurídico. Esses grupos feministas foram responsáveis também por exigir políticas públicas voltadas para a proteção e garantia de direitos das mulheres, o que originou, entre outros órgãos, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a fundação de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, ambos em 1985. Deste modo, em decorrência das reivindicações e lutas das feministas brasileiras no século passado, nós, mulheres do século XXI, somos institucionalmente

²⁷ Ângela foi violentada não apenas fisicamente, mas também moralmente após sua morte. No primeiro julgamento de seu assassino, Raul Fernando, o advogado de defesa, Evandro Lins e Silva, valeu-se de argumentos machistas ao descrever a vítima como imoral, criminosa e usuária de drogas. Assim, diante de uma retórica misógina, o assassino foi posto como vítima e condenado a apenas dois anos de prisão.

protegidas das mais diversas violências e opressões de gênero, além do direito de controle sobre nossos próprios corpos e nossa sexualidade.

Rememorar o percurso dos movimentos feministas no Brasil, ainda que de maneira sucinta, é fundamental para compreendermos não apenas o lugar social que nos é delegado na atualidade, mas também e principalmente contribui na consolidação de uma consciência feminista que, através da experiência de tantas brasileiras que subverteram os sistemas de opressão de raça, classe e gênero e que resistiram à sombria ditadura militar, entende a importância da militância e da resistência diante das mais diversas conjunturas políticas, sociais e religiosas que nos limitam, classificam e buscam incessantemente moldar nossas identidades, nossos corpos e nossas vidas. À todas as mulheres que se indignam e se engajam em lutas que visam a emancipação social de outras mulheres e de todos os que estão sob o jugo de relações de dominação e hegemonia: somos companheiras.

CAPÍTULO II- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

[...] a teoria crítica se distingue da teoria em seu sentido tradicional ao partir de uma importante premissa que é de ordem existencial: que as coisas podem ser diferentes da maneira em que se encontram. Ou melhor, é possível mudar as coisas, ao invés de nos contentar em simplesmente descrevê-las e fazer teorias engenhosas a respeito delas (Rajagopalan, 2003, p. 12).

Este capítulo dedica-se à explanação da abordagem teórico-metodológica utilizada para a análise de dados desta dissertação. Ainda que as teorias de gênero, feministas e decoloniais sejam utilizadas como foco teórico para este estudo, utiliza-se também princípios teóricos da Análise Crítica do Discurso de linha faircloughiana para estabelecer uma discussão acerca de questões relacionadas ao discurso, a ideologias, hegemonias, dentre outras apresentadas nessa seção. Este capítulo apresenta, inicialmente, a abordagem de pesquisa utilizada, a qualitativa; em seguida, contextualiza a ACD e alguns dos princípios relevantes para este estudo; posteriormente, explica-se a categoria de análise Interdiscursividade do Significado Representacional do Discurso que norteia as análises discursivas realizadas; e, finalmente, nas duas últimas seções, trata-se sobre o desenrolar das pesquisas em ACD e seu enquadre teórico metodológico. É importante destacar que nem todos os conceitos explanados serão diretamente aplicados nas análises desta pesquisa. Parte deles constam nesta seção com o intuito de contextualizar e fundamentar as escolhas teóricas que orientam essa seção, permitindo que os leitores compreendam de maneira mais ampla as perspectivas adotadas.

2.1 Pesquisa qualitativa

O advento da pós-modernidade consolidou uma rápida e crescente mudança social e, como efeito, uma pluralização das esferas de vida. Tal circunstância, de acordo com Flick (2009) exigiu dos pesquisadores sociais, acostumados com metodologias científicas tradicionais dedutivas, uma sensibilidade diante dos novos contextos e panoramas sociais. Contudo, os ‘novos conceitos sensibilizantes’, para usar uma expressão de Flick, não se distanciam totalmente do conhecimento teórico anterior; pelo contrário, são essencialmente influenciados por ele²⁸ (Flick, 2009). Desse modo, a caracterização das pesquisas se dá por meio das abordagens quantitativa e qualitativa.

²⁸ Ainda que representem metodologias distintas, tais abordagens apresentam similaridade em determinados princípios científicos como o uso de dados, o objetivo de compreender fenômenos, a seleção de amostras para análise, entre outros.

Quanto às distinções entre as abordagens, Egido (2024) destaca três componentes que as diferem significativamente, sendo eles a ontologia, a relação entre pesquisador/a e os/as participantes e o componente ético. Ontologicamente, a abordagem quantitativa compreende a “realidade” como objetiva e passível de se captar em sua totalidade, enquanto a qualitativa reconhece o seu caráter subjetivo e parcialmente construído. A relação entre pesquisador/a e os/as participantes da pesquisa é proposta, na quantitativa, como neutra, assimétrica e distante; opostamente, a qualitativa entende tal relação como sinônimo de proximidade, simetria e parcialidade. O componente ético, no que lhe concerne, as classificam entre burocrática e emancipatória; a proposição de um distanciamento na relação pesquisador(a)/participantes pela abordagem quantitativa restringe seus resultados de pesquisa a uma ética burocrática, isto é, limita-se aos procedimentos éticos propostos pelos comitês de ética em pesquisa, enquanto a perspectiva emancipatória diz respeito a uma postura “do pesquisador/a ao se relacionar com os/as participantes enquanto indivíduos produtores de conhecimento, ou seja, atores sociais de direitos, e não relegados a posição de sujeitos/objetos de pesquisa” (Egido, 2024, p. 90).

Orientado segundo as bases metodológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD) de linha faircloughiana, este estudo se inscreve na perspectiva qualitativa de pesquisa. Isso porque, conforme apontado por Barros (2015, p. 102), a visão crítico-realista da ACD considera relevantes os princípios ontológicos, epistemológicos e metodológicos²⁹ da abordagem qualitativa para os/as pesquisadores/as que almejam alcançar a superação da desigualdade e da injustiça social. Em relação aos princípios de uma pesquisa realizada em um viés qualitativo, Beltrão (2019, p. 91) destaca o entendimento de que a realidade e a experiência são noções construídas e significadas socialmente, de tal modo que os estudos quantitativos não são suficientes para analisá-las. Tal compreensão de ‘realidade’, aponta Barros (2015, p. 101), é discordante entre os sujeitos devido ao seu caráter subjetivo e múltiplo; por isso, na interação com o objeto e participantes da pesquisa, os valores pessoais do/a pesquisador/a constituem-se como parte do processo de construção de significados. Na mesma linha de raciocínio, os estudos em análise crítica do discurso demandam de seus pesquisadores uma postura crítica diante da ‘realidade’ e das articulações que corroboram para perpetuação e manutenção de injustiças sociais. Dito de outro modo:

²⁹ Barros (2015) classifica o processo de pesquisa qualitativa em três conjuntos de decisões que se relacionam com ontologia, epistemologia e metodologia. Em relação a esses três aspectos, a autora, ancorada em Denzin e Lincoln (2006), explica que o pesquisador entende o mundo como um conjunto de ideias (ontologia) e uma série de questões (episteme) que são analisadas de acordo com aspectos específicos (metodologia).

A ADC não é neutra. Ela sempre se posiciona criticamente. A crítica em ADC caminha, dessa forma, em duplo sentido- tanto normativo (aplicando juízos de valor) quanto explanatório, ao desvelar os mecanismos e articulações sociais que perpetuam as relações de poder (Batista Jr; Sato; Melo, 2018, p. 13).

Para mais, outro aspecto que insere esta pesquisa na perspectiva qualitativa decorre do foco na análise textual e discursiva, de maneira a conciliar investigações textuais-discursivas à crítica social (Magalhães; Martins; Resende; 2017, p. 33). No que concerne a junção entre os estudos linguísticos/discursivos e sociais, Fairclough (2001) em sua *Teoria Social do Discurso*, uma das vertentes da ACD, conceitua o discurso como prática social.³⁰ Segundo este arcabouço teórico, compreender o discurso dessa forma significa pensá-lo como uma ação situada historicamente que tanto constitui como é constituído socialmente, isto condiciona a percepção da existência de uma relação dialética entre discurso e sociedade (Ramalho; Resende, 2022). Essas ponderações são essenciais para o assimilamento daquilo que se configura como uma das bases da linha faircloughiana de estudos do discurso: o de que as práticas discursivas estão intrinsecamente ligadas às práticas sociais. Por conseguinte, o estudo delas é capaz de desvelar relações assimétricas de poder com o objetivo de proporcionar uma mudança discursiva e, conseqüentemente, uma mudança social.

O ponderamento da incumbência da análise crítica do discurso, ou seja, o foco na mudança social em prol de sujeitos vulnerabilizados, nos transporta, finalmente, ao conceito de ética emancipatória descrita por Egido (2024). Tal constatação fundamenta-se no interesse da ACD em encorajar a reflexividade aos agentes sociais que se encontram em situações de vulnerabilidade social para que, por meio da tomada de consciência e do engajamento social, emancipem-se de sistemas opressores. Para garantir a viabilidade desse objetivo, é necessária uma postura pedagógica entre o pesquisador e os/as participantes da pesquisa, na qual haja o reconhecimento dos agentes de pesquisa como produtores de conhecimento, além de “uma constante auto interrogação do/a pesquisador/a sobre quem ele/a é, quais ações toma no decorrer da pesquisa e visando o benefício de quem ou o quê” (Egido, 2024, p. 90).

Dessarte, é inegável o potencial científico-metodológico que o uso da abordagem qualitativa associada a ACD assume nesta pesquisa. Os aspectos ontológicos, epistêmicos e metodológicos dessas perspectivas são instrumentos indispensáveis para se compreender a realidade das mulheres que vivenciaram a garimpagem em Alto Paraguai-Diamantino-MT e, a

³⁰ Posteriormente, Fairclough e Chouliaraki (1999) passam a entendê-la como uma dimensão da prática social. Para sanar eventuais dúvidas, ressalto que Fairclough apresentou o Modelo Tridimensional de Análise de Discurso em sua obra “*Discourse and social change*” publicada no ano de 1992. Nesta dissertação, está sendo utilizada a versão traduzida para o português datada do ano de 2001. Por isso, pode haver estranheza entre as datas 1999 e 2001.

partir de tal compreensão, desvelar os discursos opressores e misóginos opacos nesse universo garimpeiro.

2.2 Análise Crítica do Discurso

Em uma de suas proposições a respeito da necessidade de se repensar o papel da linguística aplicada, Rajagopalan (2004) defende, entre outros princípios, uma linguística socialmente responsável e voltada para fins práticos. Em sua convicção, a “teoria que considera o social como uma questão secundária jamais terá êxito num campo de prática que seja, antes de qualquer coisa, social” (Rajagopalan, 2004, p. 159). Em um ponto de vista semelhante, Fairclough (2001) sugere que a recente percepção, por parte de pesquisadores de distintas áreas do conhecimento científico, de que as mudanças nos processos linguísticos, sociais e culturais estão relacionadas culminou no reconhecimento da importância do uso da análise linguística como um método para o estudo da mudança social. Nesse cenário, a Análise Crítica do Discurso (ACD)³¹ constitui-se como uma ferramenta imprescindível para estudos linguísticos/discursivos que objetivam corroborar de modo emancipatório na luta em prol da mudança social.

A ascensão da ACD como uma disciplina sucedeu, em janeiro de 1991, de um pequeno simpósio realizado em Amsterdã. Com suporte da Universidade de Amsterdã, reuniram-se para debater concepções teóricas e metodológicas a respeito de análise do discurso os pesquisadores em linguagem Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun Van Dijk, Gunther Kress e Teo Van Leeuwen (Wodak, 2004, p. 227). A solidificação da perspectiva teórica-metodológica do grupo valeu-se também de publicações importantes como a revista *Discourse and Society* (1990), *Prejudice in Discourse* (Van Dijk, 1984), *Language, Power and Ideology* (Wodak, 1989) e *Language and Power* (Fairclough, 1989). Todavia, ainda que distintas abordagens coexistem no quadro teórico-metodológico da análise crítica do discurso, seu expoente é reconhecido em Norman Fairclough e sua vertente denominada Teoria Social do Discurso (Resende; Ramalho, 2022).

³¹ A tradução do termo “Critical discourse analysis” não é um consenso entre os pesquisadores críticos do discurso. Segundo Magalhães (2005), há os que preferem o termo ‘Análise de Discurso Crítica’, como é o caso da autora. De acordo com ela, sua escolha se dá devido à forte tradição em estudos de análise de discurso no Brasil. Nesta pesquisa, contudo, me valho da nomenclatura ‘Análise Crítica do Discurso’, seguindo os moldes dos pesquisadores em ACD da Universidade Federal de Mato Grosso.

Na vertente faircloughiana, o foco recai, sobretudo, no entendimento de discurso e sua relação com a sociedade. Para Fairclough (2003, p. 3)³² discurso refere-se à “visão particular da linguagem em uso [...] como um elemento da vida social que está intimamente interligado com outros elementos”. Logo, nessa linha de raciocínio, a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética: o social molda o discurso e ao mesmo tempo é moldado por ele (Resende; Ramalho, 2022, p. 26). Para que tal relação seja estudada, Fairclough (2003, p. 5) salienta a necessidade de um viés transdisciplinar para se trabalhar a análise de textos correlacionada à análise social. Tal visão propõe operacionalizar teorias sociais no trabalho com a análise de discurso orientada linguisticamente (Resende; Ramalho, 2022, p. 22).

Na primeira versão de sua vertente teórica-metodológica, Fairclough (2001, p.100) acentua três dimensões discursivas que considera indispensáveis na análise de discurso: o texto, a prática discursiva e a prática social³³. Essa concepção tridimensional do discurso justifica-se no entendimento de que cada discurso é visto como “simultaneamente, um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (Fairclough, 2001, p. 22).

Nesse modelo analítico, a ordem do ‘texto’ compete a análise linguística de textos, na dimensão ‘prática discursiva’ o foco está nos processos de produção e interpretação textual e, por fim, a ‘prática social’ preocupa-se com a análise social (Fairclough, 2001, p. 22). Quanto às categorias analíticas de cada dimensão, é possível agrupá-las, conforme Resende e Ramalho (2022), da seguinte maneira:

Quadro 1- categorias analíticas das dimensões discursivas

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
vocabulário gramática coesão estrutura textual	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade	ideologia sentidos pressuposições metáforas hegemonia orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Fonte: Resende e Ramalho, 2022, p. 29.

³² Todas as traduções referentes a obra de Fairclough (2003) foram realizadas pela autora desta dissertação.

³³ Magalhães (2001, p. 17) conceitua, nos moldes da ACD, os termos *prática discursiva* e *prática social*. Em relação ao primeiro, a autora aponta que se trata da dimensão do uso da linguagem que se materializa linguisticamente nos textos (orais ou escritos) e que avalia os processos de produção, distribuição e consumo dos textos. No que tange a prática social, ela explica que esta se relaciona aos conceitos de poder e ideologia; neste âmbito, o discurso é compreendido em uma perspectiva de poder como hegemonia e espaço para lutas hegemônicas.

Esse enquadre, contudo, é posteriormente apresentado mediante alterações na obra *'Discourse in Late Modernity- Rethinking Critical Discourse Analysis'*, de Chouliaraki e Fairclough (1999). Nesta nova versão, embora as três dimensões sejam mantidas, ocorre o fortalecimento da análise da prática social (Resende; Ramalho, 2022, p. 29), além da percepção de que o discurso se configura como um momento das práticas sociais, o qual articula-se, dialogicamente, com outros momentos não discursivos³⁴ (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Assim, nessa seara teórica, o discurso pode ser entendido como “uma perspectiva particular sobre várias formas de semiose”³⁵ (Chouliaraki; Fairclough, 1999, p. 38).

Por se tratar de um modelo teórico-metodológico fundamentalmente transdisciplinar, a ACD conta com a operacionalização de distintas bases filosóficas no cerne de seu escopo de pesquisa. Com o intuito de ampliar a visualização dos princípios e métodos da linha faircloughiana de estudos críticos do discurso, serão sinteticamente abordados conceitos que são caros a essa vertente.

2.2.1 Discurso e discursos

Para além do entendimento de discurso como um momento das práticas sociais (Fairclough, 2003), a ACD ainda concebe dois significados a esse termo. No singular, *discurso* assume um caráter abstrato e refere-se ao que se entende como o ‘macro’ da articulação semiótica; nessa seara, é possível concebê-lo como um sinônimo de discurso um momento das práticas sociais. O termo *discursos*, no plural, especifica os modos particulares de representação do mundo; significa uma ordem concreta, localizada e ‘micro’ do discurso³⁶.

A diferenciação dos dois termos é significativa, pois transparece um dos mais cruciais princípios da ACD: a faceta ideológica do discurso. Se há uma relação dialética entre linguagem e sociedade e, nessa concepção, o discurso é entendido como um momento das práticas sociais, significa dizer que o discurso constitui um modo de ação e representação dos sujeitos sobre o mundo, de tal modo que os agentes sociais podem, por meio da linguagem, atuar em prol da manutenção ou transformação de discursos particulares. Essa agência discursiva justifica-se pelo atravessamento de ideologias e relações de poder na relação semiose/contexto social que,

³⁴ Fairclough (2003, p. 25) aponta elementos passíveis de articulação com qualquer prática social. São eles a ação e interação, as relações sociais, pessoais (crenças, histórias, etc), o mundo material e o discurso.

³⁵ Todas as traduções referentes a obra de Chouliaraki e Fairclough (1999) foram realizadas pela autora desta dissertação.

³⁶ De acordo com Resende e Ramalho (2022), o termo ‘discurso’ possui certa ambiguidade por também ser utilizado como um substantivo contável para se referir a discursos particulares como ‘discurso político’, ‘discurso religioso’, entre outros.

a depender dos mecanismos e estruturas em que são aplicados, produzem ou reproduzem práticas discursivas socialmente constituídas (Beltrão; Brandão, 2023, p. 9). Por fim, há ainda outra característica relevante a respeito do entendimento de discurso, a sua capacidade de variação. Essa variabilidade relaciona-se às estruturas sociais relativamente estáveis da linguagem (Vieira; Macedo, 2018, p. 56) a qual os discursos estão ligados. Isto quer dizer que elas variam de acordo com as *ordens do discurso* que se filiam.

2.2.2 Ordens do discurso

O desenvolvimento da Teoria Social do Discurso de Fairclough (2001) contou com a operacionalização de diferentes correntes teóricas sociais e discursivas. Destaca-se, entre elas, a do filósofo francês Michel Foucault, da qual Fairclough (2001) incorporou algumas proposições como o discurso constitutivo socialmente, a ênfase na interdiscursividade, a relação entre discurso e poder, discurso e mudança social e, finalmente, a que está focalizada nessa seção, as ordens do discurso.

Resende e Ramalho (2022, p. 19) explicam que o conceito de ordem do discurso deriva-se da ideia de *regulação social* e manifesta desde relações interdiscursivas até relações entre o discursivo e o não discursivo. Para Fairclough (2003, p. 3), as ordens do discurso, juntamente com a análise de texto, constituem uma parcela essencial da análise discursiva, por tratarem dos elementos linguísticos presentes nas práticas sociais. Nas palavras do linguista britânico, esse conceito concerne “a estruturação social relativamente durável da linguagem” (Fairclough, 2003, p. 3).

Barros (2015, p. 70) esclarece que as ordens do discurso não são compostas exclusivamente por estruturas linguísticas, mas abrangem também discurso, gênero e estilo, ou seja, os *significados do discurso*³⁷. Na mesma trilha teórica, Beltrão e Brandão (2023) explicam que os significados do discurso são conceitos caros à ACD por delimitarem as propostas analíticas da vertente faircloughiana e, portanto, se estabelecem como elementos facilitadores nas análises discursivas críticas. De modo geral, pode-se compreender as ordens do discurso como um *sistema regulador da linguagem*, dado que “regulam nossas ações discursivas, da mesma forma que as práticas sociais regulam nossas ações sociais” (Barros, 2015, p. 70). Destarte, considerando que há uma regulação dos eventos discursivos, é preciso um reconhecimento da conexão entre *poder e linguagem*.

³⁷ O aprofundamento teórico acerca dos significados do discurso encontra-se na seção 2.2.3 desta dissertação.

2.2.3 Poder e linguagem

Linguagem e poder entrelaçam-se em um processo de construção, reconhecimento e enfrentamento da alteridade social. Isso porque, conforme explica Van Dijk (2008), o poder, compreendido em termos de *controle*, dispõe de uma *base de poder*. Em relação a isso, o autor explica que grupos que possuem maior poder podem exercer controle sobre outros grupos e, desse modo, controlarem seus atos e mentes (Van Dijk, 2008, p. 117). Esse controle ocorre devido ao acesso desses grupos privilegiados a elementos escassos socialmente como os recursos financeiros, educacionais, informacionais e, sobretudo, a participação ativa deles, direta ou indiretamente, nos meios de comunicação públicos. Assim, mesmo que a linguagem não seja em si mesma poderosa, ela obtém poder devido ao uso dela pelos sujeitos que detém poder (Wodak, 2004, p. 236). Por isso, a ACD se interessa por essa relação poder/linguagem, especialmente pela capacidade de produzir desigualdades e, ainda assim, ser instrumento de luta em prol da mudança social.

Com vistas a entender o modo como “as formas linguísticas são usadas em várias expressões e manipulações de poder” (Wodak, 2004, p. 237), Fairclough (2001) apoia-se em Foucault (1987)³⁸ e sua discussão de que o poder é efetivado por meio de práticas discursivas institucionalizadas. Sendo assim, o poder não provém de um sujeito, mas antes se relaciona com um conjunto de relações que permeiam as esferas sociais (Vieira; Macedo, 2018). Para mais, tal pressuposto de Foucault conscientiza a respeito dos efeitos sociais dos textos e sobre a possibilidade de mudanças sociais comprometidas com a superação das relações assimétricas de poder (Resende; Ramalho, 2022). É importante ressaltar ainda que o poder, na seara foucaultiana, assume um formato de ‘teia’ por se estabelecer em todas as relações sociais. Dito de outro modo, ele se estende *verticalmente* na sociedade como uma rede de poder integrada entre os agentes sociais.

Finalmente, é preciso enfatizar um dos aspectos cruciais para ACD ao se tratar do poder: a sua instabilidade. A relação dialética entre linguagem e sociedade possibilita, por meio da mudança discursiva, uma mudança social; portanto, se os grupos dominantes utilizam o discurso para a manutenção do poder e, se esses discursos podem ser questionados e subvertidos, é seguro afirmar que o poder é temporário e instável. Por esse motivo, Fairclough (2001) busca amparo em Gramsci para atrelar ao conceito de poder o entendimento de *hegemonia* e, desta maneira, aprimorar sua base teórica para compreender os efeitos ideológicos

³⁸ A publicação original de *Vigiar e Punir* data de 1975. Contudo, nesta dissertação utilizou-se a edição publicada pela editora Vozes.

dos textos sobre as relações sociais em prol de determinados esquemas de dominação (Vieira; Macedo, 2018, p. 58).

2.2.3 Hegemonia

De modo a complementar suas proposições sobre a relação poder/linguagem, Fairclough (2001) integra a seus escritos o conceito de *hegemonia* desenvolvido por Gramsci (1971). Arelar tal conceito a sua Teoria Social do Discurso, forneceu a Fairclough um essencial meio de teorização da *mudança*, em especial no que tange à evolução das relações de poder e o enfoque na *mudança discursiva* (Fairclough, 2001, p. 122).

Quanto ao conceito, de modo sucinto, Fairclough (2001) caracteriza hegemonia como o *domínio de um grupo sobre outro* em que o grupo dominador estabelece alianças e integrações para controlar, de maneira consensual, as esferas econômicas, política, cultural e ideológica de uma sociedade. Destaca-se, também, o caráter temporário e parcial das hegemonias, o que constitui um ‘equilíbrio instável’ de poder. Essa *instabilidade* viabiliza as lutas hegemônicas em que, diante da possibilidade de articulação e desarticulação de determinadas práticas discursivas, grupos detentores de poder disputam a sustentação/ manutenção da naturalização de interesses e representações de mundo particulares.

Em seu modelo de análise tridimensional do discurso, Fairclough (2001) tem como uma de suas preocupações teóricas a descrição da conexão entre a natureza das práticas sociais e das práticas discursivas em discursos particulares. Nesse sentido, o entendimento de hegemonia auxilia por fornecer ao discurso tanto uma matriz como um modelo para análise. Uma matriz por empreender um meio de analisar a prática social em correspondência às relações de poder pertencentes ao discurso e um modelo capaz de analisar a prática discursiva como um modo de luta hegemônica (Fairclough, 2001, p. 126). Resende e Ramalho (2022), a respeito da relação entre discurso e hegemonia, apoiando-se em Fairclough (1997), explicam que o discurso em si mesmo é uma esfera da hegemonia. Isso porque, de acordo com as autoras, a hegemonia depende de sua capacidade de gerar práticas e ordens discursivas que as sustentem (Resende; Ramalho, 2022, p. 44). Reiterando, para alcançar efetivamente o domínio social, grupos que visam o seu estabelecimento hegemônico precisam projetar determinados discursos como universais. Para tanto, valem-se do estabelecimento de uma ordem do discurso como ferramenta para projetar um senso comum legitimador; essa ordem discursiva será a responsável por *naturalizar* relações ideológicas particulares. Por este motivo, o conceito de hegemonia entrelaça-se ao entendimento de ideologia, devido à habilidade de estabelecimento e

manutenção da dominação. Neste caso, a análise de práticas hegemônicas está intrinsecamente ligada à *ideologia*.

2.2.4 Ideologia

A ideologia, na perspectiva faircloughiana, mantém uma relação direta com relações de *dominação*. Deste modo, o enfoque conceitual a respeito da ideologia preocupa-se com quem, para quem e com qual finalidade se está ‘falando’, mais do que com os elementos linguísticos (Vieira; Macedo, 2018). Sendo o texto a unidade mínima de análise na ACD, é necessário um olhar crítico em relação às vozes que ecoam nas produções textuais (*corpus*), bem como os efeitos causais ante o interlocutor. Somado a isso, considerar o vínculo entre a análise social e a análise de texto (Fairclough, 2003, p. 9).

O estruturamento da perspectiva teórica de Fairclough (2001) sobre ideologia apoiou-se em contribuições de distintos autores como as de Althusser, Thompson e Foucault. Contudo, suas ponderações aproximam-se mais da concepção de Thompson (1984, 1990). Convém ressaltar que esses ‘arranjos teóricos’ do autor não buscavam evidenciar uma escola de pensamento em detrimento de outra, mas sim operacionalizar conceitos, dialeticamente, em sua própria teoria (Beltrão; Brandão, 2023). Essa postura de Fairclough é consonante com a tradição de estudos transdisciplinares consolidada na análise crítica do discurso.

Em termos gerais, Fairclough (2003) estabelece a ideologia como *uma modalidade do poder*. Especificamente, ele a concebe como “representações de aspectos do mundo que podem ser mostradas e que contribuem para o estabelecimento, a manutenção e a mudança nas relações sociais de poder, dominação e exploração” (Fairclough, 2003, p. 9). Ao discorrer sobre sua concepção, Fairclough (2001) aponta três asserções que considera relevantes: na primeira, ele constata a *existência material da ideologia* que compreende como significações/construções da realidade forjadas em várias dimensões das práticas discursivas; a segunda envolve a *interpelação e a constituição dos sujeitos pela ideologia*; de acordo com o autor, embora posicionados ideologicamente, os sujeitos possuem agência criativa e são capazes de estabelecer relações entre práticas e ideologias que observam. Por fim, trata dos ‘*aparelhos ideológicos do estado*’ como delimitadores na luta no discurso. Ao julgar essas acepções, constata-se que a ACD se dedica à transformação criativa de ideologias e ao processo que garante a reprodução ideológica (Resende; Ramalho, 2022, p. 47).

Sobre a relação *discurso e ideologia*, Fairclough (2001, p. 121) explica que nem todos os discursos são de natureza ideológica. Para ele, as práticas discursivas julgadas como

ideológicas apresentam semioses que corroboram para a manutenção ou reprodução de relações de poder. É o caso, por exemplo, dos grupos dominantes que, a fim de garantir sua hegemonia, frequentemente *naturalizam e homogeneizam* visões de mundo particularmente benéficas para o seu estabelecimento e consolidação no poder. Para tal feito, valem-se de práticas discursivas como ferramenta para introduzir, ideologicamente, interesses particulares como parte de um ‘senso comum’. Essa visão apoia-se no entendimento das teorias críticas de que a ideologia é inerentemente negativa e sempre age em prol de relações hegemônicas.

Ainda sobre a relação ideologia e discurso, Fairclough (2003, p. 9) elucida a ligação com os *significados do discurso*. De acordo com o autor, as práticas ideológicas concentram-se, primeiramente, no campo das *representações (discursos)*, mas podem validar-se em *ações (gêneros)* e daí imprimir-se em *identidades (estilos)*. Ao enquadrar as ideologias nos três significados do discurso, o teórico britânico propõe um meio para uma análise que considera o linguístico/textual em articulação com os eventos sociais. Essa abordagem é imprescindível para a compreensão de que o discurso ocasiona efeitos na sociedade, podendo construir, manter ou desarticular injustiças sociais. Portanto, desvelar o modo como práticas discursivas ideológicas atuam na constituição de hegemonias e na construção da ‘realidade’ caracteriza-se como um instrumento no desmonte de relações de dominação e, desse modo, a possibilidade de caminhos que levam à *emancipação social*.

2.2.5 Emancipação social

A Análise Crítica do Discurso, localizada na tradição das teorias críticas, fundamentalmente aspira a conscientização e emancipação humana (Wodak, 2004, p. 236). Em sua Teoria Social do Discurso, Fairclough (2001) almejava, ao unir teorias linguísticas e sociais, o desenvolvimento de uma abordagem capaz de fornecer uma teoria-método de análise direcionada ao questionamento e a transformação de relações hegemônicas de poder. Ao apontar a dialética entre sociedade e linguagem e, para mais, o modo como as semioses se relacionam com lógicas dominantes que estabelecem e garantem hegemonia para grupos detentores de poder, a vertente faircloughiana sugere que a mudança social é possível como parte de um processo orientado discursivamente. Nesse sentido, mudanças acontecem, primeiramente, no nível do discurso e se efetivam por meio da recontextualização discursiva (Lira; Alves, 2018).

Para além de explicar o modo como as semioses e o social se relacionam e estabelecem relações de poder, a vertente faircloughiana baseia-se em uma *ontologia social realista*,

conforme assevera Fairclough (2003). Essa base ontológica vincula-se a um viés emancipatório caro à ACD e provém dos estudos do *Realismo Crítico* de Bhaskar (1975; 1978; 1986; 1998; 2002). Da filosofia do RC, a ACD adota, principalmente, os conceitos de Estratificação da Realidade, Estruturas, Eventos e Mecanismos e Emancipação Social (Beltrão; Brandão, 2023). Entretanto, nesta dissertação, os conceitos do realismo crítico não serão trabalhados a fundo devido ao recorte metodológico adotado. Contudo, é preciso uma breve contextualização da visão ontológica de Bhaskar em razão de sua importância para os analistas críticos do discurso, sobretudo por seus estudos sobre Emancipação Social.

Barros (2015), renomada estudiosa de Bhaskar, explica que o filósofo inglês se opunha às visões das ciências empiristas e racionalistas em razão da deterioração da questão ontológica nessas perspectivas. Segundo ela, Bhaskar (1978) desenvolveu uma nova possibilidade científica, a qual valoriza a ontologia e assegura a necessidade de transformação da realidade social. Nessa linha de pensamento, “o conhecimento precisa fazer sentido para que a realidade possa ser transformada” (Barros, 2015, p. 60). Para isso, esclarece Barros (2015), precisa-se considerar as ‘raízes’ dos problemas sociais.

De maneira consonante, Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) apontam que as pesquisas em ACD devem focalizar problemas sociais práticos e, a partir dos resultados de suas investigações, propor soluções para a superação dos obstáculos observados. Isso significa que não há a possibilidade de neutralidade para os pesquisadores críticos. Suas pesquisas devem, sempre, visualizar o rompimento de algum tipo de opressão e injustiça social. Diante de tal missão, a noção de ‘crítica explanatória’ (Bhaskar, 1998) é uma imprescindível sustentação teórica. De acordo com Barros (2015), este conceito defende que os objetos das ciências sociais devem abranger crenças e valores, haja vista que essa ‘crítica’ científica se configura como um aspecto essencial do viés emancipatório.

No mais, para o entendimento bhaskariano, apenas o conhecimento é insuficiente para a ‘liberdade’ e, por este motivo, a política emancipatória necessita de uma teoria científica e revolucionária (Barros, 2015, p. 44). Nesse aspecto, a ACD destaca-se como uma perspectiva teórico-metodológica comprometida com a luta social em prol dos sujeitos marginalizados. O foco da vertente faircloughiana na mudança discursiva e, conseqüentemente, na mudança social é possível em virtude da consciência de que o sistema do mundo social é aberto e, deste modo, passível de transformação (Barros, 2018). Nesse sentido, o desvelamento de discursos

hegemônicos é capaz de proporcionar reflexividade nos sujeitos, o que pode ocasionar uma mudança em suas visões de mundo e, finalmente, no mundo material³⁹.

2.3 Significados do discurso

Conceitualmente, a vertente analítica desenvolvida por Norman Fairclough, desde o princípio, defendia uma análise de discurso orientada tanto social como linguisticamente. Para tratar do aspecto social, o teórico inglês recorreu, como demonstrado na seção 2.2, a estudos de filósofos como Foucault, Gramsci, Bhaskar, dentre outros. Em relação ao âmbito linguístico, Fairclough (2001/2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) apoiaram-se na Linguística Sistêmico Funcional (LSF) de Halliday (1973/1985/1991), especialmente em sua concepção de funções sociais da linguagem. Resende e Ramalho (2022) explicam que as duas abordagens se aproximam devido suas perspectivas teóricas serem pautadas no *paradigma funcionalista de linguagem* que a entende como um *sistema aberto e em dialética com o social*. Ainda que com percepções linguísticas semelhantes, Fairclough opta por operacionalizar os conceitos de macrofunções de Halliday, a fim de garantir maior coerência em relação ao que postula sua teoria social do discurso.

As macrofunções relacionam-se às abordagens multifuncionais da linguagem e suas ligações com os textos. Apoiadas em Halliday (1991), Resende e Ramalho (2022) explicam as três macrofunções apresentadas pelo linguista australiano: a *ideacional*, a *interpessoal* e a *textual*. Respectivamente, e de modo conciso⁴⁰, uma trata da representação do real na língua, a outra do processo de interação social (ação) e, a última dos aspectos semânticos, gramaticais e estruturais dos textos. Inicialmente, Fairclough (2001), em seu processo de adaptação da teoria de Halliday, propôs uma divisão na função interpessoal em *função identitária* e *função relacional*. Fairclough (2001) explica que a “função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas (Fairclough, 2001, p. 92).

Houve, ainda, mais uma ampliação das macrofunções da LSF por Fairclough (2003). Desta vez, partindo de sua modificação anterior, ele sugere a articulação das macrofunções com

³⁹ “O potencial emancipatório nasce, conseqüentemente, da capacidade da agência intencional e da prática reflexiva. Os indivíduos possuem poderes causais para reproduzir ou transformar as estruturas sociais” (Barros, 2015, p. 44).

⁴⁰ Para uma leitura aprofundada sobre Halliday, LSF e sua relação com a ACD ver Resende e Ramalho (2022, p. 55-89).

os conceitos de gênero, estilo e discurso. Esses conceitos nascem do entendimento de Fairclough (2003) de que o discurso é *um* dos momentos das práticas sociais e, por isso, se relaciona com outros elementos da vida social. Nessa seara, o autor explica que o discurso concentra-se em três momentos da prática social: nos gêneros, como um modo de ação; no próprio discurso, como uma maneira de representar o mundo; e nos estilos, incumbido nas formas de ser. Mantendo o aspecto multifuncional das funções da linguagem, Fairclough propõe três significados do discurso, sendo eles o significado acional (relacionado aos gêneros e as formas de agir no mundo), o significado identificacional (associado ao caráter discursivo das identidades) e o significado representacional (ligado ao modo de representar aspectos do mundo).

Embora os significados do discurso atuem de forma simultânea, nesta dissertação o foco recai sobre *o significado representacional do discurso*, haja vista ter sido a categoria analítica escolhida para orientar o desvelamento de discursos que subalternizam mulheres no corpus discursivo analisado. Tal escolha se deu devido a possibilidade de, a partir do desvelamento das visões de mundo representadas nos discursos analisados, compreender como interesses particulares se perpetuam em práticas discursivas e marginalizam sujeitos que fazem parte de um determinado organismo social. Neste estudo especificamente, a categoria analítica *interdiscursividade* configura-se como uma ferramenta essencial para compreender o modo como discursos estabelecem e mantêm relações desiguais de gênero capazes de afetar as identidades de mulheres que vivenciaram a garimpagem em Alto Paraguai-Diamantino- MT.

2.4 Significado Representacional do Discurso e a categoria analítica Interdiscursividade

Um dos aspectos que sustentam a multifuncionalidade dos significados do discurso é a atuação simultânea deles nos textos. Apesar disso, cada um deles se desenrola em uma categoria analítica específica, que pode ser usada para destacar uma função linguística particular. Por este motivo, esta dissertação concentra-se no aspecto representacional dos discursos não apenas por seu enfoque nas representações do mundo, mas também em sua capacidade de projetar, supor e representar realidades ‘outras’ que são possíveis graças, segundo perspectivas particulares, a projetos de mudanças de mundo (Beltrão, 2019, p. 60).

Fairclough (2003) enfatiza o discurso como uma maneira particular de representar aspectos do mundo, seja das partes físicas, psíquicas ou sociais. Por conseguinte, o significado representacional do discurso reflete, no âmbito textual, como diferentes discursos são também diferentes visões do mundo. Essas diferentes representações/perspectivas de mundo

consolidam-se a partir das posições das pessoas no mundo e da sua relação tanto com o mundo quanto com outras pessoas (Fairclough, 2003). Os discursos variam, ainda, em termos de *escala e estabilidade*. De acordo com Resende e Ramalho (2022, p. 71), alguns discursos apresentam *alto grau de repetição*, a depender de contextos sócio-históricos definidos, o que possibilita uma variedade de representações e de tipos textuais; quanto a escala, elas pontuam que essa varia em *representações localizadas e representações globais*. Se correlacionarmos esses aspectos ao discurso patriarcal, por exemplo, é possível percebê-lo como um discurso com *alto grau de repetibilidade em escala global* dado todo contexto sócio-histórico⁴¹ que o consolidou e o perpetuou até a atualidade em grande parte do mundo.

Beltrão (2019) interpretando Fairclough (2003) aponta a coexistência de discursos em textos. De acordo com Beltrão, o elemento discursivo existe por estabelecer relações com outros e a partir de outros discursos, o que garante a presença de diferentes discursos nos textos; ele também ressalta que esses discursos podem articular-se de maneira competitiva ou cooperativa (Beltrão, 2019, p. 60). Neste contexto, os textos podem representar um mesmo aspecto do mundo segundo diferentes discursos, articulando-os de maneira harmônica ou controversa (Resende e Ramalho, 2022). A essa articulação de diferentes discursos nomeia-se *interdiscursividade*, uma das categorias de análise do significado representacional do discurso.

2.4.1 Interdiscursividade

Dentre as categorias de análise pertencentes ao significado representacional, Resende e Ramalho (2022) apontam a *representação de atores sociais* de Van Leeuwen (1997), *significado de palavra* de Fairclough (2001) e, finalmente, a que mais interessa neste trabalho, a *interdiscursividade*. Fairclough (2003) assevera que a análise de texto deve ser pensada tanto em termos linguísticos como em termos discursivos. Para o autor, os textos constituem-se em diferentes discursos, gêneros e estilos que eles ‘extraem’ e ‘articulam’ (Fairclough, 2003, p. 3). Nesse sentido, as relações interdiscursivas são relevantes para a compreensão do modo como discursos são articulados e texturizados de determinadas maneiras para atender a interesses particulares.

Magalhães (2001) elucida que Fairclough apoiou-se em Authier-Revuz (1982) e Maingueneau (1987) para conceber um dos ‘nortes’, para usar uma expressão de Magalhães, de sua teoria-método: a heterogeneidade constitutiva ou, como é mais conhecida, a

⁴¹ Lerner (2019) apresenta um importante panorama sobre a história do patriarcado e o apagamento histórico das mulheres.

interdiscursividade. A autora ainda assevera que a interdiscursividade “tem a ver com a constituição de um tipo discursivo através da combinação de elementos das ordens do discurso” (Magalhães, 2001, p. 19). Diante disso, uma análise interdiscursiva é responsável pela “identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados” (Resende e Ramalho, 2022, p. 72). A identificação no âmbito do texto, conforme apresentam Resende e Ramalho (2022), deve cumprir duas etapas: identificar quais partes do mundo são representadas e quais perspectivas particulares estão representadas.

O caráter interdiscursivo nos textos pode ser percebido a partir das características semânticas, gramaticais e lexicais (Fairclough, 2003, p. 67). Todavia, para Fairclough (2003), o elemento mais evidente em um discurso é o seu vocabulário. Assim, os indícios lexicais utilizados para representar os aspectos do mundo “podem ser vistos como ‘realizando’ um discurso” (Resende; Ramalho, 2022, p. 72). Contudo, embora o léxico possa aludir a um discurso particular, é preciso também atentar-se ao texto/contexto para concluir tal alusão (Bessa; Sato, 2018, p. 153).

Nesta dissertação, o corpus de análise caracteriza-se por enunciados proferidos por mulheres que vivenciaram a garimpagem em Mato Grosso, mais especificamente na região de Alto-Paraguai/Diamantino. De modo geral, busca-se compreender os discursos que permeiam esse organismo social e o modo como eles sustentaram representações de mundo que promoviam a desigualdade de gênero e as relações sociais marcadas pelo machismo. Por este motivo, a interdiscursividade, com foco no significado representacional do discurso, constitui-se como a principal categoria analítica deste estudo. Para somar a este recorte analítico, me valho de teorias de gênero, feministas (entre elas, os feminismos decoloniais) e de uma análise de conjuntura sobre o garimpo no Brasil e em Mato Grosso, a fim de construir um arcabouço teórico pertinente em relação ao contexto social que permeiam esses discursos.

2.5 Pesquisa em ACD

Aqueles (as) que se enveredam pelos caminhos da Análise Crítica do Discurso não passam ilesos às objeções, tanto de linguistas quanto de pesquisadores das ciências sociais, em relação a sua base teórica-metodológica marcadamente comprometida com o desvelamento de problemas sociais e com o intuito de possibilitar a emancipação social. Descrita, muitas vezes, como utópica, a ACD não desvia-se de seu âmago: a linguagem como um meio concreto para a mudança social e seu potencial de promover o empoderamento social.

O enquadramento da ACD junto às teorias críticas tem relação com a sua proximidade com a Linguística Crítica (LC) que, embora possam ser vistas como sinônimas, são abordagens distintas que compartilham os mesmos princípios epistemológicos (Wodak, 2004). Assim, a LC e a ACD se entrelaçam em seus interesses de “analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem” (Wodak, 2004, p. 225). Em vista disso, o escopo dessas teorias não se limita aos elementos linguísticos; pelo contrário, pressupõem uma relação entre os campos da linguagem e da sociedade. Quanto a isso, para a ACD, essa relação se dá de maneira dialética pelo fato de o discurso constituir-se como uma forma de prática social por sua capacidade de *ação e representação* sobre o mundo e sobre outras pessoas (Fairclough, 2001).

Na visão de Fairclough, as análises discursivas dividem-se em críticas e não críticas. De acordo com ele, as abordagens críticas se diferem pelo apontamento de que o *discurso é atravessado e moldado por relações de poder e ideologia*, além de exercer efeitos constitutivos nas identidades sociais, nas relações entre as pessoas e nos sistemas de crenças e conhecimento (Fairclough, 2001, p. 91). Ao se estabelecer no âmbito das teorias *críticas*, a ACD compromete-se em “distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita e focalizar a auto-reflexão” (Wodak, 2004, p. 234). Dito de outra maneira, especificamente na de Melo (2018, p. 25), os posicionamentos epistemológicos da ACD são de caráter *denunciativo* (denunciam relações opressivas naturalizadas por interesses particulares), *engajado* (se reconhecem no mundo em que pesquisam) e *pedagógico* (visam proporcionar reflexividade, o que pode tornar os sujeitos conscientes de suas mazelas sociais e possibilitar que se livrem delas).

A análise crítica do discurso, enquanto abordagem linguística, possui várias ramificações teóricas como a abordagem histórico-discursivo de Wodak, a abordagem sócio-cognitiva de Van Dijk e, a que se concentra essa dissertação, a Teoria Social do Discurso de Fairclough. Ainda que se caracterize como uma abordagem heterogênea em termos de teorias e métodos, Melo (2018) assevera que a unidade da ACD deriva do compartilhamento de determinados princípios, dentre os quais ele destaca o *ímpeto crítico*, a *explicitude ideológica e política*, a *transdisciplinaridade*, a *aplicabilidade*, a *acessibilidade* e o *empoderamento social*.

Quadro 2- Princípios da Análise Crítica do Discurso

Ímpeto Crítico	Busca desvelar discursos opacos nos textos que constroem e perpetuam práticas dominantes de poder. Esses discursos estabelecem convenções sociais e as transvestem de naturalidade, o que ocasiona o estabelecimento de algumas práticas ideológicas como inquestionáveis.
Explicitude ideológica e política	Compreende a ciência como parte de uma série de práticas ligadas a elementos frequentemente tidos como não científicos, como a posição ideológica do pesquisador e os efeitos sociais de sua pesquisa. Deste modo, a ACD orienta seus analistas a adotarem uma posição política em sua prática científica e a desenvolverem projetos de intervenção em sua atividade de pesquisa.
Transdisciplinaridade	Trata do trabalho de articulação e operacionalização teórico-metodológico. A ACD relaciona-se de maneira transdisciplinar com outros campos científicos, como os das ciências sociais e filosóficas.
Aplicabilidade	As pesquisas em ACD devem objetivar resultados concretos de mudanças sociais em prol de sujeitos vulnerabilizados socialmente, de modo a possibilitar transformações em suas situações de vida.
Acessibilidade	As pesquisas em ACD são desenvolvidas em linguagem simples e clara para que sejam acessíveis para todos os sujeitos. É preciso que seja entendível e ensinável, a fim de cumprir seu objetivo de apontar um determinado problema social e superar os obstáculos para transformá-lo.
Empoderamento social	Caro à ACD, este princípio assevera a necessidade de as pesquisas dos analistas críticos do discurso servirem como uma ferramenta de reflexividade social e, desse modo, um meio de se alcançar o empoderamento social.

Fonte: Melo (2018, p. 35)

São essas concepções, agrupadas sucintamente no quadro acima, que orientam os trabalhos desenvolvidos no escopo teórico-metodológico da ACD.

2.6 Enquadre teórico-metodológico da ACD

Para além dos princípios norteadores das pesquisas em ACD, Chouliaraki e Fairclough (1999) e Barros (2015), inspirados no Realismo Crítico de Bhaskar (1998), especialmente em seu conceito de *crítica explanatória*, propuseram um modelo de análise composto por *seis etapas* que norteiam os analistas críticos do discurso nos estudos das mazelas sociais. Os seis estágios da pesquisa em ACD são: 1- ênfase em uma injustiça social; 2- identificar obstáculos que impeçam a resolução da injustiça observada; 3- a função do problema na prática; 4- possíveis caminhos para a superação dos obstáculos; 5- Refletir sobre a análise desenvolvida; 6- definir outro problema de pesquisa.

Em Chouliaraki e Fairclough (1999) há apenas a proposição dos cinco primeiros estágios. Nesta dissertação, contudo, adota-se a perspectiva de Barros (2015) que sugere a inserção do sexto e último estágio. De acordo com a teórica, as pesquisas nesse viés da ACD devem ser cíclicas e, por isso, em cada estudo realizado o investigador já terá a capacidade de identificar uma outra injustiça social no recorte social que analisa e, dessa forma, buscar minimizar os problemas sociais daquele contexto (Barros, 2015, p. 111). O diagrama abaixo pode facilitar a compreensão dos estágios de pesquisa:

Figura 1- Enquadre teórico metodológico para análises em ACD



Fonte: Barros (2015)

As análises dos pesquisadores em ACD devem partir *sempre* da identificação de um problema social (Chouliaraki e Fairclough, 1999) passível de análise por meio do entrelaçamento entre a semiose e os outros elementos da vida social. Sobre isso, o incômodo que originou esta pesquisa consiste na percepção do apagamento histórico dos sujeitos femininos que viveram e trabalharam nos garimpos em Mato Grosso. Ainda em relação a essa etapa, Barros (2015) atesta a necessidade de que a questão social trabalhada possa ser abordada de maneira *transdisciplinar*. É o caso do presente estudo que, por envolver uma temática com múltiplas facetas, demandou uma investigação que integrasse diversas áreas de conhecimento das searas sociais e linguísticas como os estudos feministas, de gênero, decoloniais e do discurso.

Diante da percepção do problema social, o próximo passo é identificar os obstáculos que possam interferir na superação da injustiça social. Neste estágio da pesquisa, é preciso detectar, por meio da análise das relações dialéticas entre discurso e sociedade que deve ser realizada mediante a escolha de textos e categorias de análise (Barros, 2015), quais são as estruturas sociais e as redes de práticas responsáveis pela manutenção do problema identificado. Quanto a isso, para desenvolver esta investigação, utilizei como objeto de pesquisa o livro *Em busca da pedra que brilha como estrela- Garimpos e garimpeiros de Alto Paraguai-Diamantino*, de Barrozo (2007). A leitura da obra possibilitou uma viagem pelos garimpos mato-grossenses e um mergulho no contexto social que se formava em torno dessa atividade de mineração. A partir de uma análise linguística e social de enunciados (entrevistas realizadas pelo autor do livro) evidenciou-se a existência de uma *dualidade no papel social das mulheres* que vivenciaram a garimpagem em Alto-Paraguai-Diamantino/MT, na qual elas eram divididas entre esposas/donas de casa/respeitáveis e prostitutas/da zona/não respeitáveis. Essa dualidade encontra raízes, dentre outras possibilidades, na inscrição de um discurso religioso cristão, que foi impositivamente inserido no tecido social brasileiro durante o processo de colonização portuguesa. Essa ordem discursiva, comumente utilizada em narrativas androcêntricas, as quais são repletas de vestígios machistas e misóginos, pode ter influenciado na construção do binarismo “mulheres de família” e “mulheres de zona” na região garimpeira de Alto Paraguai-Diamantino, de modo a atribuir a essas mulheres identidades irrefutáveis que, além de classificá-las em “decentes” e “depravadas”, também imprimiam nelas marcas profundas e duradouras, que as acompanhavam em suas trajetórias e as impactavam pelo o restante de suas vidas. Portanto, é necessário mostrar o modo como esses discursos atuam na manutenção das relações desiguais de gênero e na marginalização das mulheres, com ênfase no recorte

situacional, mas não apenas, haja vista que discursos como esses são perpetuados em praticamente todos, senão todos, os âmbitos da vida social.

De acordo com Beltrão (2019), a ACD concebe três focos de análise relacionados ao segundo estágio: *a análise de conjuntura, a análise de discurso e a análise da prática particular*. A análise de conjuntura desta pesquisa contará com um percurso histórico da história do garimpo nos contextos brasileiro, mato-grossense e de Alto-Paraguai/Diamantino, a fim de estabelecer um panorama em relação ao contexto sócio-histórico que permeou o estabelecimento de um organismo social em volta da garimpagem na região estudada. No que toca à análise de discurso, será realizada a partir de enunciados retirados de entrevistas com atores sociais que viveram na região garimpeira de Alto-Paraguai-Diamantino e que constam no livro *Em busca da pedra que brilha como estrela* (Barrozo, 2007). Essas análises visam a identificar as representações de mundo presentes nos discursos analisados e o modo como elas contribuíram para o estabelecimento de uma sociedade patriarcal e hostil para as mulheres naquele contexto específico. Para finalizar, a análise particular centrou-se nos enunciados proferidos por “Dona E.” a respeito de suas vivências nos garimpos de Alto-Paraguai/Diamantino no decorrer do século vinte.

A terceira etapa da pesquisa deve ocupar-se da função do problema na prática. Tal estágio, de acordo com Beltrão (2019) apoiado em Fairclough (2003), pode ser exemplificado na esfera da ideologia. Nessa seara, um discurso consolida-se como ideológico ao contribuir para o estabelecimento de relações de poder e hegemônicas (Beltrão, 2019, p. 96). Nas circunstâncias desta pesquisa, entende-se que a visualização de discursos machistas e androcêntricos como *dados*, isto é, *naturalizados* socialmente, contribui significativamente para a perpetuação das desigualdades de gênero e, mais ainda, para as distintas violências (sociais, psicológicas, físicas) que afetam os sujeitos femininos. Nesse sentido, um dos caminhos a ser trilhado em prol da desestabilização do sistema patriarcal-opressor que aflige e, em casos extremos mata mulheres, é o de trazer historicidade para essa estrutura de dominância masculina e, desse modo, desmistificar as concepções falaciosas de *naturalidade* e de *imutabilidade*. A esse respeito, Lerner (2019) afirma que apontar essa historicidade significa romper com a tradição do domínio masculino e possibilitar ainda uma reflexividade crítica que pode levá-las à emancipação. Para justificar seu apontamento, a autora relata os avanços emancipatórios conquistados por meio dos avanços nas oportunidades sociais e educacionais ofertados às mulheres nos séculos dezenove e vinte, em que muitas, a partir de uma avaliação crítica, perceberam o modo como esse sistema patriarcal é forjado e mantido (Lerner, 2019, p. 66).

Na quarta etapa, é preciso considerar maneiras para a superação dos obstáculos observados nas etapas anteriores. Nesse sentido, deve-se ponderar “as contradições, as lacunas, deficiências dos aspectos considerados dominantes da injustiça social” (Barros, 2015, p. 110). Para mais, nessa altura do estudo, a postura crítica negativa do pesquisador deve se transformar em positiva na medida em que se identificam possibilidades de mudanças mesmo que concebidas parcialmente ou não concebidas ainda (Beltrão, 2019). Frente a isso, essa pesquisa, em si própria, pretende configurar um meio de intervenção social. Por isso, durante toda a escrita desta dissertação, procurei utilizar uma linguagem didática e acessível. Além disso, são raras as pesquisas que se preocupam em analisar com profundidade o aspecto social do garimpo e, menos ainda, as que olham especificamente para as mulheres que viveram ou ainda vivem nesse contexto. Com isso, ao publicar esta dissertação, almejo encorajar outras (os) pesquisadoras (es) a se engajarem na luta em prol de mulheres que sofrem discriminações por seu gênero (e outras interseccionalidades) não apenas no contexto do garimpo, mas em todos os lugares que houveram mulheres que estejam sendo subalternizadas.

Posterior a esse estágio temos a etapa que direciona uma reflexão sobre a análise desenvolvida ao longo da pesquisa. Nesse ponto, o pesquisador deve questionar, de maneira crítica, sua contribuição e a eficácia desta para a emancipação social (Barros, 2015) com vistas ao problema social destacado na pesquisa. Tal reflexão será realizada no último capítulo desta dissertação, o qual contará com apontamentos em relação às análises, aos objetivos almejados e as limitações da pesquisa.

Por fim, o sexto estágio, sinaliza a definição de um novo problema de pesquisa. Nessa etapa, elaborada por Barros (2015) no decorrer de seu pós-doutorado sob supervisão de Roy Bhaskar, a teórica postulou ser indispensável o enraizamento do analista crítico do discurso no contexto do problema social visualizado por ele. Ao permanecer por um longo período imerso na problemática, o pesquisador (a) irá se deparar com novos objetos e, desse modo, poderá considerar os reais problemas que emergem a cada nova investigação.

CAPÍTULO III- DOS CAMINHOS SINUOSOS NO RASTRO DO “ELDORADO” MATO-GROSSENSE

Em seus estudos sobre a relação entre contextos sociais e práticas discursivas, Chouliaraki e Fairclough (1999) argumentam que, em uma análise de conjuntura, é necessário considerar uma série de elementos que estão conjunturalmente relacionados na sustentação de determinado discurso, como pessoas, materiais e tecnologias. Ao analisar as contradições e incompletudes da conjuntura que cercam o problema identificado, pode ser possível elencar possibilidades de superá-lo. Deste modo, este capítulo assume a forma de um breve percurso histórico e crítico pela história do garimpo no Brasil, em Mato Grosso e em Alto Paraguai-Diamantino-MT. A divisão das seções relaciona-se a três aspectos caros à temática desta dissertação: a primeira seção, *A descoberta aurífera e diamantífera nas terras brasílicas*, trata sobre a descoberta de pedras e metais preciosos no Brasil e as consequências econômicas e sociais dela decorrente. Na segunda seção, *O eldorado e a busca da “pedra que brilha como estrela” em Mato Grosso*, relata-se sobre a mineração em Mato Grosso e, especificamente, em Alto Paraguai/Diamantino. Em *O garimpeiro e a mulher na lida da garimpagem: personagens dessa história*, terceira seção deste capítulo, discorre-se a respeito das duas figuras centrais desta pesquisa, o garimpeiro e a mulher na garimpagem, e do modo como eles se relacionam no organismo do garimpo.

3.1 A descoberta aurífera e diamantífera nas terras *Brasilis*

O colonialismo português, assim como todos os outros que em todos os continentes se apossaram de terras que não lhes pertenciam, não tinha outra finalidade que não a de explorar os povos, as riquezas e os recursos naturais desta terra que chamamos Brasil. Sendo a maior colônia de Portugal, o Brasil atravessou outros ciclos econômicos até chegar à extração mineral: a princípio, com a exploração e exportação do pau-brasil, seguido dos plantios de cana-de-açúcar e, finalmente, o da mineração de ouro e diamantes. Em relação a este último, Barrozo (2007) explica que a descoberta de metais preciosos no início do século XVIII e de diamantes em meados desse mesmo século constituiu-se como uma saída da crise econômica e colonial que assolou a coroa portuguesa devido, sobretudo, ao declínio da indústria açucareira e da posição de atraso de Portugal em relação às outras potências econômicas da Europa. Para além

disso, o ciclo da mineração ainda impulsionou a emigração europeia para o Brasil, as expedições bandeirantes e a dinamização do comércio interno⁴².

As descobertas auríferas se deram, inicialmente, na região de Sabará em Minas Gerais e rapidamente se espalharam por todo território mineiro (Santos, 2012). Nas outras regiões mineiras, Mato Grosso e Goiás, os achados datam, respectivamente, de 1719 e 1725. A princípio, a coroa portuguesa preocupava-se apenas com a extração de ouro, devido a grande quantidade produzida, o que ocasionou o auge da exportação aurífera em meados do século XVIII. Contudo, após esse apogeu, a mineração de ouro decaiu significativamente durante as décadas seguintes, enquanto a extração de diamantes crescia aceleradamente, de modo a garantir ao Brasil, no final do século XVIII, o monopólio da pedra (Barrozo, 2007)⁴³.

Por sua alta rentabilidade, a atividade mineradora era controlada rigidamente pela coroa portuguesa, que passou a fiscalizar e distribuir as áreas de mineração. Barrozo (2007) explica que as datas eram distribuídas desigualmente, favorecendo os mais ricos. Segundo o autor, as lavras eram concedidas de acordo com o número de escravos que cada um possuísse, excluindo a possibilidade do homem livre e pobre de possuir sua própria lavra ⁴⁴(Barrozo, 2007, p. 31). Tal situação contrasta com o imaginário que permeia o universo da mineração, responsável por atrair ricos e pobres, mas principalmente este último: a esperança da riqueza e da melhoria de vida.

O controle das “datas” de mineração somado às taxas e os impostos cobrados pelo governo português aos mineradores, o “quinto” e a “capitação”⁴⁵, resultaram não apenas no contrabando de metais preciosos, mas também na mineração clandestina, uma vez que retirou das pessoas pobres a oportunidade de trabalharem por conta própria nas minas. É neste contexto de restrição estatal que emerge a figura do garimpeiro e o seu atrelamento com a ilegalidade, haja vista que eram chamados de garimpeiros aqueles que “extraíam ouro e diamante ‘ilegalmente’ [...] garimpavam onde os mineradores com escravos e equipamentos não iam: nos

⁴² A dinamização do comércio interno relaciona-se com a emergente migração de pessoas para as áreas de mineração e a não preocupação, ou não condição, de produzir alimentos por parte dos mineradores. De acordo com Barrozo (2007, p. 34), muitos trabalhadores das minas pereceram de fome ou pagavam preços abusivos em alimentos para subsistência, não raro trocavam por ouro itens de necessidade básica.

⁴³ No decorrer do capítulo, os leitores perceberão a prevalência de Barrozo (2007) nas citações e referências. Isso se dá, sobretudo, pelo caráter histórico do livro de Barrozo e por ser uma das poucas literaturas que tratam sobre o garimpo em Alto Paraguai/Diamantino-MT.

⁴⁴ Alguns termos utilizados no contexto garimpeiro podem parecer confusos para aqueles que não são familiarizados com esse meio. É o caso de “lavra” que se refere à etapa específica de extração dos minerais do solo. Resumidamente, é uma das etapas do processo de mineração.

⁴⁵ O quinto correspondia a 1/5 do metal ou minério produzido, enquanto a capitação correspondia ao imposto sobre o número de escravos de cada mineração (Barrozo, 2007, p. 32).

socavões, nos riachos correntosos e isolados, nas montanhas inacessíveis” (Barrozo, 2007, p. 33). Foram esses garimpeiros que, sob a margem da lei, infiltraram-se nos precários caminhos⁴⁶ rumo ao oeste do território em busca do sonhado “eldorado”. O anseio pelo ouro e, posteriormente, pelo diamante impeliu inúmeros homens a buscarem a sorte na província de Mato Grosso.

3.2 O eldorado e a busca da “pedra que brilha como estrela” em Mato Grosso

O princípio da ocupação das terras mato-grossenses relaciona-se às lavras auríferas localizadas nas margens do Rio Coxipó e, posteriormente, nas lavras do Sutil (Santos, 2012). Descoberta, mais tarde, a presença de diamantes na região, ampliou-se a ocupação de tal modo que surgiram vilas espalhadas por várias regiões da província. Ormond (2011) explica que havia um interesse por parte dos governantes na vinda de trabalhadores de outras localidades para o estado. Isso porque, de acordo com a autora, predominava-se uma ideologia que “via o estado como uma terra paradisíaca, com grandes possibilidades de desenvolvimento que se perdiam por não serem transformados em riquezas” (Ormond, 2011, p. 29). Deste modo, a fama do um “eldorado” mato-grossense e de uma terra potencialmente próspera atraiu migrantes de várias capitâneas do país, além de portugueses que emigraram para o Brasil. De modo geral, a população migrante se constituiu de homens livres, negros escravizados e indígenas (Machado, 2008) e se caracterizava pela predominância masculina⁴⁷ e por uma cultura atrelada à mineração (Chaban, 2012).

3.2.1 Alto Paraguai/Diamantino na rota da mineração

Desde o início do século XVIII a região de Alto Paraguai/Diamantino-MT é percorrida por mineradores e garimpeiros que, esperançosos, exploram essa terra afamada por suas minas e lavras auríferas e diamantíferas. Barrozo (2007) explica que a exploração da região ocorreu poucos anos depois das descobertas das minas de ouro em Cuiabá e ocasionou um fluxo migratório de faiscadores e mineradores oriundos das minas do Arinos e de Cuiabá, de tal modo

⁴⁶ A qualificação dos caminhos como *precários* se dá em decorrência das péssimas condições das estradas que eram utilizadas pelos que se aventuravam no interior do país. Para um aprofundamento desta questão, ler Barrozo (2007) capítulo III.

⁴⁷ Chaban (2012) apoiada em Machado (2008) explica que as dificuldades estruturais e de acesso somadas aos ataques de nativos e às intempéries naturais resultaram em uma pequena população que contava com poucas mulheres.

que fundou-se o arraial do Ouro do Alto Paraguai.⁴⁸ Tal ocupação, entretanto, não durou muito: em 1751 a coroa portuguesa interdito as minas e expulsou os moradores das recentes vilas ali estabelecidas. Despovoada, Alto Paraguai/Diamantino retornaria às atividades somente mais de meio século depois.

De acordo com Barrozo, a proibição da exploração das minas e lavras no Alto Paraguai decorreu de razões políticas. Segundo o historiador, a intervenção da coroa estaria relacionada ao difícil controle da exploração de diamantes, haja vista que as minas só foram interditas a partir da extração do diamante associado ao ouro (Barrozo, 2007). Para mais, apoiado em Siqueira (1990), Barrozo aponta que a descobertas de tais minas e a migração provocada por elas poderiam despovoar a fronteira, o que deixaria margem para uma invasão espanhola.⁴⁹ Em maio de 1805 as minas foram reabertas e a região voltou a ser povoada, sobretudo por moradores vindos de Cuiabá, Vila Bela e Poconé. Esse primeiro período de extração de ouro e diamantes em Alto Paraguai/Diamantino, que irei me referir como 1ª fase, se estendeu até 1862 e teve sua defasagem em decorrência de uma sucessiva cadeia de eventos, entre eles a rusga, a falta de mão de obra escravizada e a descoberta de novas lavras na região da Chapada Diamantina (Barrozo, 2007).

Foi preciso sessenta anos para que a “pedra que brilha como estrela”⁵⁰ atraísse novamente aventureiros para o Alto Paraguai/Diamantino. Redescoberto por garimpeiros vindos da região leste de Mato Grosso, os diamantes do Alto Paraguai provocaram uma intensa migração de pessoas originárias majoritariamente do nordeste do país. De acordo com Barrozo, os moradores de Diamantino não tinham sossego pois chegavam

grupos de dois, cinco, dez e até caravanas de mais de dez homens, a pé, montados, com os jumentos carregando carga. Gente diferente. Alguns eram cuiabanos. Mas tinha mesmo era gente do Norte. Da Bahia, do Piauí, de toda parte. Eram forasteiros, sem família, sujos, com fome, cansado (Barrozo 2007, p. 76).

Quanto à migração expressiva de nordestinos para os garimpos de Alto Paraguai, Ormond (2011) atribuiu ao contexto socioeconômico brasileiro da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX. Para a pesquisadora, eventos como a Proclamação da República, a grande seca de 1877, o fortalecimento do poder dos proprietários rurais, o

⁴⁸ As principais lavras descobertas em Alto Paraguai nas primeiras décadas do século XVIII, de acordo com Barrozo (2007, p. 40) são: Lavras do Rio Santana (1735), Lavras do Brumado (1736), Minas do Alto Paraguai (1747), Lavras dos ribeirões de Santana e de São Francisco Xavier (1748 e 1750).

⁴⁹ A migração para o interior das terras brasileiras ocasionada em parte pela mineração foi crucial para a posse portuguesa das terras mais ao oeste da América do Sul.

⁵⁰ Referência ao termo utilizado pelo povo indígena “Bororo” que relataram aos garimpeiros a existência de uma “pedra que brilha como estrela” nos rios do leste Mato-grossense (Barrozo, 2007, p. 61).

crescimento da agricultura comercial, a marcha para o oeste e a ideia de Mato Grosso como uma terra paradisíaca foram grandes propulsores de tais migrações⁵¹. Apesar da predominância de nordestinos nos primórdios da redescoberta do garimpo em Alto Paraguai, Barrozo (2007) destaca que em algum momento os migrantes do estado de Mato Grosso passaram a predominar na região. Este segundo momento da exploração em Alto Paraguai/Diamantino, que chamarei de 2ª fase, perdurou por poucas décadas e já nos anos 60 apresentava sinais de decadência.

Na década de 70, introduziram-se novos meios de exploração nas lavras decadentes, as dragas.⁵² A nova técnica, caracterizada pelo aumento da produtividade e pela dispensa de mão de obra, não só aumentou a degradação ambiental, mas também alterou as relações sociais de produção (Barrozo, 2007). Devido à mecanização do trabalho, o garimpeiro e o método de extração tradicional foram substituídos por pessoas alheias ao trabalho no garimpo. Nesse sentido, o trabalhador da draga não é, necessariamente, um garimpeiro, mas sim um prestador de serviço, assalariado, para o dono da draga (Barrozo, 2007). Deste modo, muda-se a lógica de produção no garimpo: antes proprietários de suas ferramentas de trabalho e de seu “tempo”, passam a vender sua força de trabalho em um sistema de mais-valia. Este novo modelo proporciona uma relativa estabilidade de vida ao passo que retira a possibilidade da tão sonhada riqueza. Barrozo (2007) relata que a introdução das dragas no Alto Paraguai na década de 70 representou um avanço na estrutura da cidade com a abertura de agências bancárias, a construção de casas e a reativação no comércio. Essa euforia, para utilizar uma expressão do autor, que perdurou por 15 anos, cessou em razão de outro ciclo de decadência da exploração de diamantes.

3.3 O garimpeiro e a mulher na lida da garimpagem: personagens dessa história

Ao se tratar do garimpo toma-se, de modo geral, a figura do garimpeiro como personagem central desse universo. Permeados de estigmas e herdeiros direto dos “desclassificados” sociais do Brasil colônia (Barrozo, 2007), esses homens viviam e vivem à margem da sociedade, seguindo as suas próprias leis e embrenhando-se pelas regiões mineiras do Brasil.

⁵¹ Em sua dissertação, Ormond (2011) aborda de maneira mais analítica os eventos que resultaram na migração de nordestinos para a região de Alto Paraguai/Diamantino/Nortelândia. Recomendo a leitura do capítulo I de sua pesquisa para aqueles que tenham interesse em se aprofundar nessa questão.

⁵² A draga, conforme explica Barrozo (2007, p. 100), é “um conjunto composto por uma moto-bomba e mangueiras de alta-pressão, de quatro ou seis polegadas, e uma armação tipo calha com uma caixa metálica e declive acentuado, por onde se dá a corrida do cascalho e onde os diamantes ficam retidos”.

Historicamente, o imaginário estigmatizante em torno do garimpeiro tem relação com sua origem social. No século XVIII, esses homens transitavam em um limbo entre a liberdade e a escravidão: eram livres, mas pobres; mestiços, negros e brancos endividados que eram úteis para o núcleo colonial à medida que ocupavam novas terras, abriam caminhos nos sertões e trabalhavam como mineiros, faiscadores e, em alguns casos, tornavam-se garimpeiros⁵³ (Barrozo, 2007). De modo geral, eram tidos como aventureiros desclassificados⁵⁴ no meio social. A fama de desbravadores/itinerantes não era infundada. O contexto social que viviam não lhes davam nada a perder, de modo que andavam sem rumo pelos sertões centrais do país buscando uma riqueza rápida que viria por meio do bamburro⁵⁵ de ouro e/ou pedras preciosas. Em suas andanças, fundaram várias corrutelas⁵⁶ que, posteriormente, se tornaram cidades existentes ainda hoje em Mato Grosso.

O estilo de vida adotado pelo garimpeiro revela uma série de contradições em torno dessa figura já estigmatizada. Dessas incoerências, duas são significativas para o âmbito desta dissertação, a busca pela riqueza em meio a lógica do não acúmulo de bens e transitividade entre o moral e o imoral. Sobre o primeiro, destaco a explicação de Barrozo (2007, p. 143) de que o garimpeiro tradicional não se preocupa com o acúmulo e sim com a subsistência, baseado na crença de que o dinheiro deve ser gasto, caso contrário não pegará mais diamantes. Assim, quando bamburravam gastavam rapidamente o dinheiro e, na maioria das vezes, em farras nos cabarés. Diante desse contexto, percebo a existência de um ciclo que permeia a vida dos garimpeiros: com sorte (e muito trabalho), conquista-se o tão almejado enriquecimento que, a custo de se atrair ainda mais riqueza, se esvai e o leva de volta a sua busca inicial. Neste processo, a possível ascensão social se perde. Em relação a segunda incoerência destacada, a transitividade entre a moralidade e a imoralidade, entendo o garimpeiro, assim como Barrozo (2007), como um sujeito que carrega múltiplas facetas éticas. Entre o moral e o imoral, ele caminha nos dois sentidos: farristas e mulherengos ao mesmo tempo valorizam a família e a pureza (da mulher). Em uma definição cirúrgica, Barrozo (2007) os define como seres inerentemente contraditórios que não são anjos nem demônios, mas um e outro a depender do momento. As mulheres, entretanto, não possuíam tamanho direito no organismo social do

⁵³ “Grimpeiro” refere-se ao trabalhador do garimpo informal, sem o amparo legal. Eram perseguidos pela administração colonial por serem considerados ladrões.

⁵⁴ Na opinião de Barrozo (2007, p. 38), essa desclassificação social do garimpeiro relaciona-se diretamente com a proibição da mineração fora das “datas” controladas pela coroa portuguesa.

⁵⁵ Na linguagem do garimpo, bamburrar refere-se a enriquecer inesperadamente.

⁵⁶ Corrutelas são vilas que se formam ao redor do garimpo, iniciadas por barracos construídos pelos próprios garimpeiros.

garimpo. Ou são uma ou outra, ou “santas” ou “putas”. Na verdade, elas são o Outro⁵⁷ na história dos homens, o oposto, o inferiorizado.

No contexto brasileiro, o garimpo e a prostituição estão intrinsecamente associados desde o período colonial (Barrozo, 2007). Na região de Alto Paraguai/Diamantino⁵⁸, conforme relata Barrozo (2007), mulheres que trabalhavam como prostitutas chegaram ainda no início da primeira corrutela estabelecida naquela região, atraídas pela abundância de dinheiro que corria no local. A presença dessas mulheres que viviam na zona causava incômodo nas mulheres casadas, de tal modo que os espaços físicos eram delimitados entre elas: os locais frequentados pelas casadas eram proibidos às prostitutas e vice-versa. Desse modo, as mulheres de Alto Paraguai/Diamantino viviam sob uma linha social invisível que as dividiam em “santas” e “putas”, entre “Marias” e “Madalenas”. Essa divisão se estabelecia na ideia de que no âmbito familiar habita a moralidade, a mãe de família, a mulher “respeitável”, a mulher no *espaço privado*. A imoralidade, por sua vez, mora no cabaré junto às prostitutas, às mulheres “não respeitáveis”, a mulher no *espaço público*. Em meio a esta relação de afirmação e negação estão os homens, ora na figura de marido ora na figura de cliente, sempre com a liberdade de transitar entre os dois espaços.

A participação da mulher no garimpo não se restringe ao lar e ao cabaré, ao menos não no Alto Paraguai/Diamantino. Barrozo (2007, p. 206) apresenta a categoria mulher garimpeira que se refere tanto a mulheres que tinham o garimpo como uma fonte de renda quanto a mulheres casadas que “ajudavam” seus maridos na lida da garimpagem. As mulheres que garimpavam de maneira independente, isto é, sem estar ligada a um companheiro, eram masculinizadas devido à sua capacidade de garimpar “como um homem” e, por isso, eram respeitadas como tal (Barrozo, 2007). Nos relatos colhidos por Barrozo (2007), consta a existência de uma mulher garimpeira nas corrutelas do Alto Paraguai/Diamantino. Conhecida como “mineirinha”, era prostituta e garimpeira e se destacava por sua habilidade na lida do garimpo, sobretudo por realizar “tarefas de homem” (Barrozo, 2007, p. 207). A segunda, explica Barrozo:

Mesmo vivendo à sombra do marido, quem na realidade garimpava era a mulher. Não era uma simples ‘ajuda’, ou um trabalho eventual. Na realidade, ela era uma mulher garimpeira, ainda que não trabalhasse o tempo todo, porque também tinha sob sua responsabilidade os afazeres domésticos (Barrozo, 2007, p. 207).

⁵⁷ Referência ao pensamento de Beauvoir (2019) que aponta o inferiorizado lugar social endereçado às mulheres em nossa sociedade. Para a autora, nós, mulheres, sempre fomos o Outro na história dos homens. Sempre fomos “se não a escrava do homem, ao menos sua vassala.” (BEAUVOIR, 2019, p. 17).

⁵⁸ Barrozo (2007) comenta que a região chegou a contar com mais de 250 mulheres nas zonas, mas que com a decadência do garimpo quase todas as “casas” e bares foram fechados.

Esses relatos demonstram a inconsistência das justificativas utilizadas para limitar o “lugar” da mulher no organismo social do garimpo. Na teoria dos garimpeiros, embasada na divisão sexual do trabalho, as mulheres deveriam exercer funções que não envolvessem perigos e que fossem leves e compatíveis com a “fragilidade” de seu sexo. Na prática, muitas mulheres exerciam jornadas de trabalho maiores que a dos garimpeiros e, em geral, que os beneficia. Diante de tal fato, advogo que as mulheres deveriam ser centrais nas histórias do garimpo.

Na ânsia de trazer a visibilidade para esses sujeitos femininos, essa dissertação propõe uma viagem pelos garimpos do Alto Paraguai/Diamantino em meados do século vinte para contar sobre como as mulheres que vivenciaram a garimpagem naquela região não são coadjuvantes dessa história. Pelo contrário, eram elas que, muitas vezes, garantiam o próprio sustento e o dos seus em jornadas exaustivas de trabalho em casa, no cabaré e até mesmo no garimpo. Nos espaços que ocupavam, seja no meio doméstico ou nas casas de prostituição, eram subjulgadas pelos homens e, em geral, trabalhavam em funções que beneficiavam os sujeitos masculinos. Eram segregadas e condicionadas a lugares sociais “pré-determinados” que variavam de acordo com sua conduta moral: ou em casa, como esposas, mães, submissas aos princípios androcêntricos daquele organismo social, ou como mulheres da “vida” que trabalhavam com sua sexualidade, solteiras, independentes e, em consequência, mal vistas pela sociedade. Essas eram as duas realidades possíveis para os sujeitos femininos que vivenciaram a garimpagem em Alto Paraguai/Diamantino, como veremos nos excertos analisados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV- ANÁLISES

Este capítulo aborda, efetivamente, o objeto central que culmina esta pesquisa. Nele, serão analisados recortes enunciativos retirados da obra “*Em busca da Pedra que brilha como estrela*” de Barrozo (2007), de uma depoente que vivenciou o garimpo na região de Alto Paraguai/Diamantino-MT. A análise tem como objetivo o aprofundamento na problemática que orienta este estudo: a dualidade do papel social nos garimpos do séc. XX em Alto Paraguai/Diamantino. Para isso, utilizou-se como ferramenta metodológica a Análise Crítica do Discurso na vertente de Norman Fairclough (2001; 2003), com ênfase na categoria analítica Interdiscursividade do Significado Representacional do discurso.⁵⁹ Nessa linha metodológica, os enunciados são considerados a partir de uma análise interdiscursiva em que serão priorizadas a identificação de quais discursos estão articulados e o modo como eles estão articulados nos recortes textuais. A fim de organização textual e teórica, as seções estão divididas por temáticas: sendo a primeira uma breve contextualização sobre a região garimpeira de Alto Paraguai/Diamantino, nomeada *Das particularidades do garimpo em Alto Paraguai/Diamantino*; a segunda, *Garimpo e prostituição: realidades intrínsecas*, trata sobre os garimpos e a prostituição e os reflexões sociais dessa relação e, finalmente, a terceira seção, *Maria ou Madalena: entre o espaço público e o privado*, que aborda a segregação espacial entre as mulheres que vivenciaram a garimpagem na região.

4.1 Das particularidades do garimpo em Alto Paraguai/Diamantino

Ainda que parte do capítulo analítico, esta seção não apresenta análises discursivas de depoimentos, mas se compromete em adentrar o universo garimpeiro da região de Alto Paraguai/Diamantino a partir do objeto de estudo dessa dissertação, a obra *Em busca da Pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino* (2007), de João Carlos Barrozo. O objetivo é introduzir as temáticas que serão tratadas nas três seções seguintes, respectivamente, a relação entre o garimpo e a prostituição, a divisão sexual do trabalho nas áreas mineração e a segregação espacial das mulheres nos garimpos da região. As três temáticas trabalhadas estabelecem correlações, mas serão exploradas separadamente por uma questão de organização textual.

⁵⁹ Uma explicação detalhada encontra-se no capítulo II, seção 2.4.1.

Barrozo (2007) estabelece em sua obra um panorama histórico a respeito do garimpo que é imprescindível para se compreender a conjuntura social vivida pelos atores sociais que forneceram depoimentos ao autor, dos quais alguns enunciados, exclusivamente o de mulheres, se tornaram objetos de análise desta dissertação. Sobre o universo garimpeiro e, em especial, a região de Alto Paraguai-Diamantino, Barrozo (2007) assevera que o trabalho na mineração era exercido majoritariamente por trabalhadores homens, livres ou escravos. Contudo, ainda que raros, havia registros de mulheres garimpeiras que, segundo o autor, ou eram mulheres masculinizadas ou prostitutas. Para além delas, havia também algumas poucas mulheres de ‘família’ que garimpavam para “ajudar”⁶⁰ seus maridos. Essas últimas eram respeitadas por estarem acompanhadas de seus cônjuges, caso contrário seriam mal vistas e desrespeitadas pelos garimpeiros (Barrozo, 2007, p. 199). Nesse sentido, é perceptível uma predominância masculina no que tange a organização social do garimpo, seja pela maioria⁶¹ numérica dos homens nos espaços de garimpagem ou por contribuírem para a desigualdade de gênero naquele organismo social.

No tocante à desigualdade de gênero, Barrozo (2007) esmiúça tanto a divisão sexual do trabalho quanto questões relativas à segregação social das mulheres, como a dualidade do papel social atribuído às mulheres no garimpo e seus desdobramentos. Em seus escritos, Barrozo (2007) relata a visão sexista dos garimpeiros que defendiam que a garimpagem era um serviço para homens e que “na opinião dos garimpeiros, *o lugar das poucas mulheres que lá havia era ou em casa ou no cabaré*” (Barrozo, 2007, p. 199, grifo meu). Tal constatação permite a constatação de que, além da acentuada desigualdade de gênero, o garimpo também se organiza dentro de um sistema patriarcal que oprime mulheres e as designam a determinados lugares sociais.

Nos garimpos do Alto Paraguai-Diamantino, as mulheres eram separadas binariamente em mulheres de “família” e mulheres da “zona” (Barrozo, 2007). O papel social que exerciam designava o lugar que habitavam na sociedade: se o de mulher “respeitável” e confinada no âmbito doméstico ou se o de mulher “não respeitável” e restrita ao âmbito público. Ou uma ou

⁶⁰ O verbo *ajudar* está entre aspas porque entendo, assim como Barrozo, que essas mulheres não eram meras ajudantes de seus cônjuges, ao contrário, elas por vezes trabalham no lugar de seus maridos. Barrozo (2007, p. 207) afirma que essas mulheres se dividiam entre o trabalho doméstico e a atividade de garimpar e, mesmo que não garimpassem todos os dias, eram mulheres garimpeiras. É o caso de dona Eunice (dona E) que relatou ao entrevistador que chegou a mergulhar “à fôlego” mesmo em idade gestacional avançada (Barrozo, 2007, p. 208).

⁶¹ Os lugares em que os garimpos se estabeleciam eram distantes, precários e perigosos. Devido a isso, inicialmente, apenas os homens viviam nessas localidades. As primeiras mulheres que apareceram eram prostitutas atraídas pela presença de homens com muito dinheiro e sem mulheres (Barrozo, 2007, p. 200).

outra. Ou “santa” ou “puta”. Ou Maria ou Madalena. Ao escolherem (ou não) um dos lados, esses sujeitos femininos eram marcados socialmente e passavam a carregar estereótipos pelo resto de suas vidas, especialmente as que estavam do lado público, do cabaré. Essas últimas eram rejeitadas inclusive pelas outras mulheres, as de família, que não se misturavam com elas por acreditarem que a zona era um lugar de “perdição” onde seus maridos gastavam todo o dinheiro que ganhavam e eram convencidos pelas prostitutas a abandonar suas famílias (Barrozo, 2007, p. 222). Por outro lado, os homens, casados ou solteiros, não sofriam qualquer discriminação de sua condição pública por transitarem entre os dois universos, o familiar e o prostíbulo. De acordo com Barrozo (2007), apoiado em suas entrevistas com antigos garimpeiros da região do Alto Paraguai, o cabaré se configurava como uma espécie de “clube social” dos homens que se juntavam para confraternizar, negociar e encontrar mulheres. Para alguns homens da região, a “zona” era vista como “utilidade pública” por, em suas concepções, preservarem as “moças de família” (Barrozo, 2007). Nesse sentido, é possível depreender e, quiçá, sintetizar que a principal função social pré-determinada às mulheres no garimpo era a de servir aos homens: em casa, como esposa, doméstica e genitora; no cabaré como provedora sexual que ajuda a satisfazer os desejos masculinos e, assim, a preservar as mulheres tidas como “respeitáveis”, de “família”.

Diante do exposto nesta seção, é incontestável o protagonismo das mulheres no universo do garimpo em Alto Paraguai/Diamantino e é a partir desse entendimento que essa dissertação ganha corpo e objetivo teórico-social. Com vistas a demarcar a presença e a contribuição de mulheres na garimpagem, serão analisados nas seções seguintes três depoimentos de uma mulher, nomeada nesta dissertação como Dona E., que vivenciou a garimpagem na região de Alto Paraguai/Diamantino-MT no decorrer do século XX. A partir de seus enunciados, coletados por Barrozo (2007) na década de 90, serão exploradas nas seções seguintes questões relativas a desigualdade de gênero, especificamente as searas da prostituição, da divisão sexual do trabalho e da segregação espacial entre as mulheres. Para isso, utilizo como arcabouço metodológico a Análise Crítica do Discurso na perspectiva de Norman Fairclough, por meio da categoria analítica Interdiscursividade do Significado Representacional do Discurso⁶².

Na perspectiva da ACD, discurso e sociedade mantêm uma relação intrínseca e dialética, de modo que o discurso é visto como um momento da prática social (Fairclough, 2003). Nesse sentido, os analistas críticos do discurso concentram-se no modo como essa relação entre discurso e sociedade reverbera nas relações estruturais de desigualdade social, sejam elas

⁶² Ver capítulo II, seção 2.4 desta dissertação.

veladas ou não. A partir de uma análise linguística/discursiva associada a uma análise social, a ACD descreve como as relações de poder moldam o discurso a partir de processos ideológicos que se materializam no cerne das práticas discursivas e, desta maneira, constroem e mantêm relações marcadas por injustiças sociais. À vista disso, a análise crítica do discurso constitui-se como uma ferramenta proveitosa para as análises realizadas nesta dissertação por possibilitar, por meio de uma análise discursiva e social dos depoimentos de dona E., o desvelamento de estruturas de poder que permeavam o contexto garimpeiro de Alto Paraguai-Diamantino e o modo como essas estruturas criaram e perpetuaram relações sociais marcadas pela marginalização e opressão das mulheres que vivenciaram a garimpagem naquela região.

4.2 Garimpo e prostituição: realidades intrínsecas.

Os debates relativos a prostituição perduram a tempos nos estudos feministas, de gênero e de mulheres e ainda persiste como um objeto sensível e multifacetado. No cenário contemporâneo, há uma tensão entre os feminismos e a prostituição que ressoa em duas posições distintas: a abolicionista e a pró-prostituição⁶³. Ainda que as discussões feministas contemporâneas estabeleçam reflexões elementares frente a essa temática, o contexto desta análise requer uma abordagem que explore outra faceta relativa a prostituição, a relação casamento/prostituição. Beauvoir (2019), em *O segundo sexo* (1949), estabelece uma simetria entre a figura da esposa e a da prostituta ao alegar que matrimônio e prostituição são instituições análogas. De acordo com Beauvoir (2019), nos dois casos, casamento ou prostituição, a mulher é vista como uma prestadora de serviços sexuais e a diferença entre essas instituições está no preço e na duração do contrato⁶⁴. Nesta perspectiva, tanto a esposa quanto a meretriz estão sob jugo da opressão masculina, mas para Beauvoir (2019) apenas a esposa é vista como uma mulher “legítima” e digna de “respeito”⁶⁵, enquanto a prostituta reúne todas as figuras da escravidão feminina e sequer é vista como uma pessoa.

Em uma perspectiva parecida, Osborne (2004) toma o matrimônio como a outra face da prostituição e aponta que, ao contrário do que é naturalizado socialmente, essas instituições são

⁶³ Para uma leitura mais aprofundada ver Fonseca (2016), Piscitelli (2012) e Clarindo, Zamboni e Martins (2021).

⁶⁴ Nas palavras da autora, “Para ambas (prostituta e esposa), o ato sexual é um serviço; a segunda é contratada pela vida inteira por um só homem; a primeira tem vários clientes que lhe pagam por vez” (Beauvoir, 2019, p. 364).

⁶⁵ Clarindo, Zamboni e Martins (2021) questionam a afirmação de Beauvoir (2019) de que a esposa seria vista com “respeito” pelos homens. Reconhecendo a importância da comparação das posições entre esposa e prostituta para a compreensão das assimetrias entre esses dois sujeitos femininos na sociedade, os autores alertam o fato de que esse “respeito” atrelado a mulher casada “respeitável”, é frágil e falho quando se considera os crescentes casos de feminicídios e violências que ocorrem dentro das relações conjugais.

complementares e não opostas. Em relação a isso, Osborne (2004) explica que essa dicotomia entre família e prostituição é viabilizada por meio de uma estratégia patriarcal de categorizar as mulheres em “respeitáveis” e “não respeitáveis” e, a partir desta classificação, relega-las a um lugar social específico. Boas mulheres são representadas como uma figura maternal, uma esposa fiel, dedicada à religião e, em consequência disso, dotadas de decência. As más, ligadas a figura da prostituta, são caricaturas do mal, do impuro, do profano, da indecência. Para Osborne (2004) essa categorização binária beneficia os sujeitos masculinos, consentindo-lhes transitar e usufruir das duas instituições de maneira culturalmente legitimada pela sociedade tanto por homens quanto por mulheres.

Em concordância com a proposta de Osborne (2004) de que a categorização dicotômica dos sujeitos femininos e a liberdade masculina de transitar entre os dois espaços são conjunturas legitimadas cultural e socialmente, acrescento que essa *naturalização*⁶⁶ ocorre por meio de processos ideológicos que se materializam nos discursos. Isso porque, conforme Fairclough (2001), as ideologias são representações da realidade construídas nas práticas discursivas, de modo a produzir, reproduzir ou subverter relações de dominações. Desse modo, um aspecto do mundo frequentemente *naturalizado* alcança uma posição de *legitimidade e universalidade* perante a sociedade, o que favorece a manutenção de relações de dominação. Assim, os discursos de categorização de mulheres em “boas” e “más” se configuram como uma estratégia ideológica patriarcal hierarquizante que segrega e inferioriza mulheres em benefício da hegemonia masculina.

O garimpo, universo marcado pela presença de homens, não está avulso aos processos ideológicos de dominação masculina, o que é perceptível pela ligação entre garimpo e prostituição. Barrozo (2007) relata que a prostituição e o garimpo estavam associados a ponto de a “zona” constituir um marco referencial nas corrutelas, de modo a serem consideradas, inclusive, como uma “necessidade” intrínseca à vida do garimpeiro. Nas corrutelas do Alto Paraguai-Diamantino, no decorrer do século XX, havia poucas mulheres, ao menos no início. Dentre elas, às estavam em maior número eram as da “zona⁶⁷”, conforme constata dona E⁶⁸:

⁶⁶ O termo *naturalização* corresponde a elementos de uma prática dados como corretos, verdadeiros e legítimos por determinados grupos (Gonçalves-Segundo, 2018).

⁶⁷ No português brasileiro, o termo *zona* caracteriza-se por sua polissemia que pode indicar uma delimitação espacial (zona comercial, zona portuária), uma situação caótica (“isto está uma zona”), além de uma referência direta às casas de prostituição. Neste último uso, o termo adquire um tom pejorativo devido ao estigma que permeia o trabalho sexual. Por este ângulo, podemos correlacionar o uso depreciativo do vocábulo *zona* ao fato de que os prostíbulos estão localizados, geralmente, nas áreas periféricas das cidades e são tidos como ambientes desorganizados e imorais.

⁶⁸ Depoimento colhido por Barrozo (2007) em setembro de 1995.

Era mais as mulher da zona do que as própria família. As família era pouca, porque não era todo marido que queria levar a mulher praquele meio, né. Era separado. (Barrozo, 2007, p. 216)⁶⁹.

O depoimento de Dona E. corrobora com os relatos de Barrozo (2007) a respeito da organização social nos garimpos do Alto Paraguai-Diamantino. Segundo os escritos de Barrozo (2007), inicialmente, o número de prostitutas era reduzido na região, aumentando consideravelmente após os garimpos da área ficarem famosos por suas riquezas. Posteriormente, foram chegando aos poucos garimpeiros casados com suas famílias, além daqueles que se casavam no garimpo ou se “juntavam”⁷⁰ com as “mulheres da zona” (Barrozo, 2007). A respeito dessa configuração social do garimpo, Dona E. enuncia a prevalência das mulheres prostitutas em relação às mulheres casadas. Tal fato se dá, de acordo com a depoente, porque os homens comprometidos não queriam levar suas esposas e famílias para aquele contexto social. Por fim, dona E. ainda aponta que a convivência entre as mulheres casadas e as mulheres prostitutas não era harmônica tanto que seus espaços “era separado”. Percebe-se, a partir desse relato, que o ambiente garimpeiro era visto como um local desagradável e inóspito para mulheres casadas, de “família”, ao mesmo tempo que era considerado uma vivência aceitável para as mulheres prostitutas, demonstrando a existência de certo cuidado com as mulheres tidas como “decentes” em relação às mulheres prostitutas. Se os garimpeiros não queriam levar suas esposas “praquele” meio, talvez não fosse apenas pelas condições insalubres de vida nas corrutelas, mas também porque a presença de prostitutas qualificava a região do garimpo como “inapropriado” para as mulheres de “família”, uma vez que elas não deveriam ocupar os mesmos ambientes por não serem “socialmente iguais”. Nesta perspectiva, constata-se uma visão estigmatizante em relação às mulheres prostitutas que, por exercerem um trabalho julgado socialmente como “indecente” e “impuro”, não são dignas do mesmo tratamento das mulheres “decentes”.

Nessas condições sociais, as mulheres que trabalham com a prostituição têm suas vidas marcadas por julgamentos sociais que, baseados em princípios morais patriarcais, as condenam à marginalidade. Barrozo (2007) relata a resistência das ex-prostitutas, já idosas, que trabalharam nos garimpos de Alto Paraguai/Diamantino em conceder entrevistas sobre seus passados. Na opinião do autor, é possível que essa reticência esteja ligada a um desejo de

⁶⁹ Neste capítulo, utilizei o recuo à esquerda não apenas em citações que excedam quatro linhas, como estabelece as normas ABNT, mas também como um recurso para facilitar a visualização dos depoimentos colhidos e analisados nesta dissertação.

⁷⁰ A expressão refere-se aos relacionamentos conjugais não oficializados nas leis civis.

esquecer o passado “vergonhoso”, somado ao fato de algumas terem se tornado religiosas⁷¹. Nota-se, a partir dessa conjuntura, que os discursos sexistas que dividem os sujeitos femininos em “decentes” e “indecentes”, por intermédio de processos ideológicos que perpassam as práticas discursivas (Fairclough, 2001), são inculcados nas identidades das mulheres. Sobre isso, Fairclough (2003) explica que há uma relação dialética entre discurso e identidade, na qual a identificação (acerca do que se é) dos atores sociais é constituída no discurso, haja vista que a identificação se relaciona diretamente com a representação (Resende e Ramalho, 2022). Em outras palavras, as identidades se constituem em uma dinâmica de criação e aceitação de determinadas representações de nós mesmos e/ou de grupos sociais. No caso específico deste estudo, interpreta-se que os sujeitos femininos que vivenciaram a garimpagem em Alto Paraguai-Diamantino internalizaram em suas identidades⁷² as representações binárias e sexistas que as classificam de acordo com valores morais “pré-determinados” e legitimados pela sociedade em prol da manutenção da hegemonia masculina.

As mulheres de “família” internalizaram também esse binômio social que delimita e condiciona o lugar social ocupado por elas de acordo com sua conduta moral. Dona E., ao tratar sobre a relação entre as mulheres casadas e as mulheres prostitutas, aponta que havia conflitos entre as de “família” e as da “zona” em decorrência da frequente infidelidade dos maridos. No mais, no entender das casadas, as prostitutas:

[...] não tinha os marido, elas chamava, e os marido ia. Gastava cerveja, o dinheiro que eles pegavam gastava com as mulher de lá (Barrozo, 2007, p. 221).

Dona E, ao enunciar que “os marido ia” ao cabaré e gastavam quase todo dinheiro que ganhavam com as mulheres e em bebida, constata o privilégio masculino de transitar entre esses dois espaços sociais, o de casa e o do cabaré, sem o mesmo nível de censura. Para mais, é possível depreender ainda, por meio da afirmação da entrevistada de que as mulheres do cabaré “chamava, e os marido ia”, um julgamento, por parte das “mulheres de família”, da existência de uma certa influência exercida pelas prostitutas sobre os homens. Nesta perspectiva, os maridos eram “levados”, atraídos pelo chamado das “raparigas”, a gastar o dinheiro que deveria ser usado para suprir as necessidades familiares. Semanticamente, colocar as prostitutas como os sujeitos ativos que “chamam” os homens para o cabaré denota um caráter “perverso” por

⁷¹ De acordo com Barrozo (2007, p. 15), era comum na Europa que mulheres prostitutas, ao envelhecer, recolhessem-se aos conventos.

⁷² É importante ressaltar que na perspectiva de Fairclough (2003) a identidade, por se configurar como uma construção discursiva, é um elemento instável por natureza. Isto quer dizer que as representações identitárias podem ser deslegitimadas e transformadas a partir da reflexividade de atores sociais comprometidos em intervir coletivamente em prol da mudança social.

parte das mulheres da “zona” ao mesmo tempo que desculpabiliza e isenta a responsabilidade dos homens que “iam” porque eram “chamados” por elas. Presume-se, em relação a hipótese deste juízo, que seja resultado da introjeção, por parte das mulheres de “família”, de valores misóginos que permeiam a vida social, impostos, sobretudo, pela igreja e pelo âmbito doméstico (Araújo, 2004). Na perspectiva religiosa, as mulheres são “más” por natureza em razão da descendência da primeira pecadora, Eva. Vista como um animal imperfeito, propensa ao mal e insaciável sexualmente, a mulher somente alcançava a remissão de sua condição de pecadora ao se tornar mãe, e mãe honrada, submissa ao marido e casada nas leis da igreja. Deste modo, elas se afastam de Eva e se aproximam de Maria (Araújo, 2004). Em contrapartida, as mulheres que não se submetiam a tais normativas, sobretudo as que trabalhavam como prostitutas, sequer eram vistas como humanas e eram relegadas a viver à margem da sociedade. Assim, é possível que as mulheres de “família” viam as mulheres do “cabaré” como aproveitadoras em relação aos seus maridos, os quais seriam influenciados pelas “raparigas” para frequentar a “zona”.

A construção binária entre “mulheres de família” e “mulheres da zona”⁷³ ampara-se em um modelo idealizado de família, o cristão, reverberado pela igreja Católica (Barrozo, 2007). Complementarmente, Araújo (2004) argumenta que a ideia de “bom” comportamento feminino, embasado nas leis da igreja cristã, sustenta-se como uma maneira de coerção e adestramento da sexualidade feminina, que visa manutenção do “equilíbrio” doméstico, da seguridade das ordens eclesiásticas e da superioridade masculina. Por este ângulo, Osborne (2004) considera esse fenômeno dicotômico como uma artimanha do sistema patriarcal que, ao dividir mulheres em “boas” e “más”, sobretudo associando a prostituição à uma categoria negativa em relação ao que postula como aceitável socialmente, a figura da mãe e da esposa, promove uma estigmatização que corrobora para o controle dos sujeitos femininos.

Essa categorização binária se relaciona diretamente com as noções de identidade e diferença, conceitos caros à ACD, que os vêm como mutuamente determinados. Para Fairclough (2003), a criação ou reprodução de diferenças entre objetos, entendimentos, eventos e atores sociais nas representações são parte de um processo contínuo de classificação social. Sobre isso, Resende e Ramalho (2022), ancoradas em Silva (2000), explicam que a afirmação da identidade parte de uma série de negações de diferenças, do mesmo modo que afirmações de diferença partem de negação de identidades. Sob esse olhar, a relação entre identidade e

⁷³ Em um paralelo com as ondas feministas no Brasil, é possível associar as mulheres de “família” à primeira onda, caracterizada pela busca de princípios básicos de cidadania, como o reconhecimento social e a igualdade de gênero. As mulheres de “zona”, por sua vez, estariam alinhadas à quarta onda do feminismo, marcada pelas reivindicações de autonomia sexual e financeira.

diferença produz e utiliza classificações sociais que são basilares para conjunturas de dominação e hegemonia de um grupo sobre o outro. Nas palavras de Resende e Ramalho (2022), “o privilégio de classificar implica o privilégio de atribuir valores aos grupos classificados (Resende e Ramalho, 2022, p. 77). No contexto desta pesquisa, entende-se que há, no interior das relações entre as mulheres que vivenciaram a garimpagem, alteridade: ainda que todas sejam marginalizadas pelos homens, as mulheres da “zona” são vistas como o Outro (Beauvoir, 1970) pelas mulheres de “família”. A partir disso, é possível depreender uma categorização dos papéis sociais entre as mulheres que vivenciaram a garimpagem em Alto Paraguai-Diamantino.

4.3 Maria ou Madalena: entre o espaço público e o privado

Nas corrutelas do garimpo, para além das condições insalubres de vida, os migrantes encontraram um organismo social em que a “moral familiar” não correspondia ao modelo idealizado pelo governo e pela igreja (Barrozo, 2007). Esse modelo de família idealizado, baseado nas normas europeias e nas tradições patriarcais e católicas, consistia em um organismo familiar em que a figura paterna era central e provedora enquanto a materna era responsável pelo cuidado do lar e dos filhos. Nos garimpos do Alto Paraguai/Diamantino, os casais não eram casados de “papel passado” porque suas condições sociais não permitiam⁷⁴, além disso não eram raras as vezes em que as mulheres assumiram o papel de provedora⁷⁵ da casa em períodos em que os homens não “bamburravam” (Barrozo, 2007).

Ainda que esse padrão de família “ideal” fosse quase uma exceção nos garimpos de Alto Paraguai/Diamantino, Barrozo (2007) comenta que as pessoas que viviam na região garimpeira, já no século XX, valorizavam essa normativa, a ponto de serem preconceituosas com aqueles que não viviam nesse modelo familiar idealizado. Essa conjuntura “moral”, somada ao preconceito, ocasionou uma segregação espacial entre as mulheres de “família” e as mulheres da “zona” na região garimpeira de Alto Paraguai-Diamantino. As mulheres casadas não se “misturavam” com as prostitutas da região e, para que isso fosse possível, havia espaços demarcados na cidade com limites estabelecidos pela Rua Batista das Neves e pela área

⁷⁴ Casar de “papel passado” era difícil tanto pela pobreza dos casais quanto pela falta de cartórios e padres nas regiões de garimpo.

⁷⁵ Muitas mulheres exerciam jornadas duplas de trabalho para auxiliar, em alguns casos até mesmo prover, o sustento da família. Além do trabalho doméstico, faziam bolos e quitutes para vender, trabalhavam como lavadeiras ou até mesmo garimpavam no lugar de seus maridos (Barrozo, 2007).

limítrofe localizada no cinema⁷⁶ da cidade (Barrozo, 2007). No decorrer de seus depoimentos, Dona E. discorre sobre a separação espacial entre as mulheres de “família” e as mulheres de “zona”. Segundo ela:

[...] Então a gente lavava (roupa no rio) era uns 3 km. Elas iam pra banhar, e às vezes, lavava as roupinhas delas que era pouca, né. E a gente, as casada, ficava separada. Lavava roupa pra lá, juntava também uma “vacada” (risos). As casadas aqui, e as mulher lá (Barrozo, 2007, p. 220).

O relato de dona E. sobre um encontro entre as casadas e as prostitutas em um dos rios da região revela que a segregação espacial não se limitava às habitações e estendia-se também aos espaços públicos. Na descrição da depoente, as casadas iam ao rio para trabalhar, lavar roupas enquanto as “mulher lá”, as prostitutas, iam para se banhar, o que pode se entender como um divertimento⁷⁷, e, “às vezes,” lavar as “roupinhas” delas que “era pouca”. Ao tratar das roupas das “mulheres da zona”, dona E. enfatiza uma escassez, aspecto reforçado pelo uso do diminutivo “roupinhas”. A escolha do termo, para além de assinalar uma limitação material, também sugere uma condição de pobreza das prostitutas. Essa lógica está alinhada a narrativa histórica que reitera a relação da prostituição com a pobreza e miséria social feminina (Barrozo, 2007). A esse respeito, Frederici (2019) assinala que tal fenômeno relaciona-se diretamente com a desvalorização do trabalho feminino, fruto da divisão sexual do trabalho impulsionada pelo sistema capitalista de produção.

De acordo com Frederici (2019) a emergência do modo de produção capitalista, a partir do século XIV, caracteriza-se como um período de grande perda de direitos para as mulheres, especialmente no que se refere ao controle de seus corpos⁷⁸ e a autonomia financeira. Este último aspecto trata-se da redução das mulheres ao status de não trabalhadoras, o que resultou na perda de espaços laborais e no confinamento doméstico das mulheres, as quais não deveriam trabalhar fora de casa para *ajudar* seus maridos (Frederici, 2019). Essa *ajuda*⁷⁹, explica

⁷⁶ O cinema de Alto Paraguai/Diamantino era o único lugar que “tanto pessoas de família como os que frequentavam a zona” podiam assistir aos filmes (Barrozo, 2007).

⁷⁷ Envoltura do estigma de uma escolha frívola e sem mérito, a prostituição não é vista pela sociedade como um trabalho legítimo e digno. Nessa ótica, as prostitutas possuem uma ocupação que não é caracterizada como de “grandes dificuldades”, pelo contrário, é tida como um meio fácil e rápido de ganhar dinheiro. Sendo assim, a afirmação de dona E. de que as prostitutas de Alto Paraguai/Diamantino iam para o rio para “se banhar” e, às vezes, lavar as roupas, remete a essa crença de que mulheres que trabalham com a prostituição levam uma vida “fácil”, de pouco trabalho, a ponto de terem tempo para se divertir.

⁷⁸ Frederici (2019) explica que na organização capitalista do trabalho, o Estado privou as mulheres da “condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores” (Frederici, 2019, p. 182).

⁷⁹ É significativa a observação de que, séculos mais tarde, Barrozo (2007) descreve o mesmo evento nos garimpos de Alto Paraguai-Diamantino, o que demonstra a perpetuação da divisão sexual do trabalho no decorrer dos séculos (ver seção 4.1 deste capítulo).

Frederici (2019), que as mulheres exerciam no âmbito doméstico não possuía valor e sequer era considerado um trabalho, ainda que voltado para a comercialização no âmbito público. Deste modo, toda possibilidade de autossuficiência foi sistematicamente negada às mulheres, restando-lhes duas únicas alternativas, o casamento ou a prostituição. Essa conjuntura de perda do trabalho assalariado e, conseqüentemente, da pobreza, levou a massificação da prostituição (Frederici, 2019). Importa sublinhar que essa sistematização da marginalização das mulheres se consolidou graças ao estabelecimento de uma ordem discursiva⁸⁰ (Fairclough, 2001/2003) que naturaliza e legitima a subalternização dos sujeitos femininos, de modo a reforçar e manter estruturas de poder hegemônicas e injustiças sociais contra mulheres.

Nos garimpos de Alto Paraguai/Diamantino, para além da pobreza constituir um fator determinante para o trabalho na prostituição, havia também mulheres que se “perdiam” ainda solteiras, as casadas que cometiam adultério e algumas viúvas (Barrozo, 2007). Em todo caso, a prostituição associava-se às pressões sociais, a falta de oportunidades e, sobretudo, as desigualdades de gênero. Conforme salienta Barrozo (2007), a existência das mulheres na garimpagem é produzida e reproduzida “à sombra do homem”, seja no espaço da casa ou da zona. O homem, por sua vez, transitava livremente⁸¹ entre os espaços da “ordem” e “desordem” como o principal responsável não só pela coexistência deles, mas também pela legitimação desses universos. Ele, o sujeito masculino, atuava como um “elo aglutinador” dessa relação (Barrozo, 2007, p. 227) e, desse modo, essas duas esferas que, aparentemente são opostas, eram mantidas e reproduzidas a partir e por causa da presença masculina.

No decorrer de seu relato, dona E. enfatiza uma separação entre as mulheres casadas e as mulheres prostitutas. Nas palavras dela, “a gente, as casada, ficava separada”, denotando um afastamento físico e social das “mulher lá”, as prostitutas. Nesse contexto, constata-se uma visível segregação social entre as mulheres, perpetuado também pelas próprias mulheres. As casadas mantinham-se distantes espacialmente, mesmo em um ambiente comum, para que não fossem associadas com as prostitutas. Essa separação física refletia uma divisão simbólica justificada em valores morais e hierárquicos socialmente legitimados. Barrozo (2007) relata que nos garimpos do Alto Paraguai/Diamantino essa segregação espacial era mantida por meio de normas sociais, isto quer dizer que não havia um confinamento das mulheres, ao menos não de

⁸⁰ Os discursos característicos dessa ordem discursiva reforçam a divisão sexual do trabalho, o confinamento feminino ao âmbito doméstico, a dualidade de papéis sociais a depender de valores morais, a desvalorização do trabalho feminino, entre outros.

⁸¹ Para as mulheres, não havia a possibilidade de transitar entre os espaços sem julgamentos. Quando uma mulher abandonava a vida na prostituição para se “amigar” com algum garimpeiro, ela era, de certo modo, inserida no “espaço das famílias”. Contudo, o estigma de ter sido “tirada da zona” a marcava pelo resto da vida (Barrozo, 2007).

maneira contínua, como salienta o autor. De acordo com ele, baseado nos relatos de ex-garimpeiros e mulheres da região, em determinados períodos as prostitutas eram proibidas de evadirem da área circunscrita da “zona” dependendo da vontade do delegado (Barrozo, 2007). Essa prática não é inédita, haja vista que, ao longo da história da humanidade, a prostituição oscilou entre a aceitação e a rejeição social, a depender do contexto sociocultural e político de cada período.⁸²

De acordo com Frederici (2019), a mudança institucional acerca da prostituição relaciona-se diretamente ao fato de que o exercício dessa atividade significava uma fonte de subsistência para grande parte da população feminina e, por consequência, uma certa autonomia financeira. Essa autonomia era conflitante com as expectativas sociais que recaíam sobre as mulheres, em especial ao trabalho doméstico não remunerado, naturalizado como essencialmente feminino. Nesse sentido, as mulheres que trabalhavam como prostitutas subvertiam as lógicas econômicas e patriarcais que necessitavam do trabalho gratuito das mulheres para a expansão da hegemonia burguesa e androcêntrica. Para Frederici, é possível relacionar a marginalização da prostituição e a expulsão das mulheres do mercado de trabalho com “a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção de força de trabalho” (Frederici, 2019, p. 188). Deste modo, para a manutenção da ordem econômica capitalista, era essencial controlar e reprimir práticas que ameaçassem os interesses desse sistema, como a prostituição. Nessa conjuntura, os discursos, enquanto um dos momentos das práticas sociais (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, 2003), tornaram-se ferramentas fundamentais. Isso porque, os discursos não só representam aspectos concretos do mundo, mas também são capazes de construir diferentes versões da “realidade” para atender a interesses particulares (Fairclough, 2001; 2003). Logo, a mobilização de discursos misóginos que desqualifica e segrega mulheres a partir de princípios e valores morais pré-determinados objetiva, não outra coisa, subalternizar e controlar os sujeitos femininos em prol da estabilidade da lógica patriarcal capitalista.

Como evidenciado ao longo deste capítulo de análises, a marginalização das mulheres e a segregação delas em dois polos opostos, evidenciados na dicotomia “mulheres respeitáveis/de família” e “mulheres não respeitáveis/ da zona”, não é um fenômeno limitado ao organismo garimpeiro de Alto Paraguai-Diamantino. Pelo contrário, essa dinâmica tem

⁸² Na idade média, por exemplo, a prostituição não só era tolerada como também aceita socialmente sob a justificativa de um “mal necessário” por “ajudar” a controlar os insaciáveis desejos masculinos. Contudo, a partir do século XVI, com o avanço da reforma protestante e a emergência da caça às bruxas, a prostituição passou a ser criminalizada e as prostitutas severamente punidas (Frederici, 2019).

raízes históricas mais amplas, nas quais normativas de gênero são pautadas em valores morais religiosos, econômicos e androcêntricos. O alto grau de repetibilidade⁸³ (Fairclough, 2003) desses discursos influenciou e influencia o modo como as mulheres são percebidas e posicionadas socialmente, seja no âmbito do garimpo ou em outras esferas da vida social. No contexto de Alto Paraguai-Diamantino, a segregação social entre as mulheres que viviam a garimpagem não apenas as isolava espacialmente, mas, sobretudo, as desumanizavam, negando-lhes o direito à dignidade humana. As oportunidades e liberdades à disposição dessas mulheres eram limitadas por uma visão de mundo que as enxergavam como o *outro*, diferente e em posição de inferioridade em relação ao sujeito universal socialmente imposto: o homem (Laurentis, 2021). Dessa forma, a essência de humanidade compartilhada é negada em prol da crença de superioridade de *um* sobre o *outro* que fortalece e perpetua desigualdades de gênero por meio de uma hierarquia falaciosa de subalterniza mulheres.

Neste capítulo, buscou-se explorar não apenas as formas de segregação, as desigualdades e as injustiças que marcaram o cotidiano de mulheres que vivenciaram a garimpagem na região garimpeira de Alto Paraguai/Diamantino-MT, no decorrer do século XX, mas também como esses fenômenos são perpassados por eventos históricos que, por meio de práticas discursivas particulares, ecoam e influenciam a vida de mulheres mesmo séculos depois. Do mesmo modo, procurou-se refletir sobre as formas de resistência dessas mulheres, em especial das prostitutas, mediante as opressões e supressões de direitos a que foram submetidas.

Convém enfatizar que as pesquisas em Análise Crítica do Discurso destinam-se a, por meio do desvelamento do modo como as semioses se relacionam com lógicas de dominação, dar visibilidade a injustiças sociais naturalizadas nas práticas discursivas. Com isso, pretende-se fomentar a criticidade e reflexividade nos agentes sociais em relação à realidade analisada, de modo a possibilitar uma transformação em práticas discursivas opressoras e, assim, uma mudança social efetiva em prol do grupo injustiçado. No caso deste estudo, embora seja uma análise de recorte temporal sincrônico, o fenômeno investigado - a dualidade do papel social das mulheres nos garimpos de Alto Paraguai-Diamantino em meados do século XX - caracteriza-se como uma questão social ainda eminente neste século, cuja implicações

⁸³ Resende e Ramalho (2022) explicam que, no entendimento da análise crítica do discurso faircloughiana, os discursos variam em grau de estabilidade e de escala. De acordo com as autoras, determinados discursos, em contextos sócio-históricos específicos, apresentam um alto grau de compartilhamento e repetição, o que gera diversas representações em diferentes tipos de texto. No caso da escala de atuação, as representações discursivas podem variar em localizadas e globais, o que possibilita a colonização de diversas práticas na vida social em parte do mundo (Resende e Ramalho, 2022).

ultrapassam o organismo social garimpeiro e alcança outros contextos da vida social. Nesse sentido, as análises realizadas objetivam a conscientização das mulheres, e da sociedade como um todo, sobre estruturas sociais e discursivas que sistematizam opressões, desigualdades e silenciamento de mulheres.

O desvelamento de mecanismos discursivos “opacos” em discursos misóginos e opressores que legitimam essas práticas constitui-se como uma ferramenta facilitadora para o empoderamento feminino, além de possibilitar a mobilização da sociedade em ações que promovam a equidade de gênero e a justiça social. Por este ângulo, o discurso atua não apenas como uma representação de aspectos do mundo, mas também, e principalmente, como um meio de ressignificar práticas discursivas e sociais capazes de promover a emancipação dos sujeitos e, assim, uma mudança social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o discurso atrelado a prática social, na perspectiva faircloughiana, implica não apenas vê-lo como uma maneira de estabelecer, reproduzir e manter formas de poder hegemônicas no seio social, mas também entendê-lo como um terreno fértil para ações que visem mudança nas estruturas de poder. Quanto a isso, Resende e Ramalho (2022, p. 46) pontuam a natureza transformadora do discurso na vida social, uma vez que os agentes sociais são relativamente livres para inovar em suas (inter)ações, de modo a modificar práticas já estabelecidas.

Em sintonia com essa posição teórica, acredita-se que este estudo possa contribuir para o processo de emancipação social em relação às desigualdades de gênero. Isso porque, presume-se que, neste caso, o ato de analisar criticamente discursos que desvelam ordens discursivas segregatórias e misóginas e de salientar o modo que esses discursos se externalizam e se reproduzem em nossa sociedade, pode constituir-se como um mecanismo próspero para questionamentos e reflexões acerca das normas patriarcais que regem o organismo social vigente. Este estudo, portanto, ao se posicionar nessa vertente, espera proporcionar caminhos para a emancipação e ação coletiva que, em conjunto, viabilizam a mudança discursiva e a mudança social.

Enquanto uma pesquisadora mulher, acredito que investigar a dualidade dos papéis femininos, seja no garimpo ou em outros contextos, significa mais que uma contribuição acadêmica, pois adentra a esfera do político, como um ato de engajamento e comprometimento com questões relacionadas a gênero, identidades e desigualdades. Nesse sentido, estudos que se propõem a investigar organismos sociais marcadamente masculinos, a fim de compreender como as mulheres são representadas e os processos que as subalternizam, constituem-se como meios de desafiar estereótipos e estruturas patriarcais ao dar materialidade a existência histórica dos sujeitos femininos.

De modo subjetivo, considero esta pesquisa como uma experiência de autoconhecimento em relação a posição que ocupo socialmente e academicamente. A função que exerço como pesquisadora me possibilita questionar, debater e desvelar injustiças sociais que atuam socialmente de maneira velada, encoberta e, assim, na surdina, oprimem e discriminam determinados grupos sociais. No caso deste estudo, em especial, busquei reforçar a necessidade e o significado de ações que objetivem subverter normativas de gênero como um recurso para a almejada transformação social em prol de todas as mulheres. Sob esta perspectiva, esta pesquisa se qualifica como um caminho para o empoderamento, tanto para

mim, autora do estudo, quanto para outras mulheres que se identificam com as histórias aqui contadas.

É necessário, no entanto, reconhecer os obstáculos e as limitações que surgiram ao longo deste estudo. Barros (2015) assevera que a pesquisa social, em contraste com a ciência natural, configura-se como um sistema aberto que o pesquisador não é capaz de controlar. Sendo assim, não é possível garantir regularidades em pesquisas de cunho social, uma vez que os eventos estudados não são pré-determinados e estão condicionados a variáveis geo-históricas (Barros, 2015, p. 108). A consideração abordada por Barros (2015) se reflete, nesta pesquisa, na escassez de materiais disponíveis que abordam o universo garimpeiro por uma perspectiva social, ainda mais quando se trata da participação/vivência das mulheres nesse contexto. No mais, ecoa também no fato de que o objeto de estudos dessa pesquisa, a obra de Barrozo (2007), possui um caráter histórico e, portanto, possui apenas um capítulo relacionado às mulheres que vivenciaram a garimpagem naquela região, o que não permite um aprofundamento em outros aspectos da vivência das mulheres. Devido a isso, algumas facetas das experiências femininas no garimpo não puderam ser incluídas neste estudo, em decorrência da disponibilidade restrita de dados e fontes para pesquisa. Há, ainda, a limitação temporal do curso de mestrado que restringe as possibilidades de ampliação e aprofundamento dos objetos de análise.

Em relação a isso, urge que outros pesquisadores realizem estudos dedicados às relações sociais estabelecidas nos garimpos, em especial no papel social que as mulheres ocupam nesse ambiente na atualidade. Isso porque, além do rico potencial que a temática dispõe, os estudos referentes às relações sociais das mulheres no garimpo ainda carecem de atenção. Nesse sentido, a presença das mulheres no contexto garimpeiro deve ser analisada não somente como um meio de resgate histórico de suas contribuições, mas objetivando também compreender como as desigualdades de gênero se reproduzem e se perpetuam neste organismo social. Por conseguinte, um olhar científico para com o papel social das mulheres no garimpo viabiliza o desvelamento de estruturas sociais hierarquizantes e androcêntricas que relegam mulheres a posições subalternas e marginalizadas, oferecendo subsídios para reflexões mais amplas sobre injustiças sociais, desigualdade de gênero e relações sistematizadas de poder.

Por fim, seguindo o modelo analítico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999) e ampliado por Barros (2015), um novo problema de pesquisa deve ser apresentado. Barros (2015) explica que o pesquisador crítico deve se solidificar no contexto social pesquisado, por um longo período de tempo, a fim de considerar os reais problemas que surgem a cada investigação científica. Nessa proposta, consonante com a ACD, o pesquisador, ao fim de um estudo, “já saberá identificar seu novo objeto, com ênfase em uma outra injustiça social”

(Barros, 2015, p. 111). Considerando o contexto em que esta pesquisa se situa, um estudo atual sobre os garimpos em Alto Paraguai/Diamantino torna-se pertinente, uma vez que o presente estudo parte de um recorte temporal específico, o século XX. Para uma investigação futura, esta dissertação poderá amparar um comparativo entre os papéis sociais das mulheres no organismo garimpeiro do século XX e a realidade atual dos sujeitos femininos que vivem nos garimpos da região do Alto Paraguai. Este recorte de pesquisa possibilita ao pesquisador/a revisitar questões basais como a dualidade do papel social feminino e as ordens discursivas predominantes nos garimpos daquela região. Depois, pode ainda ampliar as investigações avaliando se houve transformações nas estruturas sociais e discursivas ao longo do tempo e, também, se as identidades de gênero se mantiveram, hegemonicamente, cisgênero.

De modo geral, esta pesquisa, ao analisar as estruturas hierarquizantes e androcêntricas que relegaram mulheres a posições de inferioridade em relação aos homens em um determinado contexto garimpeiro, evidenciou uma lacuna significativa nos estudos sociais e feministas. Em vista disso, são necessários um olhar e uma abordagem crítica sobre as relações de gênero e de poder que se consolidam em conjunturas que, além de majoritariamente masculinas, se estabelecem à margem da sociedade. Por essa razão, este trabalho não se limita ao desvelamento de desigualdades de gênero nos garimpos da região mato-grossense de Alto Paraguai-Diamantino, mas e principalmente, contribui para a emergência de reflexões mais amplas sobre justiça social e igualdade de gênero em contextos sócio historicamente marginalizados. Reflexões estas que são potencialmente emancipatórias e capazes de atuar discursivamente, promovendo uma mudança discursiva e, por consequência, impulsionar transformações sociais significativas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA TELES, M. A de. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- ALVES, B. M; PITANGUY, J. **Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 44–79.
- ASSIS, D. N. C de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, 2019. Ebook. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30892>. Acesso em 01/04/2024.
- AUSTIN, J.L. **How To Do Things With Words**. Cambridge. Mass: Havard University Press, 1962 [1955].
- AUTHIER-RÉVUZ, J. **Hétérogenéité montrée et hétérogenéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours**. DRLAV, 32, 1982.
- BALLESTRIN, L. “Feminismos De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano”. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 28, n. 3, e75304, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/WPTw4nyMwFQVLMBzhjHf8Jb/>. Acesso em 10/08/2023.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o Giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BARROS, S. M. **Realismo Crítico e Emancipação Humana** – Contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. Campinas: Editora Pontes, 2015.
- BARROS, S. M. Bases filosóficas da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L;
- SATO, D. T. B; MELO, I. F. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 36- 47.
- BARROZO, João Carlos. **Em busca da Pedra que brilha como Estrela: garimpos e garimpeiros de Alto Paraguai- Diamantino**. Cuiabá: Tanta Tinta, 2007.
- BATISTA JR, J. R. L; SATO, D. T. B; MELO, I. F. Introdução. In: _____. (orgs.) **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 7- 19.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BELTRÃO, M. E. **Políticas educacionais para gênero e sexualidade em Mato Grosso: um estudo crítico do discurso**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

BELTRÃO, M. BRANDÃO, A. J. A. Análise Crítica do discurso: alguns conceitos da teoria de Norman Fairclough. In: COATELO DE MORAES, A. H; BELTRÃO, M. E. (orgs.). **Discurso, crítica e (auto) emancipação: uma homenagem à professora Solange Barros**. São Paulo: Mentis Abertas, 2023. p. 7- 24.

BESSA, D; SATO, D. T. B. Categorias de análise. In: BATISTA JR, José R. L; MELO, Iran F. de; SATO, Denise T. B (Org.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Editora Parábola, 2018. Cap. 6. p. 125-157.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Leeds, Leeds Books, 1975.

BHASKAR, R. Filosofia e Realismo Científico. In: _____. **A Realist Theory of Science**. London, Verso, 1977. Tradução de Rodrigo Moerbeck. Revisão/Supervisão: Mário Duayer (UFF).

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Brighton: Harvester, Press, 1978.

BHASKAR, R. **Scientific realism and human emancipation**, Londres, Verso, 1986.

BHASKAR, R. **The possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

BHASKAR, R. Critical realism. Essential readings. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. (Eds.). **Centre For Critical Realism**. London: Routledge, 1998.

BHASKAR, R. **From science to emancipation**. Alienation and the actuality of Enlightenment. Sage Publications: New Delhi/London, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Tempos e memórias do feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010. Disponível em: https://www.ba.gov.br/mulheres/sites/site-spm/files/migracao_2024/arquivos/File/Publicacoes/TemposeMemorias_MovimentoFeministanoBrasil_2010.pdf. Acesso em: 20 de set. de 2024.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSGOUEL, R. Prólogo- Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S; GROSGOUEL, R. (orgs.) **El giro decolonial- reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del hombre Editores, 2007, p. 9-24.

CASTRO, S de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 140-153.

CHABAN, L. **Contexto histórico social do garimpo ao novo garimpo em Poxoréu-MT: caminhos percorridos por homens, mulheres e crianças personagens dessa história.** Dissertação (mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity. Rethinking critical Discourse analysis.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CLARINDO, A; ZAMBONI, J; MARTINS, R. Atravessando as portas dos puteiros: como as teorias feministas chegam na zona?. **Psicologia e sociedade**, n. 33, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/PP4KTh5bLbQ8Gk6VRcxDDWL/>. Acesso em 15 de jan. de 2025.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B (Org.). **Feminismo no Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas.** Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>. Acesso em 10/07/2023.

COSTA, C de L. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 320-341.

COSTA, C. de L. “Interrogando Lugones: reflexões sobre um debate inconcluso”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, e85070, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/RcXGcwX94wyXVZMstcY8vzw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/02/2024.

DAVIS, A. Y. **Mulheres, raça e classe.** Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I.S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: _____ (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006, p. 15-41.

DERRIDA, J. Assinatura, acontecimento, contexto. Tradução de Joaquim Torres Costa, Antônio Magalhães. *In*: DERRIDA, J. **Margens da Filosofia.** Campinas, SP: Papyrus, 1991 [1971]. p. 349-373.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 49, p. 151–172, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9950>.. Acesso em: 15 fev. 2025.

EGIDO, A. A. **A-Z de metodologia em pesquisa: estudos qualitativos, linguísticos e educacionais.** São Luís: EDUFMA, 2024.

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. **Solar**: Lima, v. 12, n. 1, p. 141-171, 2012. Disponível em: https://om.juscatarca.gob.ar/articulos/De_por_que_es_necesario_un_feminismo_des.pdf.

Acesso em: 10/04/2023.

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El cotidiano**: México, n. 184, p. 7-12, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>. Acesso em: 10/04/2023.

FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E.R. (org.). **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, pp. 77-104.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. 1st. ed. London: Routledge, 2003.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, C. Feminismos e estudos feministas: com as trabalhadoras sexuais na mira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, e16473, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647253>. Acesso em 20/12/24.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Tradução: Mari Thereza da C. Albuquerque; J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREDERICI, S. **O calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GRAMSCI, A. Selections from the prison notebooks. ed. e trad. Q. Hoare & G.N. Smith. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

HALLIDAY, M. A. K. The Functional Basis of Language. In: BERNSTEIN, B. (ed.) **Class, Codes and Control**. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

HALLIDAY, M. A. K **An Introduction to Functional Grammar**. London: British Library Catalogue In Publication Data, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. Context of Situation. In: HALLIDAY, M.A.K; HASAN, R. (orgs.) **Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. London: Oxford University Press, 1991, p. 3-28.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Revista Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul/dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/0b8f7f8f-1e82-48cc-9dc8-d200b9f15dae>. Acesso em 23/03/2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 10-37.

HOOKS, b. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. Tradução: Bhuvi Libanio. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LATTANZIO, F. F; RIBEIRO, P. de C. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 409-425, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300002. Acesso em: 25/03/24.

LAURETIS, T. DE; SILVA, G. B. V. DA; SOUZA, L. L. DE. Gênero e teoria Queer. **albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 26, p. 165-176, 28 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/12446>. Acesso em: 25/03/24.

LERNER, G. **A criação do patriarcado:** a história de sujeição das mulheres pelos homens. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIRA, L. C. E; ALVES, R. B. C. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L; SATO, D. T. B; MELO, I. F. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 104-122.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

LUGONES, M. Colonidade e Gênero. **Tabula Rasa:** Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, setembro-dezembro, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 09/10/2023.

MACHADO, M. F. R. **Diversidade sociocultural de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Initiation aux Méthodes d'Analyse du Discours**. Paris: Hachette, 1976.

MAGALHÃES, C. M. A Análise Crítica do Discurso enquanto teoria e método de estudo. In: MAGALHÃES, C. M. (org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p. 15-30.

MAGALHÃES, I; MARTINS, A. R; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica:** um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES, I. **Introdução:** a análise de discurso crítica. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 21, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/37759>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S; GROSGOUEL, R. (orgs.) **El giro decolonial- reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del hombre Editores, 2007, p. 127-168.

MARQUES, A. M. Feminismos e gênero: uma abordagem histórica. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 06-19, Jan/Jun. 2015. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/556>. Acesso em 12 de abr. 2024.

MELO, I. F. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L; SATO, D. T. B; MELO, I. F. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 20-35.

MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, S; GROSGOUEL, R. (orgs.) **El giro decolonial- reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del hombre Editores, 2007, p. 25- 46.

ORMOND, K. T. P. **Sant'ana dos Garimpeiros. Cotidiano e religiosidade em Nortelândia (1959-1975)**. Dissertação (mestrado em história) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

PAREDES, J. **Hilando fino: Desde el feminismo comunitario**. La Paz: CEDEC, 2008.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. “Feminismos e prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da antropologia feminista”. **Cuadernos de Antropología Social**, v. 36, p. 16, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1809/180926074002.pdf>. Acesso em 15 de jan. 2025.

QUIJANO, A. Colonidad del poder y clasificación social. **Journal of world- systems research**, v.11, n. 2, p. 342-386. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/index.php/jwsr/article/view/228>. Acesso em: 19 de set. 2024.

RAJAGOPALAN, K. Repensar o papel da linguística aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 149-166.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.

SEGATO, R. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: ESPINOSA-MIÑOSO, Y; GÓMEZ CORREAL, D; OCHOA MUÑOZ, K (Org.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y**

apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, p. 75-91, 2014.

SANTOS, J, C dos. **Garimpos de Juína: entre histórias, relatos e memórias**. Dissertação (mestrado em história)- Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SILVA, C. S. M. **Feminismo Popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016. *Ebook*. Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/2016-Feminismo-popular-e-lutas-antissistemicas.pdf>. Acesso em: 12 de Abril de 2024.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIQUEIRA, E. M et al. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: Editora da UFMT, 1990.

THOMPSON, J.B. **Studies in the theory of ideology**. Cambridge: Polity Press, 1984.

THOMPSON, J.B. **Ideology and modern culture**. Cambridge: Polity Press, 1990

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. HOFFNAGEL, J; FALCONE, K. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (org.) **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

VICENTE, L. M. D. A sujeição performativamente engendrada: atravessamentos entre os estudos de Judith Butler e os modos de subjetivação em Michael Foucault. **Revista Periódicus**, [S.I.], v. 1, n. 3, p. 85-103, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14257>. Acesso em: 30 mar. 2024

VIEIRA, J. A; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L; SATO, D. T. B; MELO, I. F. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 45-104.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso- LemD**, Tubarão, v. 4, 2004. p. 223-243. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297. Acesso em: 20 ago. 2024.